

Daniele de Souza Farias
Alysson André Régis Oliveira

A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA- CAMPUS JOÃO PESSOA:

UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E
PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS



Daniele de Souza Farias
Alysson André Régis Oliveira

A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA- CAMPUS JOÃO PESSOA:

UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E
PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Edevaldo de Castro Monteiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

A inclusão no Instituto Federal de Educação da Paraíba – Campus João Pessoa: uma análise de políticas e práticas educativas inclusivas

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Daniele de Souza Farias
 Alysson André Régis Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
F224	<p>Farias, Daniele de Souza A inclusão no Instituto Federal de Educação da Paraíba – Campus João Pessoa: uma análise de políticas e práticas educativas inclusivas / Daniele de Souza Farias, Alysson André Régis Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2337-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.379240603</p> <p>1. Educação profissional. 2. Tecnologia educacional. 3. Educação inclusiva. I. Farias, Daniele de Souza. II. Oliveira, Alysson André Régis. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 378.013</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Dedica-se esta pesquisa a todas as pessoas que lutam por um mundo mais humano, justo e inclusivo.

Agradeço a Deus, que me permitiu trilhar os caminhos de luta pela inclusão, por me dar forças e equilíbrio para buscar os meus objetivos. Refletindo sobre o processo de construção desta pesquisa, são muitos os agradecimentos para que se tornasse possível. Assim como na vida, não caminhamos sozinhos: uma pesquisa que envolve a realidade necessita da colaboração do outro, seja com orientações, motivações, incentivos, participações diversas que culminam para o êxito do objeto de estudo, produção da dissertação e experiências enriquecedoras para a vida e a atuação profissional.

Agradeço a minha família, base de sustentação dos meus valores, da minha motivação para os estudos, que me incentiva para que eu alcance mais um sonho, que é a realização do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

A todos os professores que colaboraram ao longo da minha história para minha formação educacional. A todos os Professores do (ProfEPT), por cujos conhecimentos compartilhados trago muito admiração e pela preocupação com a qual agem junto ao ser humano e suas ações no mundo.

Com muita gratidão e respeito, agradeço ao Professor Doutor Alysson André Regis Oliveira, que me acolheu como sua orientanda e, sempre com palavras de incentivo, acreditou em mim, reiterando que seria possível trilhar os caminhos, pensando em uma educação para todos, sem discriminações, exclusões, orientando-me com muita dedicação. Tem sido sendo um motivo de orgulho enorme ter convivido e aprendido tanto com alguém que vai além da construção do saber, mas que é sensível ao outro, a sua história, as suas vivências, a sua realidade. Um exemplo de ser humano a ser seguido.

Aos profissionais da COAPNE – IFPB – João Pessoa, que foram tão atenciosos comigo e colaboraram muito com esta pesquisa, em especial, ao Coordenador Nemuel, que atuava, durante a realização da pesquisa, sempre muito gentil e disposto a ajudar, para que pudéssemos concretizar a pesquisa. Aos estudantes e seus familiares, Professores do IFPB que disponibilizaram do seu tempo para contribuir com esta pesquisa, meu eterno agradecimento: as ideias colocadas por vocês são o que dá sentido e sustenta uma pesquisa com viés inclusivo.

Aos Professores que aceitaram participar da Banca de Qualificação e Defesa: Professora Doutora Andrea de Lucena Lira – IFPB; Professor Doutor Gilcean Silva Alves- IFPB, Professora Doutora Marlucia Paiva – UFRN, também sou muito grata por tantas contribuições para que esta pesquisa se tornasse cada vez mais significativa, inclusiva e com possibilidades de transformação social.

A toda a turma de mestrandos do ProfEPT, aos amigos que fiz no curso do Mestrado, pessoas muito especiais que colaboraram com a minha formação académica, compartilhando conhecimentos, ideias, valores importantes e necessários para que sejamos seres humanos melhores no mundo.

Aos meus amigos que torcem junto comigo pelo meu sucesso, seja intelectual, profissional, familiar, fazendo parte da minha história. A minha amiga Maristela, uma pessoa muito especial na minha vida, que me dá forças para a concretização dos meus sonhos. A minha amiga Iranete Meira, um ser humano maravilhoso, parceira de luta por uma educação inclusiva.

A todos que contribuíram com a construção deste estudo. Muito obrigada.

A inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as igualdades.

Paulo Freire

CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
COAPNE	Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAA	Escola de Aprendizes Artífices
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Produto Educacional
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TECNEP	Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

A inclusão faz parte dos debates atuais que trazem discussões de políticas, ações para rompimento de exclusões históricas, discriminações e garantia do direito à educação para todos com respeito às diversidades na sociedade. Esta pesquisa tem o objetivo geral de analisar as políticas e práticas educativas inclusivas voltadas aos estudantes com deficiência do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* João Pessoa. Como base de sustentação teórica, foram utilizados autores, como: Saviani (2007); Ciavatta (2014); Calissi (2014); Lourenço (2010); LDB, Lei 9.394/96; Regimento Geral do IFPB (2017); Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, entre outros. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram feitas pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo para levantamento de dados sobre o tema da pesquisa, percebendo o objeto de estudo em sua realidade. A classificação desta pesquisa quanto à natureza constituiu-se como uma pesquisa aplicada. Com relação ao tipo de pesquisa quanto aos objetivos, esta é exploratória e descritiva. Os sujeitos da pesquisa consistiram em amostras de 14 participantes, sendo sete docentes do IFPB – *Campus* João Pessoa, com experiências com educandos com deficiência, um profissional da Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas – COAPNE – IFPB – João Pessoa e seis discentes com deficiência matriculados no Ensino Médio Integrado. Eles colocaram as suas ideias, as suas vivências, sendo três estudantes do curso de Controle Ambiental, um de Mecânica, um de Edificações e um de Instrumento Musical. A participação dos sujeitos da pesquisa foi muito importante para o fornecimento de informações de práticas educativas inclusivas no Instituto Federal de Educação da Paraíba que vieram a contribuir com a construção do produto educacional que considerasse a realidade, as necessidades dos estudantes com deficiência. Toda a pesquisa aconteceu com respeito aos procedimentos éticos. Para a construção e a análise de dados, foram realizados levantamentos de informações por meio de entrevista semiestruturada, roteiro de pesquisa. Para a interpretação e a análise dos dados, utilizou-se o emprego da abordagem qualitativa por meio da estratégia da análise de conteúdo de Bardin, visando alcançar os objetivos da pesquisa. Os resultados possibilitaram a construção de um produto educacional *ebook* voltado à disseminação das normativas orientadoras para práticas inclusivas na educação profissional, com destaque para direitos e responsabilidades de educandos com deficiência no Ensino Médio Integrado. O *ebook* foi aplicado em contexto real, em sala de aula do Ensino Médio Integrado do IFPB – *Campus* João Pessoa, de forma expositiva, com diálogos para a sensibilização dos discentes quanto à temática, mostrando a relevância da discussão sobre inclusão e da busca de uma educação de qualidade para todos. As políticas e práticas educativas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* João Pessoa, vêm contribuindo para a inclusão dos estudantes com deficiência que frequentam o Ensino Médio Integrado. Entretanto, percebe-se, a partir das fala dos sujeitos da pesquisa, a necessidade de ampliar as acessibilidades nos diversos espaços departamentais, como também a percepção e a prática, cada vez mais frequente, de ações educativas inclusivas que visem à permanência e à participação efetiva dos educandos com deficiência nos cursos integrados do Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica; Políticas e Práticas Educativas Inclusivas; Práticas Educativas.

Inclusion is part of current debates that bring policy discussions, actions to break historical exclusions, discrimination and guarantee the right to education for all with respect for diversity in society. This research has the general objective of analyzing inclusive educational policies and practices aimed at students with disabilities in Integrated High School at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba, Campus João Pessoa. As a basis for theoretical support, authors were used, such as: Saviani (2007); Ciavatta (2014); Calissi (2014); Lourenço (2010); LDB, Law 9,394/96; IFPB General Regulations (2017); Law No. 13,146 (2015), Brazilian Law on the Inclusion of People with Disabilities, among others. Regarding methodological procedures, bibliographical research and field research were carried out to collect data on the research topic, understanding the object of study in its reality. The classification of this research in terms of nature constituted applied research. Regarding the type of research in terms of objectives, this research is exploratory and descriptive. The research subjects consisted of samples of fourteen participants, seven teachers from IFPB - Campus João Pessoa, with experience with students with disabilities, one professional from the Coordination of Assistance to People with Specific Needs - COAPNE – IFPB – João Pessoa and six students with students enrolled in Integrated High School, expressed their ideas and experiences, three of whom were students on the Environmental Control course, one on Mechanics, one on Buildings and one on Musical Instrument. The participation of the research subjects was very important for providing information on inclusive educational practices at the Federal Institute of Education of Paraíba, which contributed to the construction of an educational product that considered the reality and needs of students with disabilities. All research took place with respect to ethical procedures. For data construction and analysis, information was collected through semi-structured interviews and a research guide. For data interpretation and analysis, a qualitative approach was used through Bardin's content analysis strategy, aiming to achieve the research objectives. The results enabled the construction of an educational ebook product to disseminate guidelines for inclusive practices in professional education, with emphasis on the rights and responsibilities of students with disabilities in Integrated High School. The ebook was applied in a real context, in the Integrated High School classroom at IFPB Campus João Pessoa, in an expository way, with dialogues to raise students' awareness of the topic, showing the relevance of the discussion on inclusion and the search for quality education for all. The educational policies and practices of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba, Campus João Pessoa have contributed to the inclusion of students with disabilities who attend Integrated High School, however, it is clear from the speeches of the research subjects, the the need to expand accessibility in the various departmental spaces, as well as the perception and practice of increasingly inclusive educational actions aimed at the permanence and effective participation of students with disabilities in integrated High School courses.

KEYWORDS: Professional and Technological Education; Inclusive Educational Policies and Practices; Educational Practices.

1. TECENDO SOBRE O TEMA DA PESQUISA	1
1.1 HISTÓRIA DE VIDA: CAMINHOS PELA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO.....	1
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA INCLUSÃO	4
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO: DESCRIÇÃO DA PESQUISA	8
2. CONTEXTO HISÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	17
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL.....	18
3. A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	24
3.1 HISTÓRIA DA ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES ATÉ A INSTITUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA....	25
3.2 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA.....	34
4. O PAPEL DA INCLUSÃO PARA A CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS.....	37
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO SOCIAL.....	43
4.2 PERCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	44
5. POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS.....	46
5.1 PROGRAMA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – TECNEP 2000.....	57
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	58
6.1 COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (COAPNE) – IFPB, CAMPUS JOÃO PESSOA	58
6.2 PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (COAPNE) – IFPB – JOÃO PESSOA	63
6.3 PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA	65
6.4 CONHECIMENTOS, EXPERIÊNCIAS DE DOCENTES DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA	71
7. PRODUTO EDUCACIONAL	79

7.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....	80
7.2 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE	81
7.3 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES.....	97
APÊNDICE – EBOOK: DIRETRIZES LEGAIS PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	97
SOBRE OS AUTORES	226

TECENDO SOBRE O TEMA DA PESQUISA

1.1 HISTÓRIA DE VIDA: CAMINHOS PELA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Apresento aqui um breve relato sobre os caminhos percorridos que me levaram em direção às temáticas educação e inclusão e à construção de dissertação e produto educacional que enlaçassem estes temas com a educação profissional.

Para descrever este relato, foram considerados elementos importantes que são significativos na minha história, como vivências, formação acadêmica e atuação profissional, fundamentais para a compreensão do interesse pela temática desenvolvida no Mestrado do PROFEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, um passo intelectual extremamente importante para a minha vida.

Sou natural do município de Santa Rita, Estado da Paraíba. Aprendi a ler aos seis anos de idade, com a minha mãe. Eu a via dar aula de reforço e, já nos primeiros anos do Ensino Fundamental, contribuía com a professora da sala regular, escrevendo no quadro a atividade que ela propunha para o dia. Sempre estudei em escola pública, e estas vivências me instigaram a querer aprender cada dia mais e me tornar professora.

Sempre gostei de estudar, valor que aprendi com a minha mãe, o que foi significativo para trilhar os caminhos da educação que percorri e alcançar vários objetivos. Minha vida acadêmica está fortemente relacionada ao ensino público, à educação e foi extremamente importante para a prática profissional.

Assim, realizei o Ensino Médio voltado para a educação, também a graduação em Pedagogia. Em João Pessoa, as portas para o ensino superior se abriram, e vivencio uma trajetória acadêmica positiva, com ricas experiências que trago ao longo da vida, perpassando o curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e cursos de Pós-Graduação voltados para o ensino de língua portuguesa, educação do campo, educação inclusiva.

Durante a graduação em Pedagogia – UFPB, no período de 2006 a 2010, participei do Projeto de Extensão intitulado “Apoio pedagógico às atividades de leitura, matemática e escrita desenvolvido em escolas do município de João Pessoa”, o que me fez aprender bastante a partir da observação e da prática pedagógica junto a estudantes da fase inicial do Ensino Fundamental. As minhas vivências e esta experiência neste projeto de extensão me fizeram perceber a importância do incentivo do professor para desenvolvimento de aprendizagens. Desta forma, desenvolvi, como Trabalho de Conclusão de Curso desta graduação, a pesquisa intitulada: “Motivação em sala de aula: Presença e implicações no processo de ensino-aprendizagem em escola municipal de João Pessoa”.

Os problemas sociais também sempre me inquietaram, como a pobreza, a fome, a necessidade da garantia do direito à educação, saúde para todos, as desigualdades, exclusões sociais, problemas ambientais, entre outros. A preocupação com a problemática ambiental e a necessidade de que todos enquanto cidadãos atuem por um planeta

sustentável me levou a realizar a segunda graduação em Gestão Ambiental, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, no período de 2010 a 2015. Ao longo deste curso, participei do Projeto de extensão desta instituição “Programa de Implementação de Políticas Públicas em Territórios de Áreas Protegidas: Uma experiência piloto no estuário do rio Paraíba”, especificamente no projeto “Elaboração de materiais educativos, formais e não formais como suporte na disseminação de informações voltadas para região estuarina do rio Paraíba”, a partir de estudos realizados na região.

Neste projeto, foram construídos sumários e cartilha com temáticas consideradas significativas sobre o estuário do rio Paraíba. Nesta época, comecei a trabalhar nos municípios de Santa Rita e Cabedelo como Professora da Educação Básica, tendo sido desafiador trabalhar, participar do projeto de extensão e conseguir concluir o curso com êxito. Pensando na área educacional relacionada ao meio ambiente, o Trabalho de Conclusão de Curso teve como tema “Gestão socioambiental no estuário do Rio Paraíba: uma contribuição na disseminação do conhecimento enquanto estratégia educativa ambiental”. Com este estudo, foi possível a participação com artigo no livro organizado por José Flávio da Paz: “O triunfo pela educação: literatura, arte, inclusão e outras linguagens”.

Para contribuir com a minha prática educativa, realizei também o curso de Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal da Paraíba, no período de 2015 a 2019. A última etapa para a conclusão deste curso foi a construção de um artigo intitulado “A prática da leitura e produção textual nas aulas de língua portuguesa no ensino médio”.

Buscando ampliar os conhecimentos, realizei a Pós-Graduação em Gestão Pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no período de 2013 a 2015, concluindo os estudos com a produção do artigo intitulado “Educação Ambiental: uma ferramenta contributiva para a gestão de políticas públicas implementadas na região estuarina do rio Paraíba”, artigo publicado na Revista Principia do IFPB.

A segunda Especialização foi em Ciências da Linguagem com ênfase no ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba, no período de 2015 a 2016, concluindo o curso com o artigo intitulado “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita: Uma análise contributiva a partir da percepção de professores do município de Cabedelo”. Este artigo foi apresentado no Simpósio Língua, Linguagem, Ensino e EaD – UFPB.

Também realizei a Pós-Graduação em Educação do Campo, na Universidade Federal da Paraíba, no período de 2017 a 2018, motivada por ter iniciado a prática educativa em escola do campo. A conclusão do curso ocorreu com a construção do trabalho intitulado “Diretrizes Curriculares para Educação Básica em Escola do Campo”. Este estudo levou à produção de um livro com este mesmo título e a participação no IV Encontro de Pesquisa e Práticas em Educação do Campo da Paraíba.

Ao longo de toda a minha formação acadêmica, tive contato com professores excelentes que me incentivaram e motivaram a aprofundar meus conhecimentos. Foi

preciso muita determinação, organização e estudo para terminar os cursos com bons aprendizados que trago comigo até a atualidade, como concepção de educação e que tipo de estudante quero ajudar a formar na sociedade.

Assim, percebo a educação, conforme Paulo Freire, enquanto um ato político que precisa acontecer de forma crítica e transformadora. E, como Professora, tenho que ter claros os meus posicionamentos sobre o mundo, atuando na educação e buscando a construção de sujeitos que percebam a sua realidade, reflitam e atuem no mundo em que vivem. A educação mudou a minha vida. Do mesmo modo, percebo que o meu ato profissional, enquanto educadora, pode e deve ser capaz de contribuir para que as pessoas percebam-se capazes de mudanças na sua história.

A minha trajetória com a atuação profissional na área de educação inicia em 2008 com o estágio remunerado na Escola de Ensino Fundamental João Gadelha, em João Pessoa –PB, a partir de um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba, “Apoio Pedagógico às atividades de Leitura, Matemática e Escrita”, desenvolvido com estudantes do Fundamental I, participando do estágio e do referido projeto durante os anos de 2008 e 2009.

Esta experiência foi muito enriquecedora para mim, permitindo-me vivências importantes com a prática escolar, aliadas aos conhecimentos teóricos que eram construídos na universidade, no curso de Pedagogia.

Em 2011, comecei a trabalhar como Professora da Educação Básica, no Município de Santa Rita, Paraíba, ministrando aulas no Ensino Fundamental. A partir desta data, atuei em diversas escolas do município, iniciando minha jornada profissional na educação. Em 2014, também fui aprovada para Professora Efetiva da Educação Básica no Município de Cabedelo.

De 2018 a 2019, trabalhei como Professora de Língua Portuguesa na Escola Municipal Pedro Américo da Silva – Cabedelo, Paraíba, atuando com turmas do Ensino Fundamental II, do sexto ao nono ano.

E atualmente, em Cabedelo, estou atuando, desde 2020, como Professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Escola Municipal Maria Pessoa Cavalcanti. Assim, venho realizando atendimentos com estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, autismo, Síndrome de *Down*, com transtornos do desenvolvimento da fala, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, entre outros.

A partir da prática educativa com estudantes com deficiência, comecei a querer compreender mais os estudantes, as suas dificuldades, mas, principalmente, as suas potencialidades, teorias, políticas que tratam da educação inclusiva, buscando possibilidades de aprendizagens com qualidade para estes estudantes.

Diante destas vivências e da aprovação no Mestrado em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação da Paraíba – IFPB, *Campus* João Pessoa, ampliou-se, portanto, o interesse por estudar políticas e práticas de educação inclusiva que estejam voltadas para estudantes com deficiência.

Considerando que o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT tem, como linha de pesquisa 1, Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), este tema relaciona-se a esta linha de pesquisa, especificamente dentro do Macroprojeto 2 – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

A escolha do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT acontece em virtude de a minha história acadêmica e profissional estar relacionada à educação, visando a melhorias na qualificação pessoal, mas também à realização de estudos que sejam contributivos para diversos profissionais que pensam o ensino e uma sociedade inclusiva.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA INCLUSÃO

Atualmente, a temática da inclusão é debatida no mundo, visando a políticas, a ações que sejam condizentes com a igualdade de oportunidades, levando em conta as diversidades humanas, o reconhecimento do outro, das especificidades na sociedade.

O aumento do acesso de estudantes à educação ainda precisa ser discutido e buscado, pois ainda faz parte da realidade brasileira o contexto de oportunidades desiguais, pessoas que estão sendo excluídas, que foram segregadas, tendo seu direito à educação negado, como as pessoas com deficiência.

Historicamente, pessoas com deficiência têm sido excluídas. A busca pelo rompimento destas exclusões é extremamente significativa, percebendo tais indivíduos como capazes, possibilitando o acesso, a permanência aos ambientes diversos.

O Brasil, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui quase 46 milhões de brasileiros com deficiência, o que corresponde a 24% da população com algum tipo de deficiência. Estes dados quantitativos apontam a necessidade de ações do governo, das diversas instituições sociais e da população como um todo, para que as pessoas sejam realmente incluídas, tendo acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer.

Ainda neste sentido, estes dados apontam a importância de políticas, ações inclusivas que abracem as demandas sociais das pessoas que possuem deficiência e que precisam ter seus direitos garantidos.

De acordo com Carvalho (2014), o direito precisa ser percebido a partir do contexto histórico e social:

O direito é um fenômeno histórico, social, dinâmico. Para compreendê-lo é necessário entender o contexto histórico que o produziu. Assim, o direito à educação como todos os outros direitos é o resultado de lutas e de conquistas, originado a partir das condições internas e externas de um espaço e de uma época. Se em um momento assistimos à ampliação das liberdades democráticas, temos uma expansão dos direitos e garantias. Se em outro vivenciamos a retração da democracia, abre-se espaço para um retrocesso das conquistas anteriores (Carvalho, 2014, p. 174).

Assim, é importante buscar que o direito à educação seja garantido para todos, não permitindo que retrocessos aconteçam, lutando para que as pessoas tenham acesso aos espaços escolares, que possam participar com autonomia, percebendo-se enquanto partes significativas na construção da sua história e da sociedade.

A educação é direito de todos, garantido pelo texto constitucional brasileiro de 1988, para que as pessoas tenham direito à qualificação para o trabalho e a prática cidadã. As instituições de educação podem ser, portanto, transformadoras para a valorização dos sujeitos e alcance de direitos humanos, combatendo desigualdades e exclusões educacionais históricas.

O debate em torno da importância dos direitos humanos vem acontecendo na sociedade no intuito de estes direitos serem, de fato, efetivados para o alcance de uma sociedade mais justa.

As discussões atuais não comportam mais retrocessos, conforme pode se perceber com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. Esta agenda traz plano de ações importantes para o mundo, e, dentre os 17 objetivos pensados para o desenvolvimento mundial de forma sustentável, está a necessidade de que seja assegurada a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para que todos tenham oportunidades de aprendizagens, objetivo 4 desta referida agenda.

Assim, assegurar a educação inclusiva é condição significativa para que todos tenham uma vida digna no planeta, e isso implica transformações para um mundo melhor, para um mundo sustentável. Tudo isso é responsabilidade de todos: governantes, sociedade, instituições educacionais, pessoas que desejam que aconteçam transformações sociais para um mundo mais humano e sustentável e que não admitem mais, no contexto atual, situações de exclusões, preconceitos, desigualdades, discriminações sociais.

Segundo Calissi (2014), para a construção de uma sociedade justa, os espaços de socialização de saberes precisam ser percebidos enquanto políticos e formadores sob os princípios de igualdade, liberdade, respeito às diversidades e à dignidade humana. A inclusão educacional é uma luta social pelo direito à educação, à construção de aprendizagem com qualidade, que vem tendo avanços nas políticas, como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, que apresenta conquistas oriundas de muitas lutas da sociedade. Entretanto, no que diz respeito à implementação das políticas para a efetividade de ações inclusivas, muito ainda precisa ser feito, no intuito de os espaços se tornarem verdadeiramente inclusivos, com olhares sensíveis para a inclusão.

Segundo Mantoan (2003), o mundo está em constante mudanças, e é preciso ter um olhar atento às transformações em curso, que nos envolvem, aprendendo a conviver, tendo sensibilidade, estando aberto às novas demandas, às novas necessidades que nos cercam.

O mundo gira e, nestas voltas, vai mudando, e nestas mutações, ora drásticas ora nem tanto, vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo, mesmo que não nos apercebamos disso. Há, contudo, os mais sensíveis, os que estão de prontidão, “plugados” nessas reviravoltas e que dão os primeiros gritos de alarme, quando antevêm o novo, a necessidade do novo, a emergência do novo, a urgência de adotá-lo (Mantoan, 2003, p. 11).

Sendo assim, é relevante que as atividades humanas que tratam das construções de conhecimentos considerem as percepções de educação atual, pensando no ser humano de forma integral, na sua história, nos seus valores, em aquisição de saberes para atendimento das diversidades, desenvolvimento de potencialidades para a transformação social, visto não caber mais nos contextos educacionais uma educação bancária, conforme escreve Paulo Freire, em que os estudantes são meros depósitos de informações, mas sim uma educação que liberta, que permite a reflexão, problematizando-se os conhecimentos, contextualizando-os, sendo a educação pensada para todos.

Diante do que vem sendo descrito, percebe-se a importância de se investigar como as ações inclusivas vêm acontecendo nos espaços educacionais, se respeitam as legislações brasileiras voltadas à inclusão, se as práticas educativas têm sido realizadas considerando as diversidades, a pessoa com deficiência, a aprendizagem para todos.

Esta pesquisa parte, portanto, do seguinte problema: como as políticas e práticas educativas inclusivas voltadas aos estudantes com deficiência vêm acontecendo no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* João Pessoa?

Como hipótese, considerou-se que as políticas e práticas educativas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* João Pessoa, vêm contribuindo para a inclusão dos estudantes com deficiência que frequentam o Ensino Médio Integrado.

Neste sentido, este estudo teve como objetivo geral analisar as políticas e práticas educativas inclusivas voltadas aos estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* João Pessoa.

Para alcance do objetivo da pesquisa, foram pensados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar e descrever as políticas e práticas educativas inclusivas voltadas para os estudantes com deficiências que vêm acontecendo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* João Pessoa;
- b) Levantar as principais necessidades advindas referentes às políticas e às práticas educativas inclusivas voltadas para os estudantes com deficiências que vêm ocorrendo no IFPB, *Campus* João Pessoa;
- c) Escrever, analisar políticas, vivências de educação inclusiva com educandos com deficiência e percepções de profissionais da COAPNE, IFPB, *Campus* João Pessoa;

- d) Levantar, descrever conhecimentos de docentes do IFPB – *Campus* João Pessoa com experiências com educandos com deficiência;
- e) Elaborar um produto educacional voltado à educação inclusiva para o Ensino Médio Integrado do IFPB;
- f) Avaliar o impacto do produto educacional na prática de ensino, com a finalidade de atestar a viabilidade/potencialidade do recurso educacional.

O interesse pelo estudo de políticas e práticas de educação inclusiva surge a partir da percepção da relevância da necessidade da inclusão de estudantes com deficiência nos mais variados espaços sociais, sendo as instituições de ensino lugar de considerar as diversidades, as peculiaridades das pessoas com deficiência, conforme destaca a Lei n.º 13.005, de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação – PNE.

Para a compreensão da inclusão nos Institutos Federais, é preciso perceber o processo histórico, político de criação destes institutos. De acordo com Gattermann e Possa (2018), a criação dos IFs acontece a partir de investimentos na expansão da educação profissional brasileira.

[...] com a criação dos IFs, pode se inserir em uma forma de governo em que sua função, como instituição de Estado, pode ser a de produzir um modo de condução e captura dos jovens e, com isso, assegurar uma perspectiva de inclusão que toma como referência o espaço da instituição como fronteira para classificar, identificar e controlar modos de ser da juventude, determinando modelos de aprender (Gattermann; Possa, 2018, p. 1).

O controle e a determinação de modelos de estudantes nos institutos federais citados pelas autoras nos levam à reflexão sobre que tipo de estudante vem sendo pensado nestes espaços educativos.

Embora tenha acontecido o aumento do acesso de estudantes nos institutos federais, apenas este acesso não garante condições de inclusão. É preciso que esses estudantes tenham condições para realizar os cursos oferecidos na instituição. Deste modo, é importante perceber a realidade dos institutos, os princípios que norteiam a instituição, concepções, estratégias, práticas, recursos, materiais adaptados, entre outros.

Para o IFPB, este estudo é importante, pois pode permitir compreensões de como vem acontecendo a inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Médio Integrado, podendo contribuir com reflexões que considerem a fala destes sujeitos da pesquisa, as suas necessidades, dificuldades, potencialidades, mas também pode ser contributivo para práticas educativas inclusivas.

O interesse pela temática da inclusão parte também de vivências com educandos com deficiência, da prática educativa enquanto Professora da Educação Básica, lecionando com turmas do Ensino Fundamental inicialmente, depois atuando enquanto Professora de Atendimento Educacional Especializado – AEE junto a estudantes com deficiência no Município de Cabedelo.

A partir destas experiências, fui percebendo, cada vez mais, a necessidade de compreender a realidade destes estudantes, as suas dificuldades, mas, principalmente, as suas potencialidades, teorias, políticas que tratam da educação inclusiva, buscando possibilidades de aprendizagens com qualidade.

Compreendendo a educação a partir de Paulo Freire enquanto um ato político, esta pesquisa tem grande importância, pensando na valorização, no respeito às diversidades, na inclusão de pessoas que, ao longo da história, tiveram suas vidas marcadas por exclusões. Acredita-se no IFPB como um espaço educacional para rompimento de modelos excludentes e que pode contribuir para que os educandos com deficiência se percebam enquanto sujeitos de direitos no mundo, tendo, portanto, o direito a uma educação de qualidade neste instituto educacional.

Assim, iniciou o interesse por estudar políticas e práticas de educação inclusiva. A escolha do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT – IFPB – *Campus João Pessoa* acontece em virtude de a minha história acadêmica e profissional estar relacionada à educação, visando a melhorias na qualificação pessoal, mas também na realização de estudos que sejam contributivos para a sociedade.

Considerando que o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, tem, como linha de pesquisa 1, Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o tema de estudo desta pesquisa relaciona-se, portanto, a esta linha de Pesquisa, especificamente dentro do Macroprojeto 2 – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

A valorização da diversidade, da inclusão é extremamente significativa para uma sociedade justa, que respeita os direitos humanos, que pensa no ser humano, no educando e na sua emancipação social. Assim, esta pesquisa dedica-se a construir conhecimentos que sejam contributivos para todas as pessoas, profissionais que pensam e atuam por um ensino inclusivo.

No próximo tópico, serão apresentados os caminhos metodológicos que foram utilizados para a construção da pesquisa.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO: DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A construção da metodologia da pesquisa envolve a caracterização que segue informações sobre a classificação, abordagem e tipo de pesquisa. Assim, iremos apresentar conceitos teóricos sobre as etapas a serem utilizadas.

No que diz respeito à classificação da pesquisa, quanto à natureza, constituir-se-á de pesquisa aplicada, que, segundo Silveira e Córdova (2009, p. 35), tem como objetivo a construção de conhecimentos com foco na resolução prática de problemas da realidade: “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Desta forma, esta pesquisa visa à construção de conhecimentos que possam contribuir para a compreensão de como vem acontecendo a inclusão de estudantes com deficiência na realidade social do Instituto Federal de Educação da Paraíba – IFPB, *Campus* João Pessoa, especificamente no Ensino Médio Integrado, tendo a finalidade de também colaborar com práticas de inclusão a partir da construção de um produto educacional voltado à educação inclusiva.

A partir de Silveira e Córdova (2009, p.31), compreendem-se as ideias abordadas a seguir. Quanto à abordagem, esta pesquisa é quantitativa e qualitativa.

A pesquisa qualitativa é, conforme descrevem estes autores, uma pesquisa que não se preocupa com a construção de informações quantitativas, mas com o aprofundamento do fenômeno que está sendo investigado e que faz parte de um contexto social. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”

A pesquisa qualitativa tem como foco os problemas que envolvem a realidade sem ter como ponto central aspectos quantitativos, mas sim a compreensão de questões da sociedade, conforme destacam Silveira e Córdova (2009, p.32): “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

Desta forma, Minayo (2002) coloca que esta abordagem considera significados, motivos, objetivos, valores, ações, crenças, que não podem ser reduzidos a aspectos quantitativos ou variáveis: “corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p.24).

Sendo assim, para a interpretação e a análise dos dados, dar-se-á o emprego da abordagem qualitativa, conforme Silveira e Córdova (2009).

Com relação ao tipo de pesquisa, quanto aos objetivos, esta pesquisa é exploratória e descritiva.

No tocante à pesquisa descritiva, Gil (2008 p. 28) coloca que estas pesquisas têm como objetivo estudar, descrever as características de determinado grupo ou fenômeno social, percebendo relações entre diversas variáveis: “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Outros objetivos da pesquisa descritiva, conforme destaca Gil (2008 p. 28), é o levantamento de opiniões, valores, crenças de determinada população estudada, identificando relações entre variáveis: “São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis”.

Assim, nesta pesquisa, serão realizadas descrições de políticas e práticas educativas inclusivas voltadas para estudantes com deficiências do IFPB, *Campus* João

Pessoa, percebendo vivências, concepções, valores, ações, necessidades relacionadas à inclusão educacional.

Segundo Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias buscam o desenvolvimento, o esclarecimento de ideias, envolvendo o levantamento de materiais bibliográficos, de documentos, tendo como objetivo construir uma visão sobre acontecimentos do mundo real: “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Para Silveira e Córdova (2009, p. 35), este tipo de investigação permite maior profundidade sobre o problema a ser pesquisado: “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Quanto aos procedimentos, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e de campo para levantamento de dados sobre o tema em pauta.

A pesquisa bibliográfica é realizada, de acordo com Severino (2013), considerando registros teóricos científicos existentes de diversos autores e que irão ser contributivos enquanto base de sustentação teórica da temática estudada, como: documentos, livros, artigos, revistas, tese, fundamentações autorais que serão significativas para a análise da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2013, p. 107).

Gil (2018) acrescenta que a pesquisa bibliográfica faz parte, praticamente, de todas as pesquisas acadêmicas, científicas, como as teses, dissertações que apresentam um capítulo dedicado à fundamentação teórica do trabalho de pesquisa com percepções de conhecimentos já publicados sobre a temática de estudo que permitem compreender de forma mais ampla e fazer análises sobre o determinado assunto pesquisado: “as teses e dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou seção é dedicado à revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento” (Gil, 2018, p. 28).

Já na pesquisa de campo, conforme aponta Severino (2013), o objeto de estudo é percebido em sua realidade, no próprio ambiente onde as informações são levantadas, observando os fenômenos na forma como acontecem.

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador (Severino, 2013, p. 107).

Desta forma, nesta pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos por meio de artigos científicos, monografias, teses, dissertações, livros para compreensões de temáticas, conceitos, como: inclusão, educação inclusiva, políticas públicas, políticas inclusivas, inclusão nos Institutos Federais, políticas nacionais de educação inclusiva e políticas do IFPB norteadoras para a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado, entre outros. Também foram utilizados documentos, como leis, resoluções e documentos do Instituto Federal de Educação da Paraíba.

Quanto ao universo da investigação, de acordo com Marconi; Lakatos (2010), o universo da pesquisa refere-se ao conjunto de pessoas que apresentam características em comum e serão pesquisados a partir da delimitação dele.

[...] universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]. A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc. (Marconi; Lakatos, 2010, p. 206).

A definição de universo é trazida por Gil (2008) como um conjunto de elementos com características determinadas, referindo-se à totalidade de uma população.

O universo de pesquisa é, conforme Gil (2008), de onde se seleciona uma amostra significativa do objeto investigado, com os conhecimentos levantados sendo representativos deste universo. A partir da definição da amostra que considera características de determinada população, podem ser realizadas pesquisas de campo com o intuito de aprofundamento das questões dispostas no estudo.

Quanto à amostragem da pesquisa, esta envolve reflexão para delimitação da amostra de um universo. Marconi e Lakatos (2010) compreendem esta como uma forma de representatividade, de forma que seja legítima para a população total:

O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra) de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada (Marconi; Lakatos, 2010, p. 206).

As pesquisas sociais possuem necessidade da amostragem, segundo Gil (2008), pois abrangem um universo tão grande de elementos que não podem ser percebidos em sua totalidade. Deste modo, as pesquisas sociais trabalham bastante com amostras que possibilitam estudar uma parte dos elementos que fazem parte do universo.

Quanto à amostra, conforme este autor, é um subconjunto que estabelece características do universo: “Amostra. Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.” (Gil, 2008, p. 90).

O universo da pesquisa consistiu em discentes com deficiência matriculados no Ensino Médio Integrado, docentes com experiências com educandos com deficiência e profissional da Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas – COAPNE, sendo todos estes sujeitos do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, do *Campus* João Pessoa.

Dos 34 educandos com deficiência matriculados, que estudam do primeiro ao quarto ano do Ensino Médio Integrado, conforme dados levantados junto à COAPNE, foram selecionados 16, principalmente os estudantes que já estavam nos últimos anos (3º e 4º), com uma vivência maior no IFPB.

Assim, a pesquisa foi realizada com uma amostra de 06 discentes com deficiência matriculados no Ensino Médio Integrado e que aceitaram participar da pesquisa. Este número reduzido justifica-se devido à dificuldade na abordagem aos discentes de cursos distintos, da necessidade do consentimento do estudante, da família, como também do apoio destes familiares para que os educandos pudessem participar da pesquisa. Além disso, a pesquisa se insere também em um cenário pós-pandêmico da COVID-19, com estudantes que perderam parentes e se encontravam sem condições para participar da pesquisa, o que trouxe alguns empecilhos para o desenvolvimento da pesquisa. Este estudo tem, portanto, uma amostra com característica não probabilística, por acessibilidade e conveniência.

A entrevista aconteceu com um estudante por meio do *Google Meet*, tendo sido enviadas também mensagens de áudio pelo *WhatsApp*, levando em torno de meia hora a participação. Houve uma rápida apresentação da pesquisadora, da pesquisa, colocando a sua gratidão, como também a importância da participação na contribuição para a pesquisa. A identidade dos sujeitos foi preservada em todo momento da pesquisa. Os demais sujeitos participaram por meio de questionário no *Google Forms*.

Também foram realizados levantamento de informações junto à amostra de sete professores do IFPB – *Campus* João Pessoa, com experiências com educandos com deficiência e um profissional que atua na Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas – COAPNE – IFPB – João Pessoa.

A participação dos sujeitos da pesquisa foi importante para o fornecimento de informações de práticas educativas inclusivas no Instituto Federal de Educação da Paraíba que vieram a contribuir com a construção do produto educacional que considerasse a realidade, as necessidades dos estudantes com deficiência.

Portanto, a pesquisa teve, ao todo, 14 participantes, sendo sete docentes, seis discentes e um profissional da Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas- COAPNE – IFPB – João Pessoa.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, para a construção e a análise de dados, realizou-se a pesquisa com pessoas que têm experiências sobre a problemática pesquisada, como profissionais que atuam na Coordenação de Assistência às Pessoas

com Necessidades Específicas – COAPNE – IFPB – João Pessoa, entrevista semiestruturada de roteiro flexível com estudantes com deficiências matriculados no Ensino Médio Integrado da referida instituição educacional, fazendo o levantamento de vivências, necessidades e concepções apontadas por estes sujeitos da pesquisa.

Diante da dificuldade de realização da entrevista, foi colocada também a opção de responder ao questionário por meio do *Google Forms*, o que possibilitou maior êxito no alcance aos sujeitos da pesquisa. Para cada público-alvo da pesquisa (educandos, professores, profissional da COAPNE), foi construído um roteiro com questões para entrevista, visando levantar informações importantes para a pesquisa, conforme consta nos apêndices.

Visando à concretização deste estudo, foram realizados convites para a participação na pesquisa por meio dos contatos, como e-mail, contato telefônico, mensagens, chamadas de vídeo pelo *WhatsApp* ou *Google Meet*, formulário da plataforma *Google*, sendo este último utilizado para levantamento de informações por meio de questionário, sendo indispensável o uso da internet.

Nestes instrumentos para contato e levantamento de conhecimentos, experiências dos sujeitos pesquisados, foram colocadas informações, como o título da pesquisa; objetivos; possíveis riscos existentes na participação da pesquisa, trazendo a importância da colaboração dos pesquisados para a construção de conhecimentos significativos referentes à inclusão no IFPB, assim como da possibilidade de contribuir para práticas educativas inclusivas.

Outras informações foram destacadas para os participantes da pesquisa, como: o direito de o indivíduo participar, recusar a participação, deixar de responder a alguma pergunta ou retirar seu Consentimento Livre Esclarecido em qualquer momento da pesquisa, sem ter nenhum prejuízo, também sobre a confidencialidade dos dados fornecidos, apontando que as informações obtidas podem ser utilizadas para a publicação científica, sem qualquer divulgação para terceiros de dados que possam identificar os participantes.

Também foram repassadas informações para os participantes da pesquisa sobre alguns benefícios que podem ser alcançados, como: conhecimento da realidade sobre como vem acontecendo a inclusão no IFPB – *Campus* João Pessoa, podendo vir a colaborar com novas pesquisas científicas que envolvem a temática inclusão, para práticas educativas inclusivas, assim como para o desenvolvimento de projetos, de produtos educacionais que considerem as reais necessidades de estudantes com deficiências.

Depois de terem sido esclarecidos todos os pontos fundamentais que envolvem a pesquisa, como título, objetivos, direitos, riscos, benefícios, garantia de confidencialidade, importância, formas de levantamento de dados, entre outros aspectos, o participante ficou ciente dos seus direitos e da sua concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido fornecido – TCLE ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e da aceitação da participação da pesquisa, compreendendo os objetivos da pesquisa e como ela será realizada.

Entregou-se o TALE, instrumento para ser aplicado apenas em caso de algum estudante participante da pesquisa ser menor de idade. Também foi entregue, nesta situação específica, o TCLE, solicitando autorização para que os pais permitam a participação do estudante menor de idade. Também contém nos termos a solicitação de autorização para uso de imagens, caso houvesse, com respeito à identidade de cada participante, e a informação de que a participação na pesquisa é um ato voluntário, não cabendo ao participante receber nenhum valor por estar participando da pesquisa.

Foi esclarecido também que o participante não teria nenhum custo com a pesquisa, que as responsabilidades com despesas seriam da pesquisadora e que, para a execução deste estudo, seria considerada a Resolução 510/2016, a qual orienta os estudos na Área das Ciências Humanas e Sociais, tratando da questão ética da pesquisa envolvendo pessoas. Elucidou-se também que, para sua execução, o projeto passou por aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação da Paraíba.

Os dados levantados foram descritos e analisados, visando alcançar os objetivos da pesquisa, com respeito a todos os procedimentos éticos. Aos participantes, será garantido o acesso aos resultados dela, conforme a Resolução 510/2016. Assim, eles serão divulgados para os participantes de forma impressa ou digital, de acordo com o que for melhor para a devolutiva ao participante. Já a comunidade acadêmica terá acesso aos resultados da pesquisa a partir da própria publicação da dissertação.

Como estratégias de tratamento de dados da metodologia desta pesquisa, foram utilizadas a abordagem quantitativa, por meio do *software Excel* e a estratégia de tratamento de dados qualitativa para análise de dados a partir de Bardin.

No que diz respeito à análise, as autoras Mendes e Miskulin (2017) trazem a análise de conteúdo como aspecto metodológico para análise de dados da pesquisa qualitativa na área educacional. Estas autoras, destacando Chizzotti (1991), trazem a importância de uma descrição cuidadosa para se perceber as emoções, interpretações dos sujeitos no seu contexto.

Para a análise de conteúdo, citam as palavras de Bardin:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42).

Os conhecimentos levantados foram transcritos, tendo como norte a teoria de Bardin para análise de conteúdo. Bardin (1977), segundo Mendes e Miskulin (2017), considera técnicas voltadas à análise dos dados, buscando compreender os significados, os sentidos, sendo três etapas necessárias:

- a) Pré-análise – envolve a escolha do material, organização dos dados a serem analisados.
- b) Exploração do material – trata do estudo mais profundo, agrupamento de dados por semelhanças, transformação dos dados brutos em conhecimentos significativos.
- c) Tratamento dos resultados. É o momento das inferências, interpretações, análise, reflexões, críticas das informações levantadas por categorias de análise.

É a fase de análises minuciosas de elementos diversos de um conjunto.

Mendes e Miskulin (2017), citando Bardin (1977, p. 117), destacam que esta fase emerge de uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Assim, foi realizado o procedimento metodológico, considerando as três etapas de Bardin para análise. Neste sentido, foram feitas organizações dos registros escritos, orais, entrevista, questionários que foram levantados, principalmente de forma *online*, por meio do *Google Meet*, *WhatsApp*, e-mail para atender as necessidades dos sujeitos participantes da pesquisa, deixando-os mais confortáveis para participar da melhor forma possível e no horário que estivessem bem e com condições, buscando alcançar êxito na pesquisa. Entretanto, para que estes dados fossem obtidos, foram indispensáveis os encontros presenciais na COAPNE e o acolhimento do Coordenador, que sempre foi muito atencioso e contributivo.

Considerando a proposta metodológica de análise de conteúdo de Bardin, os dados levantados foram organizados, explorados, agrupados por semelhanças, diferenças, a fim de buscar significados, emoções a partir dos pensamentos dos sujeitos pesquisados.

Para o tratamento dos resultados, foi realizada a descrição e a análise dos dados, de elementos diversos colocados por cada conjunto (educandos, professores, profissional da COAPNE), realizando inferências, interpretações, reflexões críticas dos conhecimentos levantados, análises, tendo como norte as questões previamente definidas, sustentando as discussões com fundamentações teóricas e reflexões sobre o objeto deste estudo.

Após a análise, construímos subsídios importantes para a construção do produto educacional PE, pensado ao longo do desenvolvimento da pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, que é a construção de um *ebook* com resumos das normas nacionais e o regimento do IFPB, que orientam a prática de educação profissional no IFPB – *Campus* João Pessoa, como uma forma de orientar os acadêmicos do Ensino Médio sobre os direitos e responsabilidades que possuem.

O processo de análise foi significativo para que o produto educacional contemplasse as falas dos sujeitos da pesquisa, contribuindo com olhares de quem vivencia a prática educativa no IFPB e traz informações que necessitam ser consideradas para a construção de um produto educacional efetivo e com qualidade, possibilitando intervenções para reflexões críticas e ações voltadas à inclusão na realidade em que vive.

É interessante destacar a defesa ao longo deste estudo de práticas educativas inclusivas para todos, que valorizam o acesso, o acolhimento, a permanência, a construção de aprendizagens com autonomia, com educandos críticos, reflexivos e que usam os conhecimentos adquiridos para a transformação de realidades e a emancipação social.

Considerando essas ideias e no intuito de atingir os objetivos da pesquisa, o produto educacional escolhido e elaborado foi o *ebook*, que poderá contribuir com o IFPB – *Campus* João Pessoa, no sentido de proporcionar um recurso didático para os educandos com deficiência com potencialidade para desenvolver conhecimentos que sejam significativos para a vida destes educandos.

No contexto de ensino-aprendizagem, o produto educacional desta pesquisa, o *ebook* “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional” pode ser trabalhado em vários cursos por docentes, de uma forma multidisciplinar, visto que conhecimentos e discussões para a inclusão são necessários na sociedade. Também poderá contribuir com pessoas diversas que pensam e buscam um mundo mais inclusivo.

Como recursos para a comunicação, a construção de textos no *ebook* foi feita com estratégias motivadoras, atrativas, de forma interativa com os leitores, com imagens coloridas, letras grandes, legíveis, linguagem de fácil compreensão e outras possibilidades advindas das falas do professor orientador, da banca examinadora e dos sujeitos pesquisados.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional tem estado atrelada aos contextos históricos, sociais, à formação para o trabalho, sendo importante refletir sobre aspectos históricos, econômicos que impactaram e vêm influenciando as ações educacionais até os dias atuais.

Com a Revolução Industrial, conforme coloca Saviani (2007), com grandes efeitos no final do século XVIII e metade do século XIX, aprofundaram-se ideais para a indústria moderna pela simplificação do trabalho, diminuindo a necessidade de qualificação, em virtude da introdução de máquinas para executar funções antes realizadas de forma manual.

Desse modo, os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele destacam-se, indo incorporar-se às máquinas. Por esse processo, dá-se a mecanização das operações manuais, sejam elas executadas pelas próprias máquinas ou pelos homens, que passam a operar manualmente como sucedâneos das máquinas (Saviani, 2007, p. 158).

Com a divisão do trabalho para atendimento da indústria e a realização de tarefas específicas, fragmentadas e de forma mais rápida, a educação profissional tem ênfase na técnica, sem reflexões sobre a execução de ações, sem percepções do total, da integralidade do processo do trabalho.

Saviani (2007), buscando a compreensão dos fundamentos ontológicos e históricos que tratam do trabalho e da educação, afirma que ambos os elementos estão relacionados e são atividades essencialmente humanas: “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (Saviani, 2007, p.152).

Entendendo o homem como ser constituído de capacidade de educar e trabalhar, sendo a razão a especificidade, a característica essencial que possibilita o homem ter estes atributos, Saviani (2007) apresenta a relação trabalho e educação como relativa à identidade:

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (Saviani, 2007, p. 154).

A partir de Saviani, pode-se entender que esta relação de identidade acontece, pois os homens, no próprio ato em busca da existência, constroem as aprendizagens em suas interações com o meio, com os outros, construindo conhecimentos e transmitindo para as próximas gerações, sendo o próprio fazer humano um laboratório para aprender.

Ao longo da história, vai surgindo a separação entre educação e trabalho. Com a apropriação da terra de forma privada, acontece a divisão dos homens em classes, o que é extremamente importante, conforme este autor, para a compreensão ontológica do homem, visto que, com a propriedade privada, o homem é obrigado a trabalhar para os detentores das propriedades.

Esta divisão de classes também irá produzir separações no ato educativo:

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (Saviani, 2007, p. 155).

Com a divisão dos homens em classes, surgem também as divisões na educação, que, antes, estava relacionada principalmente ao trabalho e à produção da existência. Deste modo, a educação passou a ter duas vertentes, duas modalidades de educação: uma que atendesse à classe proprietária, com foco em conhecimentos intelectuais, e a outra, para os não detentores de propriedade, conhecimentos necessários apenas para a execução de atividades do trabalho, o que acentua a divisão social em classes com uma educação para os dominantes e para os dominados.

Tudo isso revela o caráter excludente desta educação dualista que, aliada, destinada apenas para o atendimento do mercado, de demandas econômicas de modelos capitalistas, vai retirando a possibilidade de o conhecimento ser para todos, sem discriminações, sem divisões, sem distinções, de modo que o ser, enquanto possuidor dos saberes produzidos ao longo da História da Humanidade, tenha a capacidade e oportunidades para decidir sobre a sua ação no mundo.

Atualmente, as discussões sobre a Educação Profissional e Tecnológica são voltadas para reflexões de um ensino integral, lutando contra o modelo educacional dualista, pensando no ser humano como um ser integral, diverso, histórico, reflexivo, que percebe e atua sobre a realidade.

1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Os discursos atuais para a educação profissional apontam, justamente, para uma educação que rompa com este modelo dualista de ensino reprodutor do sistema capitalista, de uma educação para um trabalho manual e outra para o trabalho intelectual, repensando-se no sentido de um ensino integral, articulando os conhecimentos gerais produzidos ao

longo da história da humanidade e do conhecimento profissional com práticas educativas que levem a reflexões sobre a realidade, sobre a história, aspectos diversos que envolvem o ser humano.

De acordo com o Decreto Nº 5.154/ 2004, a educação profissional deve ser desenvolvida por meio de cursos e programas de qualificação profissional, contemplando formação inicial e continuada para trabalhadores, educação profissional técnica para o nível médio e educação profissional tecnológica para graduação e pós-graduação.

A articulação da educação profissional com o Ensino Médio deve observar os objetivos das diretrizes curriculares nacionais do Conselho Nacional de Educação (CNE), podendo ser feita de forma integrada ou concomitante:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso (Brasil, 2004, Art 4º).

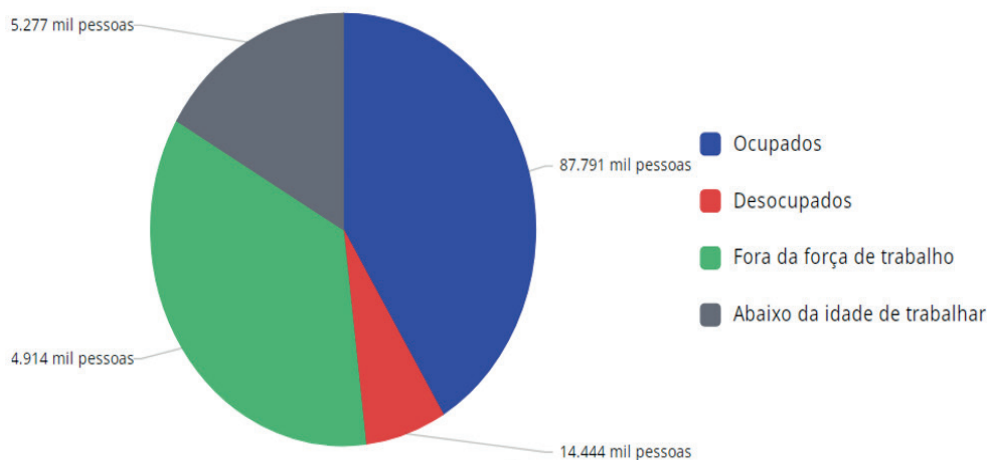
Atualmente, as discussões em torno da Educação Profissional têm sido em busca de uma educação omnilateral, cuja base seja a reflexão em oposição a uma formação unilateral e a execução do trabalho de forma alienada e fragmentada.

Considerando uma Educação Profissional voltada para a formação humana integral, omnilateral, que pensa no ser humano em todas as suas dimensões, especificidades, contextos históricos e na realidade em que vivem, é importante perceber o contexto que envolve a educação e o trabalho no Brasil.

Conforme Simões (2010), educação e trabalho fazem parte da preocupação de jovens e adultos da sociedade brasileira, país que vive exclusões e profundas desigualdades.

Muitos estão sendo excluídos do acesso ao trabalho e à educação que acontece nas instituições educacionais. Com relação ao trabalho, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), o Brasil possui, atualmente, 14,4 milhões de pessoas desempregadas. O Gráfico a seguir mostra como está a situação da população brasileira no mercado de trabalho.

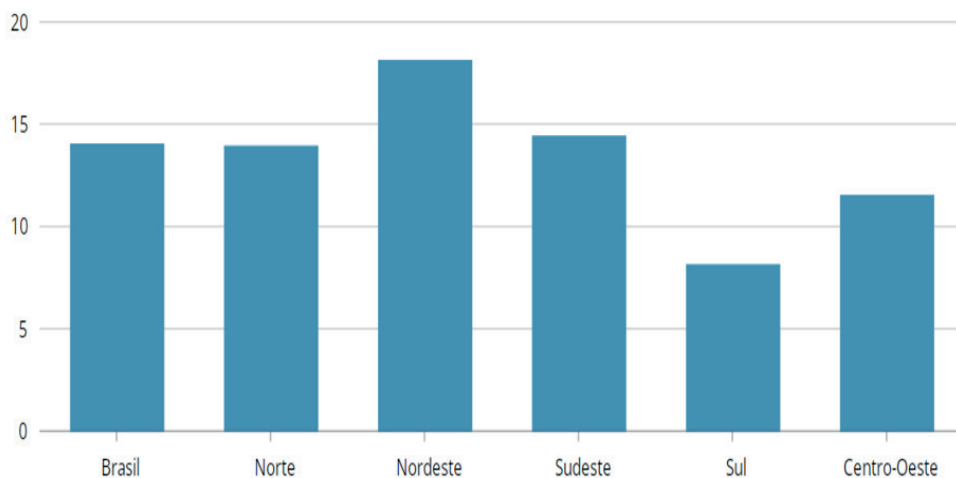
Gráfico 1 – Situação da população brasileira no mercado de trabalho



Fonte: IBGE (2021)

E, quando se consideram as regiões do país, pode-se perceber que as maiores taxas de desemprego acontecem no Nordeste, segundo o Gráfico da Taxa de desemprego no Brasil e nas Grandes Regiões, IBGE (2021).

Gráfico 2 – Taxa de desemprego no Brasil e nas Grandes Regiões



Fonte: IBGE (2021).

Diante dos contextos excludentes do mercado do trabalho, da falta de oportunidades, muitas pessoas precisam enfrentar o trabalho informal, sem direitos, com excesso de horas de trabalho, ganhando valores insignificantes que não permitem o mínimo para sua

subsistência. Sobre o trabalho informal, Simões alerta: “Milhões de jovens não podem permitir-se o luxo de estarem desempregados, e por isso trabalham durante longas jornadas em troca de salários muito baixos, tratando de construir sua vida na economia informal” (Simões, 2010).

Com esta realidade, percebe-se a importância do papel social da educação para contribuir com formações de qualidade, a fim de que os educandos consigam se preparar para alcançar seu espaço de trabalho na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, edição atualizada, Brasil (2017) traz uma seção tratando da Educação Profissional Técnica, colocando que o Ensino Médio deve proporcionar uma formação geral e preparar os educandos para atuar em profissões técnicas. A educação profissional técnica voltada para o Ensino Médio, de acordo com esta lei, deve ser desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio ou subsequente, especificamente para estudantes que já tenham concluído este nível de ensino.

Ciavatta (2014) coloca o ensino integrado enquanto parte das ações voltadas para o Ensino Médio e para a educação profissional como importante para os que lutam por uma educação de qualidade, enfatizando a necessidade de compreensão de conceitos, princípios, de percepção da realidade e do compromisso com a transformação social.

Neste sentido, enfatiza que a percepção, a análise de mundo da sociedade deve ser feita de forma coerente com o materialismo histórico, proposta teórica oriunda das ideias de Karl Marx e Engels, tendo como objetivo maior a transformação.

De modo mais incisivo, coerente com o materialismo histórico que nos dá elementos para a análise da sociedade capitalista em que vivemos, recuperamos a XI tese ad Feuerbach que diz que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo” (Marx; Engels, 1979, p. 14 apud Ciavatta, 2014, p. 188).

Analisar, portanto, a sociedade capitalista perpassa a compreensão de mundo, das relações sociais, mas, principalmente, pela busca de transformar realidades, de buscar a construção de pessoas críticas, que se percebem enquanto capazes de refletir e de agir por mudanças na sociedade, o que não é tarefa fácil, visto que, no nosso país, muitos ainda estão em busca de objetivos básicos, de direitos essenciais para a manutenção da vida, como a alimentação, a moradia, a saúde.

Neste sentido, Ciavatta (2014) destaca o questionamento de Oscar Jara sobre o significado da formação de cidadãos para a criticidade e para a mudança em um país com parte da população se preocupando, principalmente, com necessidades mais urgentes, como em ter o que comer.

De acordo com dados do IBGE (2020), 10,3 milhões de pessoas viviam em domicílios com privação grave de alimentos. De 68, 9 milhões de domicílios existentes no Brasil, 36, 7% apresentavam algum tipo de insegurança alimentar, conforme este instituto

de pesquisas, o que atinge 84,9 milhões de pessoas. E, quando se consideram as regiões Norte e Nordeste, estes dados ainda são mais gritantes, pois foi verificado que menos da metade dos domicílios do Norte (43,0%) e Nordeste (49,7%) possuem acesso regular à alimentação, sendo 1,3 milhões de domicílios com insegurança alimentar grave na região Nordeste.

A partir destes dados alarmantes da insegurança alimentar no país, a aprendizagem fica, por sua vez, como um objetivo para um segundo plano para muitos brasileiros. Como pensar a educação em um país com esta realidade, considerando-se que 84,9 milhões de pessoas estão em algum grau de insegurança alimentar, sem acesso ao básico, à alimentação? Como refletir sobre a educação profissional crítica, consciente, reflexiva, transformadora?

A busca por sujeitos críticos, conscientes, capazes de intervir no mundo, torna-se complexa e demanda reflexões no próprio conceito de mudança, conforme traz Ciavatta (2014), pensando em mudanças para o Ensino Médio não apenas se adequando às mudanças de produção e relações do trabalho, mas devendo, portanto, ser considerado o contexto social, assim como as condições de vida que influenciam as decisões das pessoas, a formação integral pensando a articulação entre educação e trabalho, teoria e prática enquanto possibilidade de emancipação social: “união estudo e trabalho, do conhecimento e da prática para uma outra sociedade, para a superação da divisão social do trabalho” (Ciavatta, 2014, p. 189).

Esta autora fala de conceitos significativos para a percepção do que vem sendo discutido para a educação profissional na atualidade, como educação integral, politécnica e educação omnilateral, que estão interligados e precisam acontecer de fato para uma educação profissional de qualidade, precisando existir para todos, e não apenas para uma minoria.

A educação integral relaciona-se com a politécnica, que abrange a ideia do uso de muitas técnicas, compreendendo uma formação educacional omnilateral, percebendo o ser humano de forma integral, nos mais variados aspectos: físico, mental, intelectual, cultural, político, integrando conhecimentos científicos gerais e educação profissional.

A origem das reflexões para um ensino integral surge, conforme Ciavatta (2014), a partir da educação socialista que tinha como objetivo ser omnilateral, sendo uma luta política a educação politécnica, que reconhece o ser humano em todos os seus aspectos físicos, emocionais, intelectuais, assim como para o trabalho: “Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (Ciavatta, 2014, p. 190).

Desta forma, o valor da pessoa humana e o seu desenvolvimento social são ressaltados, trazendo discussões de como a educação para o trabalho pode ser contributiva para a vida das pessoas, quais conhecimentos realmente são significativos e devem fazer

parte do currículo e que as pessoas precisam adquirir para a atuação no trabalho, de forma consciente e reflexiva sobre a sua realidade.

As ideias de uma educação integral, entretanto, proposta pelo modelo de educação socialista não podem ser, simplesmente, implantadas na mesma forma que foi pensando em uma sociedade capitalista, como traz Ciavatta, existindo algumas lições que precisam ser aprendidas.

Não se faz a transposição da educação de um sistema para outro. O que podemos aprender com a pedagogia socialista são, basicamente, três lições: primeiro, a relação trabalho e educação continuará sendo objeto de disputa acirrada no sistema capital onde vivemos; segundo, o conhecimento da pedagogia socialista preserva a memória e constrói a história da educação para a humanização, e não apenas a meia educação para a exploração, a serviço do mercado; terceiro, as lutas por uma nova relação trabalho e educação devem avançar *pari passu* com outras lutas sociais, pelas melhorias de vida de toda a população (Ciavatta, 2014, p. 191).

Dentre as lições da pedagogia socialista, a autora destaca: a relação trabalho e educação enquanto disputa no capitalismo; a preservação na educação socialista da memória, da história voltada para a humanização que zela por um ensino que não tenha apenas o viés de atendimento das demandas do mercado e a luta pela relação educação e trabalho, tendo como foco melhores condições de vida para todos.

A qualidade da educação pública para todos deve ser objetivo da educação profissional integrada, politécnica, omnilateral sendo papel político a busca por uma sociedade mais justa, que possa contribuir para que as pessoas transformem as suas realidades.

Portanto, pensar em educação profissional requer o refletir e o agir por uma educação integral, politécnica, omnilateral, de modo que se construam instrumentos teóricos, diálogos que permitam o pensar de forma crítica e a transformação sobre a realidade, almejando a emancipação humana na sociedade, para que todos possam ter o direito a uma vida digna.

A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Lei, nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, normatizando a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país, instituições de educação básica, superior e profissional, que ofertam várias modalidades de ensino em diversos *campi*, localizados nos mais variados Estados do país.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008, Art. 2.º).

Estes institutos, em consonância com a referida lei, atuam unindo conhecimentos técnicos, tecnológicos com práticas pedagógicas, com a finalidade de ofertar educação profissional para a formação de cidadãos e atuação profissional em setores da economia, enfatizando o desenvolvimento socioeconômico da localidade.

Bezerra (2017), citando Vidor *et al.* (2011), traz o caráter singular dos institutos federais que atuam com vários níveis de ensino: ensino superior, educação básica e profissional. Esta especificidade dos institutos confere a possibilidade de integrar conhecimentos, entretanto, a articulação entre educação básica e profissional ainda provoca desafios para as instituições, e são muitas as discussões na atualidade sobre a construção de um ensino integrado, sobre o papel político dos IFs e o vínculo destas instituições com a atuação para o trabalho.

Outros fins destes institutos são o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo investigativo, adequando técnicas e tecnologias para atendimento das demandas da sociedade, fortalecendo o desenvolvimento da produção social, econômica e local, tornando-se um centro de qualidade e excelência na oferta do ensino de capacitação profissional técnica e tecnológica, com programas de extensão, de divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos com estímulos para o cooperativismo.

Alguns dos objetivos destes institutos federais, conforme apresenta a Lei nº 11.892/2008, são: ministrar educação profissional técnica no Ensino Médio e ministrar cursos de formação inicial e continuada para a capacitação de trabalhadores em educação profissional e tecnológica, devendo a oferta do Ensino Médio técnico acontecer de forma integrada.

Art. 7º – Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil, 2008, Art. 7.º).

Também tem como objetivo realizar pesquisas para o desenvolvimento técnico e tecnológico em benefício da sociedade, atividades de extensão articulada ao mundo do trabalho e segmentos sociais, além de apoiar processos de educação que têm como intuito a produção de trabalho e renda para as pessoas, visando à emancipação social do cidadão.

Os Institutos Federais herdaram alguns pontos dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, conforme coloca Bezerra (2017), como as percepções de ensino integrado, entendidas como norte das ações desses espaços educacionais. Além disso, existe a compreensão de que o Ensino Médio Integrado pode promover, como afirma Pacheco (2011), citado por Bezerra (2017), a união de conhecimentos técnicos e científicos, consistindo, realmente, em um instrumento de inclusão e de emancipação social.

Com estas reflexões, percebe-se que os Institutos Federais devem atuar de forma política e emancipatória, repensando o seu papel em uma sociedade com divisões de classes e fornecendo conhecimentos que sejam contributivos à formação humana, para que seus educandos consigam pensar sobre a sua prática no mundo, sobre a sua realidade econômica, histórica, social.

3.1 HISTÓRIA DA ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES ATÉ A INSTITUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Como destacam os autores Lima, Tavares e Sobrinho (2020), historicamente, no tocante à Educação Profissional Tecnológica no Brasil, com a criação da Escola de Aprendizes e Artífices – EAA em 1909, o papel das instituições era de assistencialismo para atendimento de pessoas órfãs ou desprovidas da sorte. Sendo assim, estas instituições

foram pensadas, inicialmente, para atendimento apenas de pessoas carentes, com cursos profissionalizantes que funcionassem como alternativa para alcance de um emprego. Com o foco na execução de um emprego, o saber valorizado é o de executor de tarefas, da formação de mão de obra para atendimento, para sustentação do mercado.

Para Rodrigues *et al.* (2020), a criação dos institutos federais esteve relacionada a um projeto de educação profissional nacional, mas também a propostas educativas que atendessem às realidades locais, regionais. De acordo com estes autores, o percurso histórico da Educação Profissional no Brasil inicia-se em 1909 com as Escolas de Aprendizes Artífices, enquanto os Institutos Federais representam a concretude das políticas públicas em Educação Profissional da atualidade, podendo ser percebidos com a busca de um rompimento histórico da educação que ensinava apenas a fazer e era voltada para a população mais humilde, mais pobre na sociedade.

Figura 1 – Primeiros alunos e Professores da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, 1910



Fonte: IFPB (2021).

A escola de aprendizes, segundo Candeia (2018), teve como papel alfabetizar e disciplinar os “desfavorecidos da fortuna”, refletindo especificamente sobre a trajetória da escola de aprendizes da cidade de João Pessoa, criada em 1909, tendo deixado de existir em 1942. Assim, este autor coloca que a Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba teve como objetivo a profissionalização para produzir pessoas, operários que fossem disciplinados, aprendendo comportamentos para atender o mercado de trabalho e a nação brasileira. Este autor faz um estudo importante sobre a história da Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba – EAAPB, trazendo objetivos, princípios, reflexões de destaque necessário, como as informações que seguem.

A Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba teve como objetivos habilitar os filhos de pessoas pobres com preparo técnico e aprendizagens para o trabalho, com o intuito de afastar dessas pessoas a ociosidade, o vício, o crime, profissionalizando, produzindo operários que valorizassem a Pátria, revelando a preocupação do Estado com a formação de mão de obra para atender as exigências do mercado de trabalho quando, no país, já existiam em 1909 em torno de 3362 estabelecimentos industriais, o que demandava operários qualificados para realizar certos ofícios, realizar tarefas com técnicas específicas na indústria. E, quanto mais a indústria crescia e se desenvolvia, mais se esperava que o governo tomasse providências para atender as demandas do ensino profissional.

Ao longo da história de criação, a Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba-EAAPB teve várias denominações. Candeia (2013) registra que a manutenção deste nome foi até o ano de 1937, quando passou a se chamar de Liceu Industrial. Em 1942, foi denominada de Escola Industrial; em 1958, passou a ser conhecida como Escola Industrial Coriolano de Medeiros; em 1965, foi denominada Escola Industrial Federal da Paraíba; em 1967, recebeu a denominação de Escola Técnica Federal da Paraíba; em 1999, foi reconhecida como Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – CEFET – PB e, de 2008 até a atualidade, seu nome passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

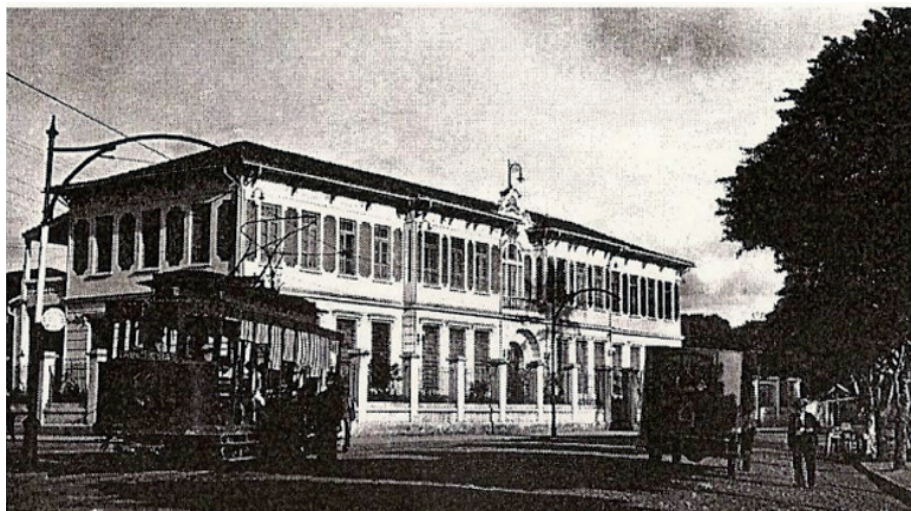
Quadro 1 – Denominações da Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba-EAAPB

Momento histórico	Denominação
1909	Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba
1937	Liceu Industrial
1942	Escola Industrial
1958	Escola Industrial Coriolano de Medeiro
1965	Escola Industrial Federal da Paraíba
1967	Escola Técnica Federal da Paraíba
1999	Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
2008	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Fonte: Dados da pesquisa a partir da teoria de Candeia (2013)

A Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba – EAAPB apresenta histórico da educação profissional na Paraíba, estando relacionada aos aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil. Assim, esta instituição escolar foi criada com o intuito de resolução de problemas sociais, como a busca da retirada de menores existentes nas ruas, que significava uma abertura para crimes, infrações e também devido à preocupação com a qualificação para o trabalho, visto estar o país em crescente desenvolvimento industrial. A figura a seguir destaca a Escola de Aprendizes Artífices, no Bairro de Jaguaribe, João Pessoa, em 1928.

Figura 2 – Escola de Aprendizes Artífices, Jaguaribe, em 1928



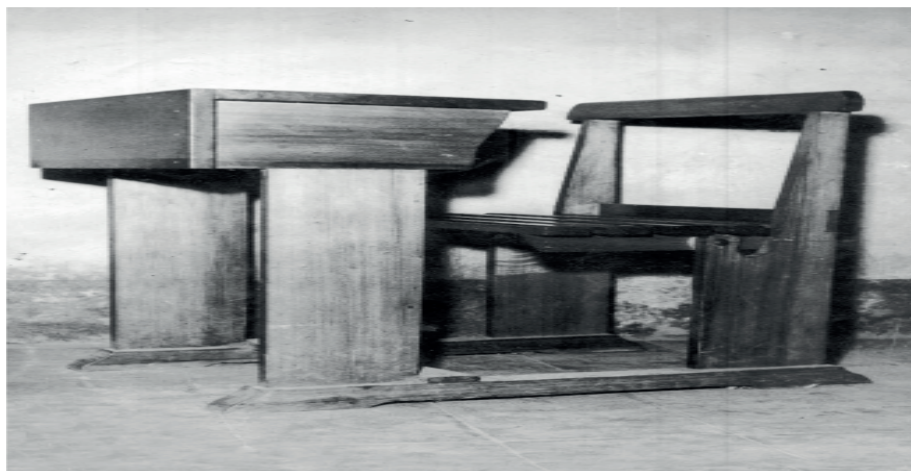
Fonte: STUCKERT, 2007, p. 82 apud Candeia (2013).

Desta forma, o ensino profissionalizante surge com o objetivo de tirar os desvalidos de sorte, mas o que aparenta ser muito positivo, na verdade, materializa-se de forma excludente, pois, neste espaço, o aprendiz desenvolve conhecimentos preparatórios para realizar determinados ofícios, trabalhar em indústrias, enquanto a camada da população com mais recursos vai ter outro tipo de educação.

A EAAPB surgiu, então, em 23 de setembro de 1909, conforme Candeia (2013), quando o Presidente Nilo Peçanha criou, em todas as capitais do Brasil, as Escolas de Aprendizes Artífices, com nível primário e gratuito, que tinha a preocupação com os menores, para que seguissem regras morais e técnicas, tornando-se cidadãos úteis à nação. Para o país, a preocupação da criação destas escolas era formar profissionais qualificados e voltados ao processo crescente da industrialização. Como na Paraíba, segundo este autor, não se percebiam grandes avanços rumo à industrialização que demandassem mão de obra especializada para o trabalho em fábricas, esta instituição ofertava atividades manufatureiras, ficando divididas entre atividades para o artesanato e para a indústria.

Visando à construção de cidadãos úteis à nação, a formação deles envolvia controle, disciplina, adaptação. Neste sentido, esta instituição paraibana, enquanto disciplinar, conforme Ferreira (2002) apud Candeia (2013), revela o caráter excludente e de controle da sociedade para o trabalho assalariado, para monitoramento dos homens pobres disciplinados para o trabalho nas fábricas que seriam implantadas, preparando profissionalmente os jovens excluídos da sociedade, operários artífices com curso primário. A figura a seguir destaca cadeira escolar da década de 1920.

Figura 3 – Cadeira escolar da década de 1920.



Fonte: Candeia (2013).

Tal contexto trazia a ideia de escola democrática, voltada para os pobres, enquanto aumentava a exclusão, as diferenças de classes, pois os pobres aprenderiam a executar ofícios para o trabalho fabril, enquanto os filhos da elite aprenderiam a geri-los, a controlá-los, mantendo uma educação dualista e cada vez mais desigual. A figura que segue retrata os alunos da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba em 1936.

Figura 4 – Alunos da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba em 1936



Fonte: Ricardo Grisi Velôso apud Candeia (2013).

O processo histórico da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba, da história dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS até o estabelecimento dos Institutos Federais precisa ser compreendido nos aspectos políticos, econômicos, sociais, para melhor compreensão da Educação Profissional do Estado da Paraíba.

A história dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS até a instituição do Institutos Federais está entrelaçada, conforme Marise Ramos (2020), por luzes e sombras. As luzes estariam relacionadas aos desafios, às ações propostas para os Institutos Federais, enquanto as sombras, ao conjunto que envolve a história da educação brasileira. As instituições federais vão se expandido com os planos de expansão da rede federal a partir de 2008. Neste sentido, esta autora nos convida a perceber as redes públicas de educação como possibilidade de superação de desigualdades educacionais e culturais do país.

A Educação Profissional e Tecnológica tem feito parte de dois projetos de educação, segundo Lima, Tavares e Sobrinho (2020), um projeto hegemônico voltado para o mercado de trabalho, visando ao atendimento de interesses do capital, e outro projeto contra-hegemônico, cujo intuito é a emancipação humana nas suas relações com o mundo do trabalho, pensando uma educação humana integral, politécnica, sendo o Ensino Médio Integrado um caminho possível para a formação que considera uma sociedade mais justa e mais humana para todos:

O Ensino Médio Integrado, que tem prioridade de oferta na lei de criação dos Institutos Federais, seria um caminho para a formação de uma sociedade mais justa, uma vez que destoa de proposta de ensino que apenas prepare mão de obra a ser consumida pelo mercado" (Lima; Tavares; Sobrinho, 2020, p. 119).

Desta forma, citando Moura (2014), os autores Lima, Tavares e Sobrinho (2020) destacam que o Projeto contra-hegemônico tem como centro a formação humana, a transformação social, sendo papel da educação fornecer o conhecimento técnico e científico para a compreensão das relações sociais.

Neste sentido, pensar em Educação Profissional e Tecnológica, na atualidade, é considerar que as pessoas precisam se perceber enquanto atuantes, participantes, pertencentes, sujeitos da sua história, capazes de compreender e atuar no mundo que o cerca, na sua realidade. Assim, os estudantes são sujeitos ativos, participativos no processo de aprender.

Conforme os autores Lima, Tavares e Sobrinho (2020), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vão se inserindo neste campo de disputa desde a sua criação com a Lei 11.892/2008. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, nos anos de 2003 a 2016, traz a necessidade do debate sobre estes dois projetos de educação e em qual destes projetos a expansão acontece.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Lima, Tavares e Sobrinho (2020) destacam que esta Rede é composta, conforme pode ser percebido com a Lei nº 11.892 (2008), Art 1º, pelos Institutos Federais de Educação

Ciência e Tecnologia (IF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), as Escolas Técnicas das Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. (Brasil, 2008).

Art. 1ª Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)

V - Colégio Pedro II. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012) (Brasil, Lei nº 11.892, 2008, Art. 1º).

Os Institutos Federais, conforme o artigo 2º da Lei nº 11.892 (2008), são instituições de educação superior, básica e profissional que têm por especialidade a oferta da educação profissional e tecnológica, tendo por base a união de conhecimentos técnicos e tecnológicos nas práticas pedagógicas.

De acordo com esta lei que institui o sistema federal de ensino, em seu artigo 6º, a Rede Federal de Ensino tem como finalidade a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis da educação e as seguintes características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, Lei nº 11.892, 2008, Art. 6.º).

Desta forma, percebe-se, como característica dos Institutos Federais de Ensino, a partir da Lei nº 11.892 de 2008, o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica para atendimento das demandas da sociedade, das regiões onde estão inseridos, para fortalecimento de aspectos sociais, culturais, econômicos da localidade.

Outras características importantes são: a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, assim como o propósito de se constituir em espaços de excelência na oferta do ensino e como centro de referência para a capacitação pedagógica de professores que atuam nas redes públicas, o desenvolvimento de programas de extensão, de pesquisas que considerem a cultura, o empreendedorismo, a ciência, a tecnologia e a preservação ambiental.

Sobre a verticalização do ensino, Rodrigues *et al.* (2020) apresentam dados do Instituto Federal de Farroupilha (2018), trazendo outras características importantes das diretrizes para a criação dos Institutos Federais, como a interiorização, que compreende a oferta de unidades federais de ensino em regiões mais distantes das capitais, percebendo também a verticalização que envolve o oferecimento de cursos voltados à formação inicial, ao Ensino Médio, à pós-graduação e à inclusão social. Considerando estas características, estes autores apontam que o Instituto Federal de Farroupilha, em 2018, tinha, em média, 80% de seus estudantes oriundos de famílias de baixa renda, com até um salário mínimo, e destaca a expansão ocorrida em 15 anos, com o Brasil tendo o número de escolas técnicas quadruplicado.

Estes dados são importantes para a percepção da inclusão no que diz respeito ao acesso de pessoas da classe pobre, com baixa renda, a uma instituição federal de ensino. Entretanto, apenas o acesso não garante a inclusão destas pessoas de fato: é preciso propiciar uma educação transformadora, para que os educandos sejam capazes de aprender, refletir e buscar a transformação de realidades.

Portanto, são objetivos dos Institutos Federais de Educação Profissional, consoante o Art. 7º Lei nº 11.892, 2008:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a

atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI – ministrar em nível de educação superior (Brasil, Lei nº 11.892, 2008, Art 7º).

Rodrigues *et al.* (2020), trazendo a fala da Reitora Carla Jardim, do Instituto Federal de Farroupilha no V Seminário Internacional de Educação Profissional e Tecnológica do IFFar, salientam que a criação dos IFs, institutos federais, traz uma quebra na dualidade histórica da educação profissional brasileira, trazendo ideias de que é possível unir trabalho e ciência. Estes autores ainda acrescentam que a articulação da educação, ciência, trabalho para a emancipação social compreende o ser humano além da técnica, rompendo com um modelo fragmentado, valorizando a integração do currículo no Ensino Médio que é ofertado nos IFs.

Desse modo, compreender o ser humano além da técnica para uma educação emancipatória é percebê-lo enquanto agente social que atua na sociedade, que deve construir aprendizagens importantes para sua prática profissional, refletindo e transformando a sua realidade.

A Educação Profissional e Tecnológica no século XXI está atrelada a novas concepções de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional mais voltada para questões éticas e políticas, conforme Ramos escreve em 2005, sendo necessárias reflexões de concepções de mundo e sociedade para pensar as instituições de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio e suas atuações para o mundo do trabalho, assim como para uma sociedade mais justa, mais humana.

A compreensão do ser humano na atualidade, conforme Marise Ramos (2020), é de um ser humano histórico e social, capaz de construir conhecimentos a partir da realidade, na relação com a natureza, sendo o trabalho o princípio para o ato educativo. Quanto à educação básica, deve ser capaz de desenvolver as bases científicas, culturais, sociais, para que os diversos profissionais sejam inseridos na sociedade. Este é o papel do Ensino Médio Integrado, de acordo com a visão de Ramos: buscar o rompimento de fragmentações existentes do currículo pelo trabalho interdisciplinar, permitindo o diálogo dos processos educativos com as relações dos sujeitos no espaço em que vive, pensando uma educação que acolha trabalho, ciência e cultura no Ensino Médio Integrado.

À vista disso, a Educação Profissional Integral do Ensino Médio, que acontece nos institutos federais, torna-se extremamente importante diante do momento que vivemos, sendo preciso valorizar os conhecimentos científicos construídos pela humanidade e defender uma formação integrada, omnilateral, politécnica como forma de amenizar, de diminuir as desigualdades da educação.

3.2 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, segundo a Resolução 144 do Conselho Superior (2017), é uma autarquia federal que tem sua criação fundamentada na Lei nº 11.892/2008 e possui autonomia nos aspectos de administração, do patrimônio, financeira e também nas suas ações pedagógicas.

Art. 2º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, doravante designado IFPB, é uma autarquia federal, criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e vinculada ao Ministério da Educação (MEC); é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e tem como sigla IFPB (IFPB, 2017, p. 1).

O fato de este instituto ter autonomia é muito significativo para poder nortear suas ações a partir de valores, princípios, finalidades importantes, contributivas para práticas administrativas e, principalmente, educativas. A Figura a seguir retrata o IFPB, *Campus João Pessoa*.

Figura 5 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB



Fonte: IFPB (2017).

O IFPB possui *campi* em várias cidades do Estado da Paraíba, com sede localizada no Município de João Pessoa, capital deste Estado, atuando com diversas modalidades e níveis de ensino.

De acordo com a Resolução nº 144 – Regimento Geral do IFPB (2017), este instituto oferta diversas etapas de ensino: educação básica, superior e profissional e tem como especialidade o ensino profissional, ofertado a partir de valores humanísticos e da união de conhecimentos científicos e tecnológicos.

§ 2º O IFPB é uma instituição de educação básica, superior e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas nos termos da lei e deste estatuto (IFPB, 2017, p. 1).

O IFPB, segundo a Resolução 246/2015, que dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, tem como princípios norteadores a busca por justiça social, equidade e cidadania, considerando políticas brasileiras inclusivas voltadas para a pessoa com deficiência, reconhecendo a importância do respeito à diversidade, defendendo uma educação para todos.

Art. 3º – O Instituto Federal da Paraíba, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I – compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, conservação e preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento humanístico, científico, ambiental e tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV – compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, em conformidade com a legislação brasileira de inclusão da pessoa com deficiência;

V – natureza laica, pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;

VI – respeito à ética, à diversidade étnica, ao meio ambiente, à livre orientação sexual, diversidade cultural e biológica;

VII – pluralismo de pensamento;

VIII – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

IX – flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos de ensino;

X – incentivo às práticas de autogestão e solidariedade no âmbito interno e externo; XI – excelência educacional;

XII – defesa dos direitos humanos e vedação do retrocesso social;

XIII – excelência na gestão institucional (IFPB, Resolução nº 246, 2015, p. 4).

Dentre os aspectos significativos considerados pelo estatuto do IFPB, este instituto também destaca a defesa dos direitos humanos e práticas educativas voltadas para o desenvolvimento de educandos críticos, conscientes, reflexivos.

Quanto às finalidades do IFPB descritas neste estatuto, algumas são: ofertar educação profissional e tecnológica, qualificando profissionais para atuarem em setores da economia, almejando o desenvolvimento da localidade e da região; desenvolver a educação a partir da investigação e da busca de soluções técnicas, tecnológicas para atender às demandas sociais; possibilitar a integração dos diversos níveis de ensino oferecidos, integrando educação básica à educação profissional e superior; ofertar um ensino de excelência, tendo como base o desenvolvimento crítico; desenvolver programas de extensão com estímulos à pesquisa aplicada ao empreendedorismo, cooperativismo, ao desenvolvimento das ciências e das tecnologias e da busca da preservação ao meio ambiente.

Assim, o IFPB tem como pontos destacados, em seu Regimento (Resolução nº 144/2017), a promoção do desenvolvimento de cidadão que seja capaz de atuar profissionalmente, mas percebendo a realidade, a complexidade do mundo em que vive, disseminando conhecimentos ambientais, humanos, das ciências, das tecnologias, da cultura, entre outras diversidades de saberes, contribuindo também com a formação de professores e a produção de novas tecnologias.

Este estudo irá, portanto, analisar as políticas e práticas educativas que tratam da inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba do *Campus* de João Pessoa.

O PAPEL DA INCLUSÃO PARA A CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS

A inclusão social tem sido discutida no Brasil e no mundo, sendo um movimento de busca pela conquista de direitos nos mais variados contextos sociais. Este processo de luta por igualdade social, considerando diversidades, particularidades e diferenças sociais, perpassa várias necessidades básicas da pessoa humana ao longo da vida.

Conforme Barreto e Champion (2014) destacam, a inclusão social deve ser percebida como um processo que visa a melhorias na qualidade de vida das pessoas, buscando que as pessoas tenham capacidades diversas sobre quatro aspectos: autonomia de renda, desenvolvimento humano, equidade e qualidade de vida.

[...] autonomia de renda (capacidade do indivíduo de suprir suas necessidades vitais, culturais e sociais), desenvolvimento humano (condição dos indivíduos em sociedade de desenvolverem suas capacidades intelectuais e biológicas de forma a atingir o maior grau de capacidade humana possível), equidade (garantia de igualdade de direitos e oportunidades respeitando a diversidade humana) e qualidade de vida (a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente e a redução da degradação ambiental) (Barreto; Champion, 2014, p. 77).

No contexto educativo, compreender a inclusão a partir deste olhar multidimensional implica acreditar na capacidade dos educandos com ou sem deficiências, nas suas potencialidades para a construção de aprendizagens com autonomia, buscando o desenvolvimento intelectual, cultural, social, a garantia do direito à educação com respeito à diversidade humana.

O direito à educação é defendido pela Constituição Federal de 1988 – CF, conforme Brasil (2016), que coloca a educação enquanto direito e dever de todos, devendo o Estado, as famílias e toda a sociedade contribuírem para que ele seja alcançado: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2016, p. 123).

Neste artigo 205, ainda se destaca a importância da educação para que a pessoa humana alcance o seu pleno desenvolvimento, possa se qualificar e exercer a sua cidadania. Quanto aos princípios, a Constituição Federal aponta que a educação deve ter como base a igualdade para o acesso e a permanência, liberdade para a aprendizagem dos saberes, gratuidade do ensino com qualidade em instituições públicas, entre outros.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98

e EC no 53/2006)

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (Brasil, 2016, p. 123).

O acesso à educação é o primeiro passo para a inclusão educacional de pessoas com deficiência. Representa avanços, mas não é suficiente, sendo necessária a ocorrência de práticas que permitam a participação, a apreensão de conhecimentos com autonomia e construção de sentidos.

Para Gotti (2019), a educação inclusiva tem evoluído no país, mas ainda existem muitos obstáculos para as políticas públicas, apresentando alguns indicadores importantes sobre a realidade de pessoas com deficiências no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), como o fato de que, a cada sete pessoas, uma possui algum tipo de deficiência no mundo, sendo estimado o quantitativo de um bilhão de pessoas.

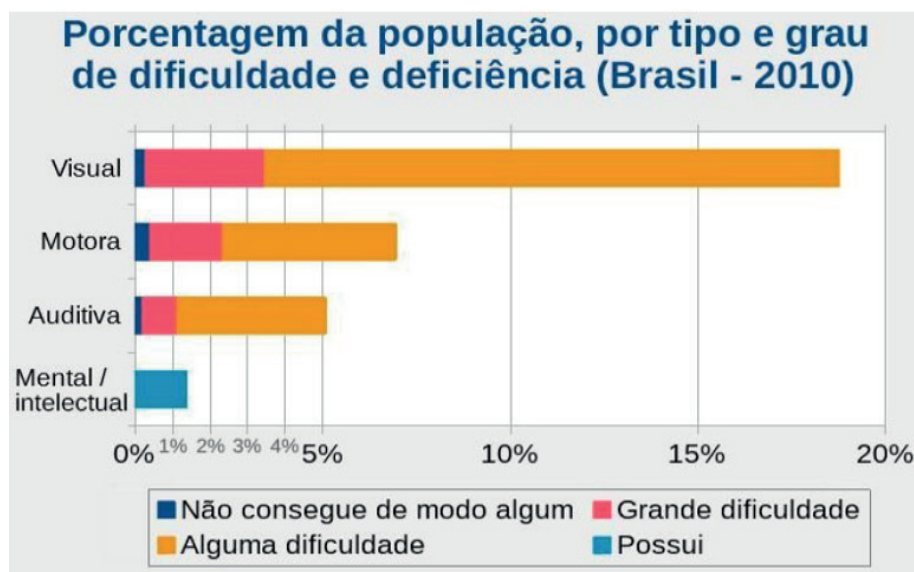
Já no Brasil, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo Demográfico, 2010), quase 46 milhões de brasileiros possuem deficiência, em porcentagem correspondendo a 24% da população que possui algum tipo de deficiência.

Se, entretanto, forem consideradas apenas pessoas com dificuldades para enxergar, ouvir, caminhar, pessoas com deficiência mental ou intelectual, o número de brasileiros com deficiência é maior que 12,5 milhões de brasileiros, correspondendo a 6,7% da população do país.

Estes indicativos demonstram a necessidade de políticas inclusivas que sejam contributivas para todos e, principalmente, que sejam norteadoras para práticas educativas em que as pessoas com deficiências sejam incluídas, que busquem o rompimento de preconceitos, de exclusões e a garantia do direito à educação.

Deste quantitativo, pode ser observada, no Gráfico 3, a porcentagem da população com deficiência visual, motora, auditiva, intelectual no Brasil, conforme o Censo Demográfico do IBGE (2010).

Gráfico 3 – Porcentagem da população por tipo, grau e deficiência no Brasil



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, edição atualizada (Brasil, 2017), traz que a educação escolar pública deve ser garantida, gratuita em todos os níveis da educação básica, devendo ser prestado também atendimento educacional especializado para todos os educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, LDB, 2017, p. 9).

Souza e Zugmam (2015), no artigo intitulado “Psicologia e políticas inclusivas na Educação: contribuições de uma leitura Bakhtiniana”, trazem contribuições de Bakhtin para políticas inclusivas educativas. Assim, destacam a inclusão como parte dos discursos contemporâneos para práticas de educação. Neste estudo citado, as autoras fazem uma análise de prática interventiva em escola pública, refletindo sobre as dimensões intersubjetivas das práticas de educação e que são representadas nas políticas inclusivas.

Verifica-se que o espaço escolar é percebido por Souza e Zugmam (2015) enquanto dialógico, histórico e social. Segundo estas autoras, o discurso que envolve a inclusão é sustentado a partir de políticas internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1998), a Declaração de Salamanca, (MEC, 1994), Leis e Diretrizes Nacionais que estabelecem que a educação básica deve ser para todos.

O discurso da inclusão passa a afirmar-se na área da educação como um novo paradigma, sustentando-se em políticas internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO,1998) e a Declaração de Salamanca, (MEC,1994). Leis e Diretrizes nacionais estabeleceram a universalização da educação básica no Brasil (Souza; Zugmam, 2015, p. 136).

A educação que acontece em instituições de ensino, de acordo com Souza e Zugmam (2015), deve oportunizar para todos a apropriação da leitura de conhecimentos construídos ao longo da história, como também condições de atuação cidadã e emancipação social.

O conhecimento é necessário para todos, mas isso não implica tratar todos da mesma forma, pois é importante considerar planos, conteúdos, objetivos, estratégias metodológicas que respeitem as especificidades dos educandos com deficiência, para que consigam desenvolver aprendizagens, habilidades, possibilitando que a inclusão aconteça.

Souza e Zugmam (2015) analisam a inclusão a partir da perspectiva de Mikhail Bakhtin. Assim, retrata a instituição educacional situada historicamente na sociedade e, por conseguinte, reflete os valores e relações sociais. Neste sentido, as autoras apresentam o diálogo como central no pensamento bakhtiniano, em que as relações dialógicas produzem sentidos, valores na sociedade.

Deste modo, é significativo ouvir as falas ou outras formas de comunicação de estudantes com deficiência, assim como a percepção de valores de inclusão defendidos em normas, resoluções que norteiam as práticas inclusivas no contexto do IFPB – *Campus* João Pessoa.

Teófilo Alves Galvão Filho apresentou a tese de Doutorado, intitulada “Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas”, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia em 2009. Este autor desenvolve seu tema de estudo, colocando a Tecnologia Assistiva como área do conhecimento importante para a construção da autonomia e inclusão social de alunos com deficiência.

Assim, buscou entender como a instituição escolar tem percebido e vivenciado as tecnologias assistivas em práticas educativas inclusivas. Utilizando-se de uma metodologia de abordagem de estudo de caso, realizou estudos de como as tecnologias assistivas vêm sendo apropriadas nas escolas públicas de educação básica do município de Salvador, Bahia.

As tecnologias assistivas podem ser instrumentos necessários para que estudantes com deficiências tenham condições de participar das mais variadas ações educativas com autonomia, permitindo que estas pessoas se sintam parte do processo educativo.

A partir da percepção das tecnologias assistivas como contributivas para que estudantes com deficiências sejam incluídos no espaço escolar, Galvão Filho (2009) realizou entrevistas em quatro escolas, envolvendo gestores, professores, coordenadores pedagógicos e responsáveis por Salas de Recursos.

Estas pessoas foram escolhidas por atuar em espaços com estudantes com deficiência e com experiências que seriam colaborativas para a construção de conhecimentos da temática abordada.

Como fundamentos teóricos para sustentar a sua tese, tomou-se como base a perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, em autores que trazem um aporte teórico sobre a educação inclusiva, como Mantoan, Baptista, Miranda, Manzini, Rodrigues e autores que correlacionam as Tecnologias de Informação e Comunicação com a educação.

A compreensão e a reflexão da história e de aspectos sociais são importantes para o entendimento da inclusão nas instituições educacionais, tendo sido muito relevantes os autores que foram abordados por este autor e suas teorias, como Mantoan, autora que tem possibilitado conhecimentos importantes e defende que a inclusão é um sonho possível.

Para Galvão Filho (2009), a reflexão sobre a escola e seu papel na realidade compreende ampliar possibilidades de comunicação, permitindo diálogos flexíveis com as demandas da sociedade e dos aprendizes, considerando processos de aprendizagem, metodologias, mudanças de paradigmas, de concepções que envolvem os saberes e a construção de conhecimentos.

A flexibilidade do ensino é um aspecto que precisa ser considerado, pois o conhecimento não é algo estático, está sempre em movimento e, como tal, precisa adaptar-se às condições da realidade. Os alunos com deficiência devem ter seus conhecimentos valorizados, e as suas vivências, as suas habilidades, os seus gostos e as suas preferências precisam ser percebidos para desenvolvimento de conhecimentos, percebendo o seu contexto, a sua história e o que realmente tem sentido para a vida destes estudantes.

O autor citado destaca que o espaço educativo precisa tornar-se verdadeiramente inclusivo, valorizando a diversidade humana e acolhendo as diferenças individuais, como potencialidades para a aprendizagem e o enriquecimento da coletividade.

Abraçar as diversidades é incluir, é respeitar o estudante como ele, não buscando modificá-lo para adequá-lo à realidade institucional, e sim criando estratégias, adaptando materiais, construindo recursos que valorizem os potenciais, e não as dificuldades.

O acolhimento das diversidades fortalece o coletivo na medida em que valoriza o negro, o índio, os povos do campo, quilombolas, homossexuais, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros, que precisam ter a sua identidade respeitada e direitos, garantidos, o que, por sua vez, pode tornar uma sociedade mais justa, mais humana.

A partir dos resultados da pesquisa de Galvão Filho (2009), constatou-se que têm acontecido avanços na apropriação das tecnologias assistivas nas escolas pesquisadas, mas também têm existido dificuldades, obstáculos, sendo necessárias políticas públicas que facilitem o processo de uso das tecnologias assistivas de modo eficaz para a inclusão de estudantes com deficiência nas instituições educacionais.

As políticas públicas devem ser consonantes com as demandas da realidade, avançando em suas concepções e contribuindo para o rompimento de exclusões das

peças com deficiência, que, ao longo da história, têm sofrido com injustiças, desrespeitos e negação de direitos.

Galvão Filho (2009) também percebeu que existem contradições entre o paradigma educacional das escolas e princípios que norteiam a educação inclusiva. A partir destas percepções, discutidas e analisadas, o autor apresenta possibilidades, perspectivas capazes de tornar viável o processo de implantação de Centros de Referência em Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, mas também a construção de espaço de aprendizagem que possibilite práticas educacionais inclusivas para atendimento de demandas sociais de estudantes com deficiência.

Assim, percebe-se, a partir das ideias destacadas por este autor, que as tecnologias assistivas podem ser utilizadas como instrumentos de colaboração para a inclusão nos espaços educacionais.

Gattermann e Possa (2018), no artigo “Inclusão e Aprendizagem como Imperativos da Governamentalidade Neoliberal e a Criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil”, disponibilizado na Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, fazem um estudo das políticas públicas inclusivas na educação profissional, tendo como aporte teórico os estudos de Foucault, especificamente a noção de governamentalidade.

Assim, as autoras neste artigo objetivaram identificar, em documentos internacionais, como a adoção da inclusão na educação atual pode ser explicada a partir da governamentalidade neoliberal e das condições para a criação dos Institutos Federais de Educação.

Utilizaram, portanto, documentos políticos de orientação internacional entre 1990 e 2000 e perceberam que o investimento na política para a expansão da educação profissional no país, a partir da criação dos institutos federais, pode ter se inserido em uma forma de governo enquanto instituição de Estado, no intuito de assegurar uma forma de inclusão, tendo como intuito controlar e modelar os jovens no que diz respeito às suas formas de ser e de aprender.

Assim, percebe-se que a educação profissional pode ter o intuito de controle do modo de agir, de pensar, de dialogar. Esta pesquisa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica considera, portanto, a necessidade de a educação que acontece no Instituto Federal de Educação – *Campus* João Pessoa perceber a realidade dos estudantes e de suas necessidades de aprendizagem de forma reflexiva e com significados para a vida.

Já Seiffert e Juliani (2019) mencionam o produto educacional *Plataforma educacaoinclusiva.org*, construído a partir do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT), do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Este produto foi registrado no repositório eduCAPES e tem como finalidade a colaboração de práticas educacionais inclusivas, estratégias pedagógicas, tecnologias, tendo como alvo educadores brasileiros.

Desta forma, a plataforma *educacaoinclusiva.org* é, conforme destacam os autores, um produto educacional para uso de toda a sociedade, pois os educadores compartilham saberes. A realização deste produto envolveu a construção do projeto, a busca de sujeitos participantes para a pesquisa, o desenvolvimento concreto da tecnologia, a sistematização e a publicação dos conhecimentos. Como participantes para a concretização deste projeto, existiu uma equipe multidisciplinar de profissionais que atuaram voluntariamente.

A proposta deste produto educacional foi de compartilhamento de práticas educacionais inclusivas, percebendo as instituições educacionais como capazes de acolher e promover a inclusão para todos.

Estes materiais teóricos trazem discussões por espaços educativos inclusivos. Neste sentido, afirmam-se como bases de sustentação teórica desta pesquisa, os textos dialogam com a temática da educação inclusiva, que percebe a importância da educação para todos, acolhendo as diversidades, as especificidades, a valorização da história, de conhecimentos, vivências, habilidades, necessidades enquanto ponte para a inclusão e o desenvolvimento de aprendizagens.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO SOCIAL

A Convenção para os Direitos das pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas, ocorrida em 2006, foi o documento que possibilitou as discussões no mundo para as políticas públicas de inclusão social, conforme destaca Santos, Dutra e Cunha (2015).

Segundo esses autores, este documento altera o conceito de deficiência cuja base era um modelo clínico que considerava as deficiências como obstáculos para a integração social e que os estudantes com deficiência eram aqueles que deveriam se adaptar às condições sociais.

Schwarz (2006) destaca que a educação para estudantes com deficiências era pensada apenas para os estudantes com problemas físicos, excluindo, portanto, uma diversidade de deficiências. Porém, na atualidade, existem legislações que abrangem outras necessidades, dificuldades de aprendizagens, permitindo que os educandos frequentem o espaço escolar e tenham assistência especializada.

De acordo com a Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 2º, pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento de longo prazo, seja de natureza física, mental, sensorial ou intelectual, que dificulta a sua participação na sociedade (Brasil, 2015, p.1).

Esta concepção de pessoa com deficiência permite que se percebam as pessoas com deficiência como parte da sociedade e que precisam da eliminação das barreiras, para que possam ter seus direitos garantidos. Segundo Oliveira *et al.* (2019, p. 10), a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou, em 2006, dados que estimam a existência

de 500 milhões de pessoas no mundo com deficiências, estando 80% desta quantidade em países com menor desenvolvimento. No Brasil, estes autores colocam a estimativa a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000) de que 14,5% da população possui algum tipo de deficiência, o que abrangia um total de 24,5 milhões de pessoas (Oliveria *et al.* 2019, p10).

A quantidade significativa de pessoas com deficiências demonstra a importância de discussões, políticas e práticas que as acolham nos espaços educacionais, permitindo o acesso, a permanência e a construção de aprendizagens com sentido para a vida.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 5), o movimento que vem acontecendo mundialmente pela inclusão é uma ação política, social, cujo objetivo é a defesa para que todos tenham o direito de aprender, sem haver discriminações.

Com relação ao ensino, aconteceram mudanças de percepções ao longo da história, e, na atualidade, a compreensão aceita é de que o ensino é que necessita ser adaptado para que as pessoas com deficiências consigam superar as suas dificuldades e desenvolver aprendizagens. De acordo com Jordan (2007), o ensino precisa ser adaptado para atendimento dos estudantes, acrescentando que tal adaptação é uma política educativa necessária, visando ao direito de todos à aprendizagem.

4.2 PERCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva, conforme a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, Brasil (2008, p.5), é um modelo de educação que reconhece o histórico de exclusão das pessoas com deficiência e tem como fundamento os direitos humanos.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE (2008), destaca a necessidade de superar práticas de discriminações e compreende a educação inclusiva enquanto possibilidade de superação de exclusões, rompimento com discriminações, sendo importante repensar a organização, a estrutura, a cultura dos sistemas educacionais para o respeito às especificidades dos educandos: “a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão” (Brasil, 2008, p. 5).

A educação inclusiva, segundo Érika Lourenço (2010), refere-se a um modelo educacional para o acolhimento de todos. Para o Unicef (2013), a tal proposta educativa tem como destaque a aprendizagem de todos com significado e apoio necessário para estudantes com deficiência. Assim, é um desafio para as instituições educacionais a busca da garantia de que todos os educandos tenham o direito à aprendizagem.

Deste modo, a educação inclusiva é aquela que acolhe a todas as diversidades e possibilita a construção de aprendizagens significativas. Já Peterson e Hittie (2010)

entendem a educação inclusiva enquanto parte de um movimento social de luta por inclusão nos mais variados espaços da sociedade.

Halvorsen e Neary (2001) apresentam uma percepção de educação inclusiva que engloba o fato de os estudantes com deficiências terem acesso ao ensino regular e ao atendimento especializado. O acesso ao ensino regular foi uma conquista muito importante, pois os estudantes com deficiência não tinham o direito garantido de frequentar a escola, sendo inseridos, conforme escreve Oliveira *et al.* (2019, p.6), em instituições isoladas, conhecidas como as escolas especiais, que tinham um caráter segregador e excludente.

Neste modelo de educação especial, as pessoas com deficiência tinham o seu direito à participação social negado, não tendo acesso ao ensino escolar, à interação social, à construção de conhecimentos coletivamente. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, em seu artigo 58, verifica-se a mudança de percepção sobre a educação para pessoas com deficiência. Assim, a modalidade de educação especial possibilita a oferta de ensino para estas pessoas na rede regular (Brasil, LDB, 2017, p.39).

De acordo com a perspectiva de Oliveira *et al.* (2019, p.6), a educação inclusiva envolve um processo amplo para transformações dos sistemas e serviços para um ensino inclusivo, sendo as políticas públicas um norte para teorias e propostas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes.

POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

As políticas educacionais envolvem ações para a inclusão nos espaços educacionais. De acordo com Santos (2012), a política tem relação com poder, e este pode ser efetuado tanto individualmente como coletivamente, podendo envolver grupos diversos na sociedade: “a política sempre está ligada ao exercício do poder em sociedade, seja em nível individual, quando se trata das ações de comando, seja em nível coletivo, quando um grupo (ou toda sociedade) exerce o controle das relações de poder em uma sociedade” (Santos, 2012, p.2).

Neste sentido, Ghiraldelli Junior (2012) chama a atenção para um ponto muito importante: as relações de poder fazem parte da sociedade, da vida das pessoas e, como tal, está relacionada à educação: “Durante muito tempo, a educação foi desatenta a uma crença que agora nos parece simples: as relações políticas, ou seja, as relações de poder atravessam nossas vidas e também toda a educação, seja ela escolar ou não” (Ghiraldelli Junior, 2012, p. 1).

As políticas são construídas para atendimento de necessidades, de problemas reais da sociedade, podendo ser contributivas para benefícios sociais na vida das pessoas. Entretanto, para que as políticas públicas se concretizem, é preciso que a sociedade esteja munida do poder do conhecimento, tendo acesso às leis garantidoras de direitos e lutando para que sejam efetivadas na realidade.

Na visão de Saviani (2008), as políticas educacionais no Brasil têm acontecido com limitações históricas, em virtude da resistência da elite pela manutenção do ensino para todos.

No que se refere aos limites da política educacional brasileira, haveria muitos aspectos a considerar. Penso, porém, que as várias limitações são, em última instância, tributárias de duas características estruturais que atravessam a ação do Estado brasileiro no campo da educação desde as origens até os dias atuais. Refiro-me à histórica resistência que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública; e à descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado. A primeira limitação materializa-se na tradicional escassez dos recursos financeiros destinados à educação; a segunda corporifica-se na sequência interminável de reformas, cada qual recomeçando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente” (Saviani, 2008, p. 1).

Para Saviani (2008), esta resistência da elite dirigente é percebida quando se opõe à educação pública e à descontinuidade de políticas educacionais por meio de não ações do Estado. Tudo isso reflete na educação da atualidade, que enfrenta barreiras para avanços, como a falta de recursos.

Deste modo, a construção e a implementação de política têm empecilhos, pois, sem os recursos, é necessária uma capacidade, um enfrentamento maior para que as políticas se efetivem na prática.

Segundo Saviani (1992), a prática pedagógica tem uma importância política e social a partir da ação da socialização do conhecimento: “a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política” (Saviani, 1992, p.98).

Uma prática educativa inclusiva precisa ser refletida, planejada, estando contextualizada à realidade dos estudantes com deficiência. Neste sentido, Figueroa (2014) coloca a importância da adaptação do ensino à realidade dos estudantes, considerando experiências, necessidades, especificidades para uma educação inclusiva.

Compreender a educação enquanto contextualizada a realidade do estudante, as suas capacidades e potencialidades, é ter, conforme destaca Paulo Freire (1994, p.11), uma educação de esperança de que os sujeitos são capazes de superar os seus limites e construir aprendizagens: “uma educação da esperança enquanto empoderamento dos sujeitos históricos desafiados a superarmos as situações limites”.

A prática educativa nas instituições de ensino numa perspectiva inclusiva é, portanto, uma ação política de sujeitos que têm consciência da realidade histórica que se almeja construir, buscando o rompimento de exclusões, de barreiras que impedem o acesso, a permanência e o atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência, superando limites, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de aprendizagens.

Deste modo, as instituições educacionais devem possibilitar, em sua prática educativa, para os estudantes com deficiências, estratégias diversas de atividades e recursos como possibilidades para eliminar barreiras que impedem a inclusão, o alcance de aprendizagens e a participação na sociedade, conforme orientam as normas vigentes no país.

A seguir, serão apresentadas algumas legislações que, ao longo da história, vêm contribuindo para o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência:

A Constituição Federal de 1988, nossa Lei Maior, traz ideias democráticas, inclusivas que visam assegurar direitos sociais, como a educação enquanto direito de todos. Segundo o Art. 205 da Constituição Federal, a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado, da família, da sociedade colaborar para a garantia deste direito.

Além de perceber que a educação precisa ser universal e que o ensino não pode atender apenas uma minoria, mas dever ser direito de todos, a Constituição de 1988 também apresenta, em seu artigo 205, a compreensão de que é responsabilidade do Estado, da família e de toda a sociedade buscar assegurar a garantia do direito à educação.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2016, p. 132).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, também coloca a defesa do direito ao atendimento educacional especializado ao educando com deficiência, sendo de responsabilidade do Estado para com a educação brasileira garantir este atendimento, principalmente na rede regular de ensino (Brasil, 2016, p. 124).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 reforça o que defende a Constituição Federal e apresenta, no Art. 53, que a criança e o adolescente têm direito à educação, para o seu pleno desenvolvimento, para o preparo voltado ao exercício da cidadania e qualificação para o trabalho:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Brasil, ECA, Art . 53).

A igualdade de condições para o acesso à escola é muito importante, pois é preciso possibilitar que os estudantes tenham acesso aos mesmos direitos. A participação em entidades estudantis também é significativa e pode contribuir para o estudante desenvolver diversas habilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) trouxe um capítulo reconhecendo a educação especial como modalidade de educação que acontece nas instituições regulares de ensino e é voltada para educandos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, e para aqueles que têm altas habilidades. A LDB coloca diretrizes nacionais para a educação básica e define a educação especial como modalidade educativa para a garantia do atendimento de necessidades educativas especiais.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (LDB, 2017, p. 39).

Os educandos público-alvo da educação especial (educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação) precisam ter assegurados nos sistemas educacionais de ensino, conforme a LDB, em seu artigo 59: currículos, métodos, recursos educativos específicos para atender às necessidades educativas; professores especializados para atendimento especializado e professores da rede regular com capacitação para incluí-los nas classes.

No que diz respeito à Educação Profissional, também deve acontecer uma educação voltada para o trabalho, pensando na integração efetiva destes educandos na sociedade, sendo importante, conforme traz a LDB, articulação com órgãos oficiais para aqueles educandos que apresentam habilidade superior, seja nas áreas artística, intelectual, entre outras.

É essencial que aconteça o acesso igualitário aos benefícios de programas sociais, segundo a LDB, para todos de acordo com o nível de ensino regular em que estuda. A LDB também destaca a necessidade de oportunizar educação apropriada, considerando as características, os interesses, as condições de vida dos educandos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) destacam que o Projeto de Nação da educação brasileira tem como fundamentos o desenvolvimento humano em sua plenitude, com respeito e valorização das diferenças.

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (Brasil, 2013, p. 4).

Segundo estas Diretrizes, é importante destacar princípios e práticas voltadas para um processo de inclusão social, que garanta o acesso, a permanência e considere a diversidade humana, social de grupos que têm sido excluídos historicamente. No decorrer da história, alguns grupos têm sido excluídos em virtude de classe social, gênero, raça, pobres, mulheres, afrodescendentes indígenas, com orientações sexuais diversas, moradores de rua, pessoas do campo, pessoas com deficiência.

A educação brasileira é sustentada pela defesa da garantia de uma educação que seja ministrada, considerando os princípios de igualdade para o acesso, permanência, sucesso e inclusão escolar, uma educação para a diversidade existente na sociedade brasileira.

Desta forma, as Diretrizes apontam que a inclusão social na instituição escolar deve ter, como fundamentos, a ética, a justiça social, a pluralidade, buscando o pleno desenvolvimento dos sujeitos, que devem ter consciência do seu papel social, de seus direitos e deveres, sendo um compromisso, entretanto, com a transformação da sociedade.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Nº 2, de setembro de 2001, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Esta Resolução apresenta diretrizes para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais em todas as etapas da Educação Básica, sempre que for percebida a necessidade de atendimento educacional especializado. Assim, afirma que os sistemas educacionais são responsáveis pela matrícula e organização para o atendimento do

educando com necessidade educativa especial para a promoção de uma educação de qualidade direcionada a todos.

Desta forma, a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2, de 2001, coloca a necessidade de a Educação Básica considerar as singularidades, as características, os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e atuar sobre princípios éticos para assegurar:

I – a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II – a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (Resolução CNE/CEB Nº 2, 2001).

A Lei nº 10.436, de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Reconhece-a enquanto um meio legal de comunicação, visando à garantia do direito do atendimento necessário, apropriado para estudantes com deficiência auditiva. Representa uma conquista importante para as pessoas que dependem da Libras para se comunicar.

O Decreto nº 5.626/05 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, colocando como finalidade que a disciplina Libras faça parte do currículo obrigatório para os cursos de formação de professores.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, Decreto nº 5.626/05, Art. 3º).

De acordo com este Decreto, as instituições de cursos superiores devem fornecer, em seus cursos de Pós-Graduação voltados à formação de professores, o ensino da Libras. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras (Brasil, Decreto nº 5.626/05, Art. 12º).

O Decreto nº 5.626/05 aponta que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas o acesso à comunicação, à educação, à compreensão de atividades, aos conteúdos trabalhos em todos os níveis e modalidades da educação.

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação (Brasil, Decreto nº 5.626/05, Art. 14º).

As instituições educacionais federais devem ofertar o ensino de Libras e da Língua Portuguesa como segundo língua para estudantes surdos e providenciar:

Professor de Libras ou instrutor de Libras; Tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa; Professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; Professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos; Garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, nas salas de aula, em salas de recursos (Brasil, Decreto nº 5.626/05, Art. 14º).

Este Decreto também destaca que os institutos educacionais devem ofertar cursos e apoiar a comunidade escolar para difusão da Libras entre professores, alunos, funcionários, diretores, famílias e disponibilizar recursos das novas tecnologias de informação e comunicação, recursos didáticos para apoiar a educação de alunos com deficiência auditiva (Brasil, Decreto nº 5.626/05, Art 14º).

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, aponta que a educação precisa avançar e construir instituições educacionais inclusivas para o atendimento de toda a diversidade humana.

Para que melhorias na qualidade do ensino aconteçam, destaca-se, neste Plano, a importância da valorização dos Professores, colocando a necessidade de uma política global para o magistério, incluindo: formação profissional inicial; melhorias nas condições de trabalho, salário e carreira e formação continuada.

O PNE traz a importância do Ensino Médio e do seu papel para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação profissional. O Plano Nacional de Educação destaca a necessidade de jovens e adultos com necessidades educativas especiais serem reconhecidos e percebidos enquanto cidadãos de direitos sociais.

Os sistemas de ensino devem, portanto, possibilitar o atendimento de necessidades educacionais específicas dos educandos. No que diz respeito aos aspectos educacionais, o Plano Nacional da Educação coloca a importância de adequação do espaço escolar, de equipamentos e materiais pedagógicos, qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos com o ato educativo, trazendo a proposta de uma escola inclusiva, que atenda a diversidade dos alunos.

O Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001, trata da busca da eliminação de discriminações contra pessoas com deficiência. Afirma que as pessoas com deficiência têm direitos humanos e liberdades fundamentais como as demais pessoas, tendo direito a dignidade, igualdade, não podendo ser submetidas a nenhum tipo de discriminação.

Este Decreto apresenta o termo deficiência enquanto restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a ação humana, a capacidade de realizar atividades que são essenciais na vida diária.

A discriminação é percebida neste Decreto como toda forma de diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o reconhecimento, o exercício dos direitos humanos

e de liberdades fundamentais de pessoas com deficiência. Esse Decreto traz a necessidade de a educação ser repensada para a eliminação de qualquer forma de discriminação ou barreira impeditiva que possa dificultar o acesso, a permanência, o sucesso escolar do educando com deficiência.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº 1/2002 determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, colocando que as instituições de ensino superior devem manter uma organização curricular para a formação docente, tendo como foco, o ensino e a aprendizagem, o acolhimento da diversidade, a realização de atividades para enriquecimento da cultura, a utilização de tecnologias da informação e comunicação, o uso de metodologias, estratégias e materiais inovadores.

A formação dos docentes deve considerar, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação – nº 1/2002, conhecimentos que envolvam questões culturais, sociais, econômicas, conhecimento do desenvolvimento humano, de adolescentes, jovens, adultos e a especificidade de alunos com necessidades educacionais específicas, destacando que este atendimento das especificidades da pessoa com deficiência fortalece a inclusão nas instituições educacionais.

A Política Nacional de Educação Especial – PNEE, na perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2008), tem o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e orienta os sistemas de educação para a garantia de:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e de profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008).

A educação inclusiva, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos aprendendo sem nenhum tipo de discriminação (Brasil, PNEE, 2008, p.5).

Outra compreensão colocada nesta política é de que a educação inclusiva é um modelo de educação fundamentado nos direitos humanos, buscando igualdade de direitos e o rompimento com exclusões históricas dentro e fora das instituições educacionais.

A Política Nacional de Educação Especial PNEE, na perspectiva da educação inclusiva (2008), coloca as Diretrizes para o atendimento educacional especializado, que deve envolver identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que possam eliminar as barreiras impeditivas para a participação dos educandos.

As atividades do atendimento educacional especializado devem considerar as necessidades específicas de educandos com deficiência, não sendo substitutivas à escolarização regular, mas um complemento para que os alunos aprendam com significado e autonomia.

O atendimento educacional especializado deve acontecer em todas as etapas e modalidades da educação básica, de oferta obrigatória nos sistemas de ensino em turno oposto ao das salas de aulas regulares, sendo pensado para colaborar com o desenvolvimento dos alunos. Esta oferta pode acontecer na própria instituição educacional em que o aluno estuda ou em Centro Especializado para a oferta do atendimento educacional especializado.

A educação profissional, educação de jovens e adultos deve possibilitar a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para o trabalho e participação social. É de competência dos sistemas de ensino, a organização da educação na perspectiva inclusiva disponibilizar: “instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (Brasil, PNEE, 2008, p. 17).

A Lei nº 13.146 (2015) institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta Lei tem o objetivo de buscar assegurar direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência para inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, p. 1).

A pessoa com deficiência, conforme o Art. 4º da Lei Brasileira de Inclusão, tem direito à igualdade de oportunidades, sem sofrer nenhum tipo de discriminação. Um dos direitos da pessoa com deficiência tratados na LBI é o direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A Lei Brasileira de Inclusão reforça o dever do Estado e de toda a sociedade para assegurar uma educação com qualidade à pessoa com deficiência: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 2015, Art. 27).

De acordo com o Artigo 30 da Lei Brasileira de Inclusão-LBI, na participação dos processos de seleção para o ingresso nos cursos do IFPB e de outras instituições de

ensino superior e de educação profissional e tecnológica, é importante que o candidato com deficiência faça a solicitação, colocando previamente a sua necessidade, especificando o atendimento, o recurso adequado para que tenha êxito no decorrer do processo.

A partir desta solicitação prévia e do informe dos recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua efetiva participação, o candidato com deficiência terá garantido o direito ao atendimento das suas necessidades específicas.

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I – atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II – disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III – disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV – disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V – dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade (BRASIL, LBI, 2015, p. 13).

É indispensável, conforme esta lei, que o candidato com deficiência comprove a necessidade deste atendimento diferenciado, de provas mais acessíveis, recursos adequados, ampliação do prazo, entre outras demandas para participação no Processo de seleção e também para garantia de direitos nas atividades acadêmicas.

A Resolução AR 32/ 2020 apresenta o Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência do IFPB. Este Plano de acessibilidade traz orientações para práticas educativas inclusivas, apontando sugestões para atuação junto aos estudantes que necessitam de adaptações para desenvolver melhor as suas atividades por tipo de deficiência.

Para os estudantes surdos, este plano recomenda que sejam utilizados recursos visuais, imagens, vídeos, sinais gráficos que facilitem a compreensão dos conhecimentos. Também destaca a importância da ampliação de prazo para entrega de realização das atividades e o apoio do intérprete para conseguir realizar as atividades com êxito.

Estudantes Surdos

Uso de recursos visuais, animações, imagens, vídeos, sinais gráficos para que o conteúdo seja compreendido, ampliação do prazo para as atividades, visto que o estudante necessita do intérprete para auxiliá-lo.

As aulas gravadas tem possibilidade de interpretação em LIBRAS e áudio-descrição. Nas aulas, é importante o uso de slides, imagens e escrita de palavras, caso sejam em outro idioma;

Nas ciências exatas, é necessário tempo para que o aluno veja a interpretação em LIBRAS e veja o conteúdo exibido em *slides*, quadro, etc. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 4)

No que diz respeito aos estudantes cegos e com baixa visão, a Resolução AR 32/ 2020 coloca a necessidade de diálogo entre professores e estudantes para melhor adequação do material, da aula e do atendimento das necessidades específicas de cada educando. É recomendado, entretanto, que sejam disponibilizados materiais ampliados, imagens, o tamanho da fonte utilizada, entre outros ajustes que sejam necessários para adequação da necessidade do estudante.

Estudantes cegos e com baixa visão

Pessoas cegas utilizam computadores a partir da ativação de softwares leitores de tela. Já pessoas com baixa visão podem utilizar do próprio resíduo visual, apoiadas por configurações visuais de ampliação, tipo e tamanho da fonte, etc.

As adequações no material e na aula devem ser dialogadas com o docente e o estudante.

Estudantes com baixa visão

Plataforma acessível a leitores de tela. Disponibilização de material ampliado e com os ajustes adequados às necessidades do estudante.

Nas aulas, ajustes na iluminação, utilização de quadro fosco, de *slides* com as configurações de ampliação adequadas à necessidade do aluno;

Realização de descrições dos elementos visuais, indicação verbal dos elementos apontados no quadro;

Apoio de leitores, transcritores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 5 e 6).

Para os estudantes com baixa visão, a Resolução AR 32/2020 traz a importância de slides com configurações ampliadas, descrições de imagens, como também o apoio de leitores, transcritores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos como essenciais para um trabalho educativo exitoso.

Para o trabalho educativo com estudantes cegos foram também sugeridos a disponibilização do material digital acessível para leitores de tela, com descrições de imagens e adaptações de texto para gráficos e tabelas, como também o apoio dos diversos profissionais já citados acima.

Estudantes cegos

Disponibilização de material em formato digital acessível a leitores de tela. Materiais de leitura contendo descrições das imagens e adaptações textuais de gráficos e tabelas;

No caso de aulas gravadas, disponibilização de uma versão alternativa da aula com audiodescrição;

Apoio de leitores, transcritores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 6).

Com os estudantes que têm Transtorno do Espectro Autista, a Resolução AR 32/ 2020 aponta a necessidade do conhecimento e avaliação das especificidades para adequar os atendimentos, as adaptações de forma individualizada para cada estudante, também destaca o apoio do leitor, do psicólogo e psicopedagogo para acompanhamentos dos estudantes.

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista

Avaliação das especificidades e individualização de adequações para cada estudante;

Evitar elementos “piscantes”, cores com brilho, animações, textos em movimento, fontes decoradas; Apoio de leitor, psicólogo e psicopedagogo. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 6 e 7).

Estudantes com deficiência intelectual

Utilização de linguagem clara, simples, fácil, objetiva. Evitar termos rebuscados, técnicos e parágrafos longos;

Exibição do conteúdo de forma mais concreta, com o apoio de imagens e exemplos;

Suporte docente individualizado ao estudante com deficiência intelectual;

Elaboração de atividades adaptadas à sua necessidade;

Priorização das atividades mais importantes ;

Flexibilização/ampliação do prazo de entrega de atividades, provas, etc;

Apoio de psicopedagogo, psicólogo, leitor e alfabetizador de jovens e adultos. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 7).

Os estudantes com Deficiência Intelectual necessitam, conforme a Resolução AR 32/ 2020, da utilização de uma linguagem clara, objetiva, do uso de parágrafos mais curtos, da explicação dos conhecimentos com materiais concretos, imagens, suporte individualizado pelos professores, adaptação das atividades, flexibilização do prazo para entrega de atividades e o apoio de psicopedagogo, psicólogo, leitor e alfabetizador de jovens e adultos.

O tópico a seguir trata do Programa TECNEP, voltado ao atendimento das necessidades educacionais específicas de educandos com deficiência.

5.1 PROGRAMA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – TECNEP 2000

As instituições da rede federal, conforme notícia do MEC (2022), vêm desenvolvendo ações inclusivas. De acordo com dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC) do Ministério da Educação, 1,5 mil estudantes com deficiência estão sendo incluídos no Brasil em cursos profissionalizantes e tecnológicos que são ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo importante o programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – TECNEP.

Este quantitativo é significativo. Entretanto, é importante refletir se estes estudantes estão sendo, de fato, incluídos pela rede federal ou se estes dados se referem ao quantitativo de estudantes que estão tendo acesso aos cursos.

Vê-se a importância do acesso, mas também a necessidade de reflexões e práticas para a permanência e o sucesso nos estudos com desenvolvimento de aprendizagens que sejam significativas para a atuação na sociedade.

Existem 108 núcleos de apoio às pessoas com deficiência, segundo o MEC. O programa TECNEP tem sete centros de referência para atender os estudantes com deficiência, como o Instituto Federal de Santa Catarina, especializado no atendimento de alunos surdos, e o *campus* de Bento Gonçalves, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, onde se criam páginas eletrônicas acessíveis às pessoas com deficiência visual.

A existência destes núcleos mostra uma preocupação do país com a pessoa com deficiência, com a busca de possibilitar condições para que sejam vistas, reconhecidas enquanto sujeitos de direito e que precisam ter atendimentos especializados, diferenciados, para que tenham sucesso nos espaços educacionais e sociais.

A possibilidade do acesso da pessoa com deficiência aos recursos tecnológicos na atualidade, como a criação de páginas eletrônicas acessíveis, também é indispensável, pois a tecnologia faz parte da realidade, e a pessoa com deficiência necessita ter acesso às informações disponíveis na rede, aos recursos que podem facilitar a sua vida diária.

O programa TECNEP objetiva a educação e a formação profissional das pessoas com deficiência, tendo sido criado no ano de 2000, pensando como ideal o trabalho para a construção de uma nação que respeite a diversidade, com foco na sensibilização para uma educação inclusiva. Este programa instalou, segundo dados do MEC (2010), 146 Núcleos de atendimentos às pessoas com necessidades especiais – Napne – nos Institutos Federais e foi desenvolvido enquanto um suporte para a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica para o acesso, permanência, como também pensando no desenvolvimento social do estudante com deficiência ao sair da rede institucional federal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão apresentados os resultados e as discussões da pesquisa, das informações levantadas junto à Coordenação da COAPNE, IFPB, *Campus* João Pessoa, à Profissional da COAPNE, aos estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado aos e Professores que atuam com estes educandos no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba do referido *Campus*.

6.1 COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (COAPNE) – IFPB, *CAMPUS* JOÃO PESSOA

Segundo dados da Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE) – IFPB, *Campus* João Pessoa (2022), a COAPNE foi criada a partir da Resolução nº 139, de 2015, que regulamenta o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, do IFPB.

Esta Resolução traz considerações sobre a organização, o funcionamento, as atribuições e as competências deste núcleo. Em seu artigo segundo, destaca que o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE é um órgão consultivo, executivo, com equipe multidisciplinar para acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas:

Art. 2º – O NAPNE é um órgão consultivo e executivo, de composição multidisciplinar, que responde pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas. I - O NAPNE é um órgão ligado à Pró-Reitoria de Ensino, instituído em cada campus, responsável pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas; II – O NAPNE encontra-se vinculado, em cada campus, à Diretoria de Ensino ou equivalente (IFPB, 2015, p. 2).

Este acompanhamento é voltado para os estudantes com necessidades educacionais específicas, educandos com deficiência, altas habilidades, superdotação, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento, entre outros. Conforme a Resolução nº 139/2015, a competência do NAPNE para os atendimentos envolve intervenção, orientação, para romper com as barreiras que possam estar impedindo a inclusão educacional, sejam elas barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais ou atitudinais.

O NAPNE também tem como competência, conforme esta Resolução, contribuir com a revisão documental do IFPB, visando inserir questões importantes sobre a inclusão no ensino e promover eventos para a sensibilização e a capacitação de servidores para que sejam refletidas em práticas educativas inclusivas no instituto.

As atribuições do NAPNE são diversas, como a articulação de setores da instituição nas atividades para inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, propor que sejam realizadas adaptações para garantir o acesso e a permanência dos educandos que atende, oferecer cursos e formações para professores, no intuito de serem efetivadas práticas pedagógicas inclusivas.

Art. 7º São atribuições do NAPNE:

I – Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas; II – Prestar assessoramento aos dirigentes em questões relativas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas; III – Propor adaptações que garantam o acesso e a permanências de alunos com necessidades educacionais específicas no campus; IV – Participar do planejamento, execução e avaliação das ações do NAPNE, dentro do campus, prevendo as necessidades de materiais e financeiras; V – Ofertar cursos de formação continuada para professores e demais profissionais envolvidos, com vistas à efetivação de práticas pedagógicas em Educação Inclusiva; VI – Elaborar, em conjunto com os docentes e a equipe pedagógica, material didático pedagógico e instrumentos de avaliação, que sejam abrangentes, criteriosos e capazes de diagnosticar e atender claramente as habilidades e competências desenvolvidas pelo aluno com necessidades educacionais específicas (IFPB, 2015, p. 2).

A construção e o uso de materiais didáticos diferenciados pode ser muito significativo para práticas educativas inclusivas, assim como possibilidades de instrumentos de avaliação que respeitem a realidade dos educandos, diagnosticando potencialidades, habilidades, competências que estão sendo desenvolvidas.

O NAPNE precisa atuar, segundo IFPB (2015), com profissionais capacitados, especializados para o atendimento da pessoa com necessidade educacional específica, promover adaptações no currículo para atendimento das especificidades, com um currículo significativo, conteúdos e metodologias, recursos e formas de avaliação adaptados para que os alunos alcancem o seu desenvolvimento.

No que diz respeito aos profissionais capacitados, especializados, atualmente, a COAPNE possui uma equipe multiprofissional, tendo, conforme IFPB (2022), três psicopedagogas, três cuidadores, dois alfabetizadores, dez audiodescritores, dois transcritores de Braille, um revisor de Braille, 18 tradutores, intérpretes de Libras e um Professor de Atendimento Educacional Especializado, perfazendo um total de 40 profissionais, conforme tabela que segue:

Quadro 2 – Quantitativo de profissionais da COAPNE

Quantitativo	Profissionais Especialistas
03	Psicopedagogas
03	Cuidadores
02	Alfabetizadores
10	Audiodescritores
02	Transcritor Braille
01	Revisor Braille
18	Tradutores/Intérpretes de Libras
01	Docente AEE

Fonte: Dados da pesquisa a partir de COAPNE – IFPB (2022).

Assim, a COAPNE vem atuando com as pessoas com necessidades específicas, como ressalta em 2022, tendo como finalidade promover uma cultura do educar para a diversidade, agindo para quebrar as barreiras impeditivas, criando possibilidade para a promoção de uma educação inclusiva.

Figura 6 – Representação da atuação da COAPNE na promoção da cultura para diversidade



Fonte: COAPNE – IFPB, 2022.

A partir do que vem salientando, a COAPNE tem realizado ações em conformidade com a Resolução nº 139/2015(IFPB), buscando adaptações curriculares para o domínio de aprendizagens, políticas públicas inclusivas, recursos específicos para educandos que apresentam necessidades diferenciadas para a aprendizagem.

Ao longo desta pesquisa, foram realizados diversos contatos junto à Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE) – IFPB, *Campus* João Pessoa, para que fossem realizados os procedimentos de pesquisa e levantados os dados sobre o quantitativo de estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado, atendidos pela COAPNE, incluindo cursos, ano que estudam, suas necessidades específicas. Desta forma, foram obtidos os seguintes dados, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Quantitativo de estudantes atendidos pela COAPNE

ANO	IDADE	NECESSIDADE ESPECÍFICA
ETIM		
CONTROLE AMBIENTAL- 09 ESTUDANTES		
1º ANO	15 anos	TEA / TDAH
2º ANO	17 anos	Surdez
	17 anos	Surdez
3º ANO	17 anos	TEA
	20 anos	Síndrome de Down,
	20 anos	Surdez
	23 anos	Síndrome de Down,
	23 anos	Surdez
4º ANO	24 anos	Surdez
INSTRUMENTO MUSICAL- 04 ESTUDANTES		
1º ANO	17 anos	TEA / DI
	14 anos	Altas habilidades/superdotação
3º ANO	27 anos	Síndrome de Down
	18 anos	TDAH
CONTABILIDADE- 01 ESTUDANTE		
1º ANO	15 anos	TEA
MECÂNICA- 06 ESTUDANTES		
1º ANO	16 anos	Baixa Visão
	15 anos	TDAH
2º ANO	17 anos	TDAH
3º ANO	17 anos	TEA
4º ANO	21 anos	Atrofia Cerebelar
4º ANO	25 anos	TEA
INFORMÁTICA- 06 ESTUDANTES		
1º ANO	15 anos	TEA,
	15 anos	TEA
	18 anos	Surdez,
	21 anos	Surdez
	16 anos	Paralisia Facial
2º ANO	18 anos	TEA
EDIFICAÇÕES- 01 ESTUDANTE		
4º ANO	28 anos	Surdez
ELETRÔNICA- 03 ESTUDANTES		
1º ANO	17 anos	TEA/Dislexia
3º ANO	17 anos	TEA
4º ANO	26 anos	DI
ELETROTÉCNICA (MATUTINO)- 01 ESTUDANTE		

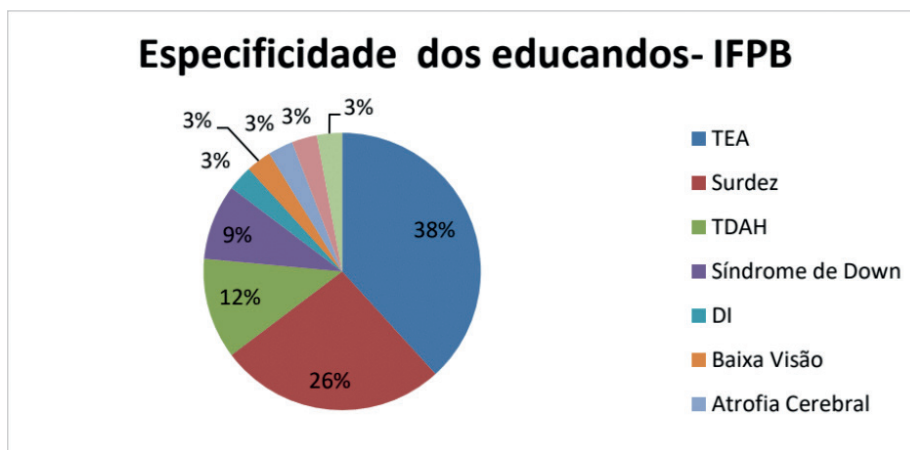
4º ANO	23 anos	Surdez
ELETROTÉCNICA (VESPERTINO)- 03 ESTUDANTES		
1º ANO	15 anos	TEA
2º ANO	17 anos	TDAH
4º ANO	22 anos	TEA

Fonte: Adaptado da COAPNE – IFPB, 2022.

Os cursos que possuem matriculados estudantes com deficiência são os seguintes: Controle ambiental com 09 estudantes, Instrumento Musical com 04 estudantes, Contabilidade com 01 estudante, Mecânica com 06 estudantes, Informática com 06 estudantes, Edificações com 01 estudante, Eletrônica com 03 estudantes, Eletrotécnica Matutino com 01 estudante e Eletrotécnica Vespertino com 03 estudantes.

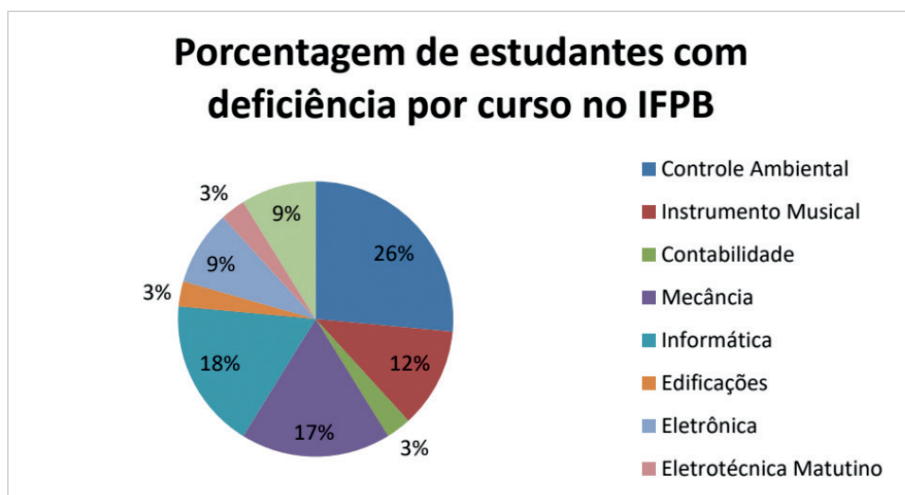
Nestes cursos, estão matriculados 34 educandos com deficiência, que estudam do primeiro ao quarto ano do Ensino Médio Integrado e têm as seguintes especificidades: 13 estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, 09 estudantes com Surdez, 04 estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, 03 estudantes com Síndrome de Down, 01 estudante com Deficiência Intelectual – DI, 01 estudante com Baixa Visão, 01 estudante com Atrofia Cerebral, 01 estudante com Paralisia Facial e também tem matriculado no IFPB 01 estudante com Altas Habilidades/Superdotação. Todos estes estudantes possuem idade de 14 a 28 anos. É possível visualizar no Gráfico 4 as informações das especificidades dos educandos do Ensino Médio Integrado do IFPB e no Gráfico 5, a porcentagem de estudantes com deficiência por curso.

Gráfico 4 – Especificidades dos educandos do Ensino Médio Integrado – IFPB



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Gráfico 5 – Porcentagem de estudantes com deficiência por curso – IFPB



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A partir dos gráficos, percebe-se que os cursos com mais estudantes matriculados são: Controle Ambiental, com oito estudantes, e Informática e Mecânica, com seis. Do total de 34 estudantes levantados, foram selecionados 16 enquanto sujeitos da pesquisa que já estavam no terceiro ou quarto ano do Ensino Médio Integrado, já tendo vivenciado várias práticas educativas no IFPB e, portanto, tendo muito o que contribuir com suas falas, sua história educativa no instituto. Destes, seis estudantes aceitaram participar da pesquisa, conforme as descrições que seguem.

6.2 PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (COAPNE) – IFPB – JOÃO PESSOA

Foram levantadas as percepções de uma profissional da COAPNE que atua na assistência de pessoas que precisam de um atendimento diferenciado, especializado, no intuito de os estudantes com deficiência alcançarem êxito em suas vivências educacionais, sendo, portanto, incluídos no IFPB – *Campus* João Pessoa.

Como relação à experiência com o acompanhamento, apoio, assistência dos estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado do IFPB, a profissional da COAPNE responde que vem realizando atividades com estudantes com necessidades específicas, que são muitos os desafios para a educação inclusiva, de modo a alcançar, de fato, a participação efetiva do educando com deficiência.

Em relação à comunidade escolar, o trabalho mais específico com o discente com necessidades específicas é realizado pela COAPNE. Ainda existem alguns desafios em relação à educação inclusiva, no tocante à participação ativa da pessoa com deficiência no ambiente escolar e as estratégias para o processo de ensino-aprendizagem, como também de convivência com os demais membros da instituição (COAPNE, 2022).

Também é desafiador, segundo a profissional da COAPNE (2022), alcançar os diversos membros da instituição e promoção de estratégias para aprendizagem.

De acordo com ela, tal contexto compreende a educação enquanto um conjunto de fatores necessários, envolvendo lei, técnicas, formação profissional e comprometimento para o desenvolvimento de aprendizagens. A educação tem o objetivo, a partir de profissional da COAPNE, de fazer com que o aluno aprenda, participe.

A educação se constitui a partir de um conjunto de fatores que envolvem o aprendizado no geral, desde leis, normas técnicas, espaços, formações profissionais, materiais envolvimento e comprometimento com o percurso e resultado final de aprender. Os objetivos envolvem fazer o aluno participar e aprender (COAPNE, 2022).

Já a inclusão é uma forma de garantia de direito das pessoas para que possam estar em todos os espaços, sejam acompanhadas por profissionais especializados, tendo direito à adaptação.

Na COAPNE, vêm acontecendo práticas de inclusão, de acordo com a profissional, acompanhamento especializado por profissionais, adaptação, sendo importante a sensibilização para melhorar a inclusão no IFPB – *Campus* João Pessoa: “Inclusão é garantir os direitos das pessoas e estar em todos os espaços possíveis. Acompanhamento especializado de profissionais, adaptação etc. Sensibilização” (COAPNE, 2022).

Quanto às políticas inclusivas garantidoras de direitos da pessoa com deficiência, a profissional da COAPNE destaca a importância das políticas que garantem o acesso e a permanência, como também a LBI – Lei Brasileira de Inclusão: “Políticas que garantem o acesso, permanência e êxito. LBI.”

Relata que as práticas educativas de inclusão voltadas para os estudantes com deficiência no IFPB, *Campus* João Pessoa, vêm acontecendo com acompanhamento de profissionais especializados, adaptação das atividades, Plano Educacional Individualizado, adaptação de materiais e currículo: “Acompanhamento especializado de profissionais, adaptação, PEI etc. Adaptação de materiais e currículo”, para atendimento das necessidades dos alunos.

Sobre os estudantes do Ensino Médio Integrado terem conhecimentos das políticas que garantem direitos às pessoas com deficiência nos institutos educacionais, coloca que é importante, considerando ser dever do educando que cursa o Ensino Médio Integrado ser ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto ao uso de um *ebook* que traz políticas, direitos e deveres do educando com deficiência na prática de ensino em sala de aula, aponta que pode ser útil, mas as ações previstas precisam ser colocadas em práticas por todos que estão envolvidos.

A profissional da COAPNE compreende que um *ebook* sobre direitos da pessoa com deficiência pode ser contributivo para a sociedade, proporcionando autonomia e conhecimento para o educando sobre as questões que o cercam. Esta profissional também coloca enquanto sugestão, que o livro contenha práticas inclusivas.

6.3 PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA

A pesquisa junto aos estudantes com deficiência apresentou algumas dificuldades, como familiares que perderam parentes, ligações telefônicas sem êxito, a necessidade da colaboração e aceitação da família para que o estudante pudesse participar colocando as suas compreensões, entre outras. Visando ao alcance destes estudantes e familiares, foram utilizadas diversas estratégias para apresentar a pesquisa, sendo encaminhados para os mesmos, imagem da pesquisadora, vídeos, áudios explicativos, para que pudessem compreender a pesquisa, seus objetivos e suas possíveis contribuições para a inclusão no IFPB, *Campus* João Pessoa.

Neste sentido, dos 16 educandos, seis participaram e colocaram as suas ideias, as suas vivências nos cursos de Ensino Médio Integrado do IFPB, sendo três estudantes do curso de Controle Ambiental, um de Mecânica, um de Edificações e um de Instrumento Musical.

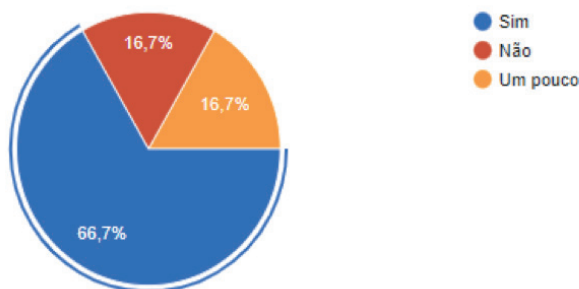
A pesquisa aconteceu da forma que fosse melhor para os estudantes participarem. Assim, um estudante, juntamente com a sua família, aceitou realizar a entrevista, que aconteceu pelo *Google Meet*. Os demais preferiram responder às questões sobre a pesquisa por meio de formulário do *Google*.

Quanto à pergunta “como tem sido estudar no Ensino Médio Integrado do IFPB?”, algumas respostas dos estudantes foram: “Legal”; “Tem sido bom”; “Gostando mais ou menos, estou sendo incluído na medida do possível. Tem os momentos de aulas teóricas e momentos de aulas práticas”; “Sempre quando pergunto, ele diz não está gostando, seja pq se sente só, seja pq diz que a aula é chata ou pq perde o foco devido seu deficit de atenção.”; “muito bom”.

Percebe-se, a partir da fala dos estudantes, que a maioria vem gostando de estudar no Ensino Médio Integrado do IFPB, do curso que está realizando. Entretanto, um estudante revela que não está gostando, que se sente só, sendo importante buscar estratégias para a socialização dos estudantes com deficiência junto aos demais da turma, como também diálogos dos professores como eles, pronunciando os seus nomes, buscando conhecê-los melhor, suas histórias, suas vivências, suas inquietações, suas preferências para que eles se percebam enquanto parte do curso que realizam e da instituição. O conhecimento dos educandos é muito significativo para que se possa pensar em aulas cada vez mais atrativas, considerando cada especificidade.

Com relação se estavam gostando do curso, quatro afirmaram que sim, um estudante afirmou que um pouco e um disse não estar gostando do curso. Sendo assim, a maioria coloca que está gostando do curso que vem realizando.

Gráfico 6 – Porcentagem de estudantes que estão gostando de realizar os cursos no IFPB

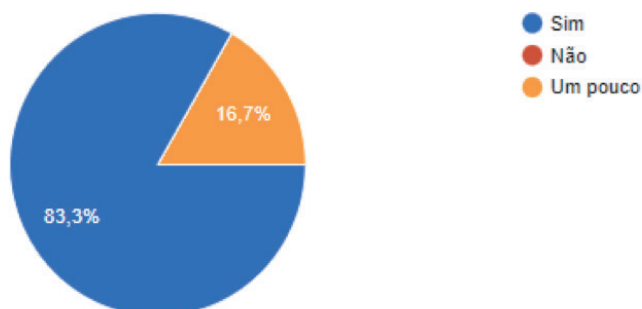


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Entretanto, conforme foi descrito anteriormente, é preciso ouvir os estudantes, observá-los, para que se possa perceber se estão sendo incluídos, se estão sendo respeitadas as suas dificuldades, as suas potencialidades, se estão construindo aprendizagens com sentido.

Com relação à pergunta se o estudante se sentia incluído no IFPB, cinco responderam que sim, e um afirmou que um pouco.

Gráfico 7 – Porcentagem de estudantes que se sentem incluídos no IFPB



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para Mantoan (2003), as instituições educacionais se fecharam com formalismos, modalidades de ensino com grades curriculares, com formas burocráticas, sendo necessária, na atualidade, a ruptura de modelos organizacionais fechados, no intuito de que as organizações educacionais possam fluir para a inclusão, de modo a ocorrer a formação para todos.

A verdadeira inclusão, portanto, não deixa ninguém de fora. Sendo assim, as organizações educacionais inclusivas consideram as necessidades dos educandos como ponte para suas ações:

não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (Mantoan, 2003, p.16).

A autora Mantoan (2003) destaca que, para que a inclusão aconteça, é preciso mudar a perspectiva educacional, pensando não apenas em educandos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, mas em todos, de modo a se alcançar o sucesso educativo de uma forma geral.

Assim, quando se pensa em aulas atrativas, como, por exemplo com uso de imagens, vídeos, música, filme, material concreto, recursos pedagógicos diferenciados para atender necessidades de aprendizagens, todos os educandos acabam tendo a oportunidade de desenvolver melhor os conhecimentos que estão sendo trabalhados, beneficiando a turma, e não apenas o educando com deficiência.

Quando os estudantes foram perguntados sobre o que compreendiam de inclusão, afirmaram:

E está inserido nas diversas ações da sociedade"; "Não deixar ninguém de lado"; "Incluir as pessoas."; "É a participação efetiva em todo o ambiente que a pessoa está inserida, respeitando a suas limitações e diferenças."; "ser respeitado, apesar das minhas limitações (Educandos IFPB, 2023).

A fala de Mantoan abraça o pensamento dos estudantes do IFPB quando afirmam que estar incluído é não deixar ninguém de fora, considerando as suas necessidades, as suas limitações, as suas diferenças. Os estudantes ainda apontam a importância de ser incluído não apenas nas instituições educacionais, mas na sociedade como um todo.

Portanto, pensar em inclusão educacional implica considerar o espaço institucional em que o estudante está inserido e os demais espaços sociais nas formações educacionais, buscando a participação efetiva de todos os educandos.

Sobre o questionamento se os estudantes estavam compreendendo os conteúdos das aulas, afirmaram: "Mais ou menos"; "Depende da matéria"; "Conseguido com o apoio da família, de professor particular, do monitor."; "Alguns sim outros não"; "as vezes"; "Eu tenho dificuldade para entender".

Também foi perguntado se os estudantes realizavam atividades adaptadas, e foram obtidas as seguintes respostas: dois estudantes responderam "Não"; dois responderam

“Sim”: “Teve alguns professores que fizeram adaptações, como redução do número de atividades.” “Às vezes não há adaptação”.

Destarte, perguntou-se: quais são as dificuldades que você tem vivido ao realizar o seu curso?

Alguns conteúdos são difíceis”; “As análises”; “Dificuldade para fazer as atividades sozinho, principalmente as práticas. Dificuldade com a parte teórica e depois prática de soldagem. Dificuldade de fazer sozinho as atividades com a máquina.”; “As aulas no horário da manhã. Dificuldade em manter o foco.”; “alguns prof se recusam a fazer adaptação”. “A parte mais difícil é apresentar seminários, porém eu gosto de trabalhar em grupo” (Educandos IFPB, 2023).

Segundo indicam as respostas dos estudantes, percebe-se que, em alguns momentos, ocorrem dificuldades de aprendizagem para a compreensão dos conteúdos que estão sendo desenvolvidos em sala de aula e que esta dificuldade pode aumentar ou diminuir, dependendo da matéria, e que a família tem sido importante, os monitores e, em algumas situações, professores particulares têm contribuído para amenizar as dificuldades de compreensões.

É preciso ter um olhar atento para os educandos com deficiência, principalmente nas aulas práticas que necessitam de certas habilidades motoras que podem não estar consolidadas no estudante, sendo valoroso que haja um monitor ou tutor para acompanhar o educando na realização das atividades e para buscar que preste mais atenção nas aulas quando estiver disperso.

Quanto à adaptação de atividades, verifica-se, a partir da fala dos educandos, que alguns têm realizado atividades adaptadas, e outros, não.

Dessa maneira, é importante estar sempre repensando nos conhecimentos que estão sendo construídos, no significado que têm para a vida do educando, nas estratégias metodológicas que sejam facilitadoras da aprendizagem. É valioso também estar sempre trabalhando em diálogos com a COAPNE para adaptação curricular, possibilidades de recursos para atendimento de necessidades específicas dos educandos e construção de aprendizagens.

Sobre o que mais gosta de estudar, os alunos responderam: “Filosofia”; “Saúde ambiental”; “Geografia. Filosofia. Eu aprendi sobre filósofos.”; “Histórias de fatos que aconteceram no passado”; “história e geografia”; “Violino”.

Quanto a aprendizagens ou a um momento que os alunos consideraram importante, destacaram:

Quando as aulas voltaram presencialmente”; “Aula de Filosofia. Aprendi sobre filósofos.”; “O jeito que o professor de física explica a aula eu acho bem diferente”; “no projeto de extensão com a horta caseira”; “Eu gostei das atividades adaptadas de química, violino e matemática” (Educandos IFPB, 2023).

À vista disso, fica claro o quanto foi importante para os educandos o retorno das aulas presenciais, pois as aulas estavam acontecendo a distância, devido à pandemia da COVID-19. Também se percebe que várias aulas estão sendo destacadas pelos alunos, revelando o prazer de estudá-las, como Filosofia, Geografia, História, Saúde Ambiental, Violino, como também é apontada pelos alunos a preocupação de professores com as formas de suas aulas para que sejam inclusivas, como a forma diferenciada de explicação nas aulas de Física, envolvimento dos alunos com projetos de extensão, adaptação de atividades nas disciplinas de Química, Violino e Matemática.

Quando perguntados sobre algum momento em que se sentiu incluído no IFPB, as respostas foram as seguintes: “Nas aulas práticas”; “Sim, quando meu leitor me ajuda e fala com os professores”; “Aulas de geografia são bem interessantes”; “Na aula de biologia quando apresentou parte do trabalho”; “tem momentos que sim”.

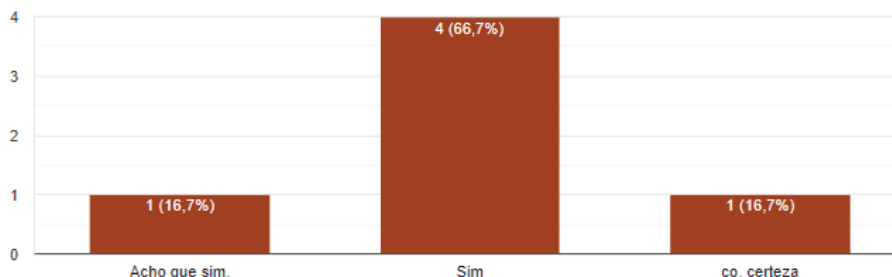
As aulas práticas também foram citadas como positivas para inclusão, porém, se houver manuseio de máquinas ou equipamentos, é importante a presença de um monitor, um tutor para acompanhar os educandos. O leitor também foi apresentado como significativo para a aprendizagem e a interação com os professores.

Com as informações trazidas pelos estudantes, é possível perceber a movimentação educacional nos cursos do IFPB para que a inclusão aconteça em várias disciplinas e práticas que já foram citadas aqui nas falas dos estudantes, como explicação diferenciada, atividades adaptadas, participação em projetos de extensão. Também foram relatadas dificuldades para a compreensão de conteúdos, realização de atividades, sendo importante que, cada vez mais, os movimentos por uma educação inclusiva façam parte da realidade dos alunos com deficiência, para que se sintam incluídos, participando efetivamente das diversas ações do instituto.

Após o levantamento de vivências dos educandos no IFPB, voltamos às questões para o produto educacional pensado, o *ebook* sobre políticas e práticas educativas inclusivas, sendo perguntado inicialmente o que achavam do conhecimento dos direitos das pessoas com deficiência.

Posto isto, quatro estudantes responderam ser importante, um estudante afirmou que, com certeza, era importante, e um estudante disse que achava que sim, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Quantitativo e porcentagem da importância do conhecimento de direitos da pessoa com deficiência



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quanto aos deveres que consideram ser importantes para um estudante do Ensino Médio Integrado, ressaltaram: “Estudar”; “Estudar e pensar na sua saúde mental”; “O estudo.”; “Estudar”; “ser respeitado”.

No tocante ao que pensam sobre a construção de um livro com direitos e deveres do estudante com deficiência, cinco responderam que “sim”, que é importante, e um respondeu “acho que sim”.

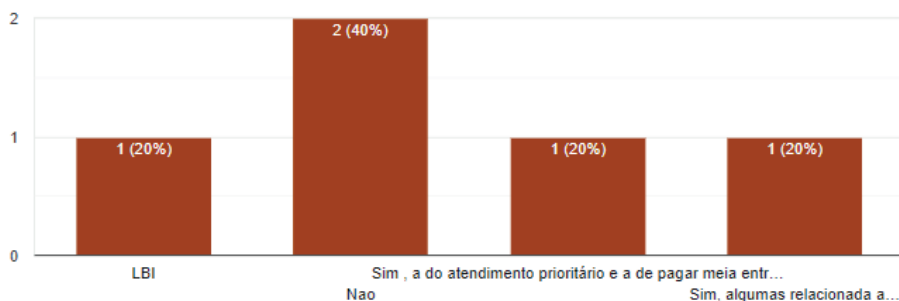
Quando perguntaram o que gostaria que houvesse dentro do livro sobre direitos da pessoa com deficiência, deram diversas contribuições: “Imagens”; “Falas de deficientes”; “Sobre o Plano Educacional Individualizado, o PEI”; “Não só descrever direitos e deveres, mas dar noções de comportamentos típicos de algumas deficiências e como interagir com essas pessoas incentivando a inclusão”; “que o prof. fosse mais inclusivo”; “Principalmente a obrigação legal de material adaptado (bem adaptado, até a informação ser compreendida)” – respondido pela mãe de uma participante da pesquisa.

Os estudantes deram como sugestão para melhorar a inclusão no IFPB – *Campus* João Pessoa os seguintes apontamentos:

Nas salas com mais de um(a) deficiente ter um leitor para cada um”; “A organização precisa melhorar, as pessoas, as relações, sensibilização.”; “Um Sistema de amigo solidário para as pessoas com deficiência, principalmente aquelas que por sua deficiência apresentam dificuldades em interação social”; “Capacitação do corpo docente” (Educandos IFPB, 2023).

Já com relação ao conhecimento de alguma lei que garante direitos da pessoa com deficiência, foram destacadas a LBI – Lei Brasileira de Inclusão, lei do atendimento prioritário e de pagamento de meia entrada.

Gráfico 9 – Conhecimento de leis que garantem direitos da pessoa com deficiência



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Todas as falas dos educandos dispostas aqui foram muito significativas, sendo consideradas na construção do produto educacional, o *ebook*: “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional”.

6.4 CONHECIMENTOS, EXPERIÊNCIAS DE DOCENTES DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA

Os professores que participaram da pesquisa foram aqueles que tinham experiências, vivências educativas com educandos com deficiência. Desta forma, participaram, respondendo ao questionário voltado aos professores dos cursos: Mecânica, Controle Ambiental; Informática Básica.

Quanto à disciplina que ministram e ao curso no qual atuam com educando com deficiência, afirmaram:

Biologia – Cursos técnicos integrados”; “Adm. e Contr. da Qualid. Ambiental & Tecnol. e Contr. das Emissões Atmosf. e Pol. Sonora – ambas em ETIM Controle Ambiental – 4º ano”; “Informática Básica”; “Fundamentos da Administração”; “Eletrônica – ETIM Mecânica”; “Física”; “ Algoritmos – Engenharia Elétrica” (Professores – IFPB, 2023).

Sobre a experiência com o ensino de estudantes com deficiência no Ensino Médio do IFPB, alguns professores relatam que tem sido positiva, satisfatória, que os discentes vêm acompanhando as atividades em sala de aula; outro destaca que tem sido, na maioria das vezes, tranquilo, devido ao suporte dado pela COAPNE. Entretanto, às vezes, sente dificuldades para adaptar algumas atividades e percebe também um pouco de interferência na sua liberdade de atuação profissional. Outro professor destaca que têm sido experiências de aprendizado, e três percebem a vivência educativa com educandos com deficiência enquanto desafiadora.

Satisfatória – os discentes conseguem acompanhar na sala”; “Na maioria das vezes tranquilo com o suporte do pessoal da COAPNE, outras vezes sinto tentativas de interferência em minha liberdade de cátedra, quando tenho dificuldades de adaptar determinadas atividades”; “É uma experiência de aprendizado”; “Positiva”; “Desafiadora”; “Algo inusitado pois nunca tive tamanha experiência. Desafiador”; “A cada aluno surge um novo desafio. Aulas que envolvem intensivo uso de coordenação motora e altos níveis de abstração são particularmente desafiadoras” (Professores – IFPB, 2023).

Quanto à percepção de educação e inclusão, os professores colocam a inclusão enquanto necessária para a sociedade e que vem avançando nos últimos anos, e a educação não pode existir sem a inclusão. Os professores também trazem a necessidade de ofertar uma educação de qualidade e que estão buscando conhecer mais sobre a inclusão, sendo importante trazer alternativas diversas de aprendizagem para os discentes desenvolverem os saberes.

Trazem alternativas para a aprendizagem dos discentes num processo de troca de saberes”; “Boa para os padrões inclusivos que existem nas Instituições de Ensino mais comprometidas com a questão da inclusão”; “Uma não pode existir sem a outra”; “Com avanços nos últimos anos”; “Sempre que tenho oportunidade, procuro conhecer mais sobre o assunto”; “Algo extremamente necessária para a sociedade”; “Importantíssimo oferecer educação de qualidade ao maior número de pessoas possível” (Professores – IFPB, 2023).

Com relação às práticas de inclusão vivenciadas no IFPB, os professores destacam a introdução da linguagem de Libras para alunos e servidores, a integração dos alunos em grupos de atividades, a adaptação de materiais e atividades avaliativas, a orientação de TCC de alunos com deficiência; a adaptação de avaliações para alunos surdos, a acessibilidade nos laboratórios, a criação de departamentos específicos para atendimento, acompanhamento das pessoas com dificuldades motoras, sensoriais, e, entre outras, a integração do Plano Nacional de Educação com atividades lúdicas, culturais, acompanhamento individualizado de acordo com a especificidade de cada um. Um professor aponta que vem percebendo o aumento de alunos com necessidades educacionais especiais a cada ano na Instituição. Já outro professor destaca que a abertura de vagas é um importante passo e que as práticas irão acontecer de acordo com as necessidades.

Atividades práticas coletivas; integração dos alunos no grupo; adaptação de materiais e atividades avaliativas”; “Integração dos PNE às diversas atividades culturais/lúdicas da Instituição; permanente acompanhamento personalizado/individualizado para os distintos casos/situações”; “Orientação de TCC de alunos com deficiência. Adaptação de avaliações para alunos surdos”; “Introdução da linguagem de libras para alunos e servidores, estrutura física, acompanhamento específicos a necessidade de cada um”; “Acessibilidade nos laboratórios. Criação de departamentos específicos para atendimento, desenvolvimento de soluções e acompanhamento das pessoas com dificuldades motoras, sensoriais...etc.”; “Apenas abrindo vagas para os interessados já é um importante passo. As práticas necessárias virão com o atendimento às necessidades”; “A cada ano que passa sinto que o número de alunos com algum nível de necessidade especial vem aumentando” (Professores – IFPB, 2023).

Embora esteja acontecendo o aumento do acesso de estudantes com deficiência no Instituto Federal, conforme traz um professor, colocando que é um importante passo, este acesso precisa ser acompanhado de medidas para a permanência do estudante e de práticas educativas de qualidade. Percebe-se, a partir dos relatos dos professores, que várias ações vêm acontecendo para a promoção da inclusão dos estudantes, como adaptações de atividades, avaliações, interação dos estudantes em trabalhos coletivos em sala de aula, acessibilidade nas estruturas físicas e busca do atendimento das especificidades, o que possibilita que os educandos possam realizar os cursos oferecidos pela instituição com acolhimento e significado.

Quanto a exclusões observadas no Instituto, um professor relatou que não tem percebido. Os demais professores disseram que observam exclusões quando os estudantes da turma não demonstram paciência para contribuir com a integração do estudante na realização das atividades, quando não são feitas avaliações adaptadas para os educandos com deficiência, quando existe dificuldade para acessibilidade nos espaços, nos equipamentos, quando não ocorre o acompanhamento dos alunos com necessidades específicas em sala de aula. Um professor também coloca que ainda existem vários lugares no IFPB com difícil acesso.

“Não tenho percebido”; “Os considerados normais não têm muita paciência e capacidade de ajudar no processo de integração cotidiana das diversas atividades didático-pedagógicas propostas pelos professores”; “A falta de avaliação adaptada para alunos com deficiência”; “Falta e/ou dificuldades de acessibilidade nos laboratórios/sala de aula e equipamentos”; “O acompanhamento dos alunos com necessidades em sala de aula”; “Ainda existem vários lugares dentro das dependências do IFPB que são de muito difícil acesso por parte de alunos com algumas limitações motoras” (Professores – IFPB, 2023).

É muito importante que os espaços sejam acessíveis para que o estudante tenha acesso às dependências físicas com autonomia. Assim, as instituições precisam pensar em deixar as suas dependências cada vez mais acessíveis, com rampas, corrimões, portas largas, banheiro apropriado, salas com espaço para manusear cadeiras de rodas, promover as adaptações necessárias para que o estudante possa transitar com tranquilidade e segurança.

No que diz respeito às políticas inclusivas, elas são vistas pelos professores como de importante valor para o indivíduo e instrumentos para conscientização cidadã, sendo necessárias, imprescindíveis para a missão educativa, para redução de desigualdades sociais e busca de uma sociedade inclusiva, com educação de qualidade para todos.

“De importância na valoração do indivíduo e na conscientização da cidadania”; “Como uma necessidade e compromisso na missão educativa”; “Necessárias, imprescindíveis”; “Desempenho de toda comunidade”; “Necessárias para reduzir as diferenças entre as pessoas e na criação da sociedade inclusiva.”; “Como falei anteriormente é uma necessidade da sociedade atual. ...extremamente necessário”; “Políticas que visam garantir que pessoas com graus variados de necessidades especiais tenham acesso à educação de qualidade” (Professores – IFPB, 2023).

Quanto às políticas que garantem os direitos da pessoa com deficiência no IFPB, os Professores citaram a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, as Diretrizes Nacionais, a lei de reserva de vagas nos processos seletivos para acesso às instituições federais de ensino, destacando o direito às cotas de pessoas com deficiência.

“Direitos pelo aprendizado e alfabetização, diretos ao trabalho sociabilização”; “Os protocolos e Normativas Institucionais oriundas das diretrizes nacionais posta em prática, similar as políticas de financiamento estudantil”; “ Lei de Inclusão”; “ Políticas voltadas a legislação, fiscalização, conscientização”; “Constituição Federal de 1988: prevê a não discriminação em relação à admissão ao trabalho e ao salário para pessoas com deficiência, a educação formal preferencialmente no ensino regular, o atendimento educacional especializado, a adequação de transportes públicos, entre outras disposições (cf. arts. 7º, 205, 240, entre outros)”; “ LEI nº 12.711/2012: trata da reserva de vagas em processos seletivos para instituições federais de ensino médio, técnico e superior e inclui, entre os grupos que poderão ter direito às cotas, pessoas com deficiência”; “Lei nº 13146/2015: usualmente chamada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reúne vários direitos, atualizando alguns já legitimados anteriormente, em uma perspectiva que reconhece o direito de todas as pessoas à participação social e o dever do Estado em mobilizar ações para efetivá-lo. Entre os direitos previstos pela LBI, destacam-se aqui: o direito à vida; à habilitação e reabilitação; à saúde; à educação; à moradia; ao trabalho; à assistência social; à previdência social; à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; ao transporte e à mobilidade; à participação na vida pública; entre outros”; “ Está na constituição: todos tem direitos garantidos à educação”; “Não tenho informações sobre o assunto” (Professores – IFPB, 2023).

Nas falas dos professores sobre as políticas, é possível perceber temas importantes e necessários para a inclusão do educando com deficiência, como o direito à aprendizagem, a socialização, a não discriminação, a educação formal que acontece nas instituições educacionais, nas salas regulares, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade nos espaços, nos transportes públicos, a inclusão e participação social e também o destaque à responsabilidade do Estado para a efetivação dos direitos previstos nas legislações, além do direito à educação, ao trabalho, à assistência social, à mobilidade, entre outros.

Sobre as práticas educativas inclusivas voltadas para os estudantes com deficiência, os professores relatam que estas vêm acontecendo da seguinte forma:

“Adaptação de atividades; inserção dos alunos no grupo para trabalho coletivo”; “Oficinas, reuniões com os docentes a cada início de período letivo”; “A COAPNE está sempre presente e faz a ponte entre os alunos e professores, isso ajuda muito”; “Progressivamente”; “Estão sendo executadas, porém muito lentamente....”; “Na minha visão os estudantes estão sendo bem acompanhados”; “O aluno encontra-se bem integrado à turma. Exemplos adicionais e mais lúdicos vem sendo utilizados durante a aula. Atividades avaliativas globais que atendem às necessidades específicas do aluno são adaptadas para a turma como um todo.” (Professores – IFPB, 2023).

A partir das falas dos professores, percebem-se vários olhares sobre a prática educativa vivenciada. Alguns relatam situações de inclusão, como a adaptação de atividades, a socialização, a participação em oficinas, reuniões, o apoio da COAPNE para relacionar professores e estudantes com deficiência, compreendendo que os educandos vêm sendo bem acompanhados, com aulas lúdicas e atividades para o atendimento das necessidades específicas dos educandos. Outros apontam que o processo de inclusão ainda vem acontecendo de forma lenta.

Com relação às necessidades dos alunos para acompanhamento das aulas, dos conhecimentos, das atividades, os professores colocam:

“Explicação e escuta contínua de questões e de dúvidas; uso de modelos didáticos”; “Interpretação das atividades por parte dos portadores de deficiência auditiva de hiperatividade.” “Material Adaptado”; “Maior preparação dos docentes e técnicos para trabalhar com as individualidades de cada um estudante com necessidade”; “Adequação ao texto do conteúdo”; “Os intérpretes são fundamentais na aprendizagem e no desenvolvimento intelectual”; “O aluno costuma fazer várias intervenções durante a aula sempre que tem uma dúvida. Os letores tem ajudado no possível.” (Professores – IFPB, 2023).

Desta forma, os professores trazem diversas demandas percebidas para a garantia do direito à aprendizagem, como materiais adaptados, formação docente e de técnicos para atendimento das especificidades, a presença de intérpretes de Libras como indispensável para o desenvolvimento intelectual do aluno com deficiência auditiva, a contribuição dos letores para a participação efetiva e a inclusão dos educandos nas aulas.

Sobre a importância de os estudantes do Ensino Médio integrado terem conhecimentos das políticas que garantem direitos para as pessoas com deficiência nos institutos educacionais, as respostas obtidas foram as seguintes:

“Sim”; “Muito necessário para ter o senso de empatia e habilidades socioemocionais”; “Sim”; “É extremamente necessário a parte de informação dos direitos de cada um”; “Sim. Uma pergunta como essa também deveria ser aplicada sobre um educando que cursa o Ensino Médio Subsequente e Superior.” (Professores – IFPB, 2023).

Assim, três professores colocaram que sim, dois afirmaram ser muito importante, e dois não responderam, como é possível observar no gráfico que segue.

Gráfico 10 – Importância do conhecimento das políticas inclusivas



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os professores demonstraram, com suas respostas, perceber a importância do conhecimento de políticas inclusivas para desenvolver a empatia, habilidades socioemocionais, para conhecimentos dos direitos que os educandos possuem, sendo muito interessante uma fala de um dos professores quando questiona e, ao mesmo tempo, afirma como este conhecimento das políticas inclusivas deveria ser aplicado também com educandos que cursam o Ensino Médio Subsequente e Superior, o que é muito significativo, pois a inclusão é temática transversal, que pode ser trabalhada nas mais variadas disciplinas, como também nos diversos níveis de escolaridade.

No que diz respeito aos deveres que considera ser importante para um educando que cursa o Ensino Médio Integrado, os professores afirmam:

“O respeito pelo próximo, senso de coletividade.”; “cumprimento das regras de boa conduta no interior da escola, vez que a postura tem sido/ficado, a cada ano que passa, pior; a escola não deve preocupar-se em educar; apenas informar e formar; a educação é papel da família.”; “Estudar, Aprender, Conviver, Incluir”; “Respeito, disciplina e comprometimento”; “Acredito que os mesmos dos demais estudantes”; “A frequência em sala de aula é o principal dever do educando”; “Não tenho conhecimento para responder. Uma pergunta como essa também deveria ser aplicada sobre um educando que cursa o Ensino Médio Subsequente e Superior.” (Professores – IFPB, 2023).

Sendo assim, é dever do estudante, conforme compreendem os professores, respeitar uns aos outros, perceber e atuar pelo bem coletivo, cumprir as regras, estudar, aprender, conviver, incluir, frequentar o espaço educacional, as aulas. Os professores também demonstram, em suas falas, uma preocupação com a indisciplina e falta de comprometimentos de alguns alunos, ressaltando que isto tem sido percebido cada vez

mais nas instituições educacionais, trazendo o papel da família, que deve colaborar com a educação dos educandos, para que tenham respeito, compromisso com a aprendizagem. Também destacam a necessidade de reflexões com os educandos tanto dos que cursam o Ensino Médio como o Superior sobre os deveres dos educandos, no intuito de que aconteçam práticas educativas de qualidade.

Já sobre o que os professores pensam acerca do uso de um *ebook* que traz políticas, direitos e deveres do educando com deficiência na prática de ensino em sala de aula, as respostas foram muito positivas:

“Um instrumento de apoio no ensino, mas não substitui a prática profissional do professor”; “Importante”; “Uma excelente iniciativa”; “Melhoria no sistema de inclusão na comunidade do IFPB”; “Melhora!”; “uma boa ideia. O livro “de bolso””; “Já deveria ter sido produzido e distribuído.” (Professores – IFPB, 2023).

Desta forma, os professores compreendem que um *ebook* sobre políticas inclusivas, direitos, deveres dos educandos seja um instrumento importante para apoio nas práticas educativas, deixando claro que não é substituto, mas um complemento à prática do professor. Também destacam que é uma excelente iniciativa, uma boa ideia e que pode provocar melhorias no que diz respeito à inclusão no IFPB, acrescentando que um *ebook* assim já deveria ter sido pensado, produzido e distribuído no referido instituto. Um professor também traz uma ideia interessante, de que o *ebook* poderia ser feito para uso no bolso.

Quanto à contribuição do *ebook* sobre políticas e direitos da pessoa com deficiência para a sociedade, os professores pensam o seguinte:

“Sim, certamente.”; “Sim.”; “Todas as formas de informação e orientação são elementos importantes para o esclarecimento do educando.”; “Poderia contribuir bastante com a sociedade e com a qualidade de ensino dos docentes.”; “Sim”; “Acredito mais na conscientização no dia a dia dos educandos da realidade e diferenças nos humanos.” (Professores – IFPB, 2023).

Neste sentido, os professores percebem que um *ebook* sobre políticas, direitos, deveres da pessoa com deficiência pode, sim, contribuir para a sociedade, colocando que toda possibilidade de informação, de orientação é importante para o educando, podendo também ser contributivo com a qualidade do ensino dos docentes.

Sobre o que poderia conter em um *ebook* voltado às pessoas com deficiência, os professores mencionam diversos pontos para serem considerados na produção dele:

“Depoimentos de pessoas com deficiência que já passaram por instituições de ensino”; “Legislação, depoimentos...”; “Leis, soluções, estudo de casos, situações antes e depois, depoimentos, quantidades de estudantes atendidos e suas situações escolares, orientações aos docentes...”; “Primeiro do que tudo as informações sobre os direitos constitucionais a educação”; “Recomendo usar todo o material já produzido e adaptado pelo COAPNE para produzir ebooks voltados para esse público.”; “Um universo muito diversificado de pessoas que talvez um e-book teria limitação de atender” (Professores – IFPB, 2023).

À vista disto, algumas sugestões dos professores para o *ebook* são: depoimentos de educandos com deficiência matriculados em instituições educacionais, legislações, a garantia do direito à educação defendido na Constituição de 1988, considerar também o trabalho da COAPNE, estudos de caso, normas orientadores para docentes, entre outros. Um professor destaca a possível limitação do *ebook* no que diz respeito a dar conta de toda a diversidade de pessoas com deficiência.

Neste sentido, o *ebook* construído, conforme será apresentado no tópico a seguir, que trata do Produto Educacional, apresenta conhecimentos que são significativos para os educandos com deficiência.

Sobre o que pode ser feito para melhorar a inclusão no IFPB – Campus João Pessoa, os professores destacam:

“A implementação de atividades teórico-práticas em grupos de trabalho, baseados em projetos ou em perguntas.”; “Mais sintonia dos integrantes da COAPNE com os docentes”; “Capacitação para os professores”; “Preparar os docentes e técnicos para inclusão dos estudantes com deficiência”; “Construir acesso com rampas, passarelas, elevadores ou calçadas.”; “A abertura de um número maior de vagas para os deficientes”; “Poderia se melhorar a acessibilidade dentro e ao redor das dependências do campus. Alguém já tentou dar a volta no nosso quarteirão com uma cadeira de rodas?” (Professores – IFPB, 2023).

Destarte, para melhorias na inclusão no IFPB – *Campus* João Pessoa, conforme trazem os docentes, necessita-se de ampliação do número de vagas, implementação de atividades, práticas educacionais, considerando as teorias atuais sobre educação inclusiva, com aulas questionadoras, reflexivas, em consonância com as ideias da COAPNE, e formação para educadores e técnicos voltadas à inclusão de alunos com deficiência.

A acessibilidade também é extremamente importante. É preciso propiciar o acesso aos espaços educacionais, com rampas, corrimão, piso tátil, entre outros instrumentos para garantir segurança e autonomia.

PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com Leite (2018), os mestrados profissionais da área de ensino seguem normas, regulamentos que trazem a necessidade de flexibilizar a Pós-Graduação para atendimento das demandas sociais que vêm ocorrendo, sejam mudanças a partir das tecnologias, da economia, aspectos sociais. Assim, conforme esta autora, os mestrados profissionais podem relacionar-se com áreas diversas, como educação, administração, ensino, e precisam gerar dissertações, artigos, produtos educacionais. Estes produtos educacionais devem ser aplicados em espaços formais ou informais, onde acontece o ensino, podendo ser de variados tipos, tais como mídias educativas, protótipos, materiais educativos diversos, cursos de extensão, construção de aplicativos, entre outros.

Segundo as regulamentações legais citadas¹, os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos (Leite, 2018, p. 331).

Pode-se compreender, a partir de Leite (2018), que o produto educacional é parte integrante e consonante da pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado e deve seguir parâmetros, como validade, registro, uso em sistemas educativos, livre acesso, com todo o processo de construção do produto educacional e toda a vivência para a concretização relatados no trabalho final de conclusão do curso.

Para Zaidan, Reis e Kawasaki (2020), no processo do Mestrado Profissional em Educação, os mestrandos são incentivados a realizar reflexões de práticas, devendo estes apresentar dissertações e produtos educacionais como resultados do problema da pesquisa desenvolvida.

A elaboração de dissertação e produtos educacionais, conforme destacam estes autores, faz parte da especificidade, da formação, do fortalecimento da identidade do Mestrado Profissional em Educação a partir da construção de conhecimentos e da produção de recursos.

Os produtos educacionais, conforme destacam Zaidan, Reis e Kawasaki (2020), apresentam-se como recursos didáticos para as instituições educacionais e, quando apresentados, têm revelado grandes potencialidades.

Os produtos educacionais produzidos pelo (a) s mestrando (a)s têm se apresentado às escolas como recursos didáticos. A realização de uma mostra anual de produtos, aberto ao público e às instituições de ensino, ainda em caráter experimental, apresenta grande potencial (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020, p. 6).

¹ A autora cita a Portaria nº 47 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Portaria nº 80/1998 do Ministério da Educação e Cultura – MEC e a portaria 83/2011 da CAPES, que orientam os mestrados profissionais no Brasil.

O tipo de Produto educacional escolhido ao longo da pesquisa, o *ebook*, surge a partir de estudos do curso do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – IFPB em diversos materiais teóricos sobre a educação inclusiva e da percepção da importância de os estudantes do Ensino Médio do IFPB – *Campus* João Pessoa terem acesso de forma diferenciada às normativas legais que tratam da defesa de uma educação inclusiva e de seus direitos garantidos por lei.

O produto educacional *ebook* é previsto pela área de Ensino da Capes, pois são citadas no Documento da área de Ensino (2016) as seguintes categorias:

Os produtos deverão ser registrados preferencialmente em formato digital (pdf ou outro) e estar com link disponível no site internet da instituição, e usar a tipologia com as seguintes categorias: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. Todos os demais produtos serão contabilizados em relação ao número total, sem pontuação, exceto as seguintes atividades que receberão pontuação fixa: editoria, posfácio, prefácio, editorial, tradução de obras, patentes, organização de eventos, livros paradidáticos ou didáticos e artigos em revistas de divulgação científica (Brasil, CAPES, 2016, p. 14).

Dentre as categorias citadas, o *ebook* pode ser previsto como um material textual, um livro paradidático que pode ser contributivo enquanto complemento dos conhecimentos que os estudantes estão desenvolvendo ao longo de seu processo de aprendizagem.

O *ebook* construído enquanto produto educacional desta pesquisa é previsto pela área de ensino da Capes, existindo já alguns produtos educacionais, tais como o *ebook*. Entretanto, tem como diferencial a temática, objetivos, tratando de normativas legais em defesa da inclusão, do direito à educação para todos.

O *ebook* tem o seguinte título: “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional” e está em consonância com o problema de pesquisa estudado, que trata de políticas e práticas educativas inclusivas voltadas para os educandos com deficiência.

7.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto educacional escolhido tem uma relação muito importante com a pesquisa que está sendo desenvolvida. Assim, relaciona-se no que diz respeito ao tema, aos objetivos, fundamentos, problema de pesquisa que envolve políticas educacionais e práticas educativas inclusivas voltadas para estudantes com deficiência no Ensino Médio do IFPB – *Campus* João Pessoa.

O produto educacional construído foi um *ebook* intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional”. Ele visa auxiliar estudantes com deficiência para a compreensão de leis, direitos e deveres de uma forma lúdica, com linguagem clara e de fácil entendimento para a compreensão de pontos importantes destacados nas leis.

A construção do produto educacional foi pensada a partir dos sujeitos da pesquisa, considerando as falas, as ideias, as vivências, as necessidades de educandos com deficiência do Ensino Médio Integrado do IFPB, *Campus* João Pessoa, de práticas educativas, experiências de Professores e profissional da COAPNE que atuam no referido instituto. Também foram baseadas nas leituras, fundamentações teóricas sobre a educação inclusiva, políticas públicas e práticas educativas inclusivas, educação profissional, entre outros conhecimentos que sustentaram a pesquisa.

O *ebook* contém pontos importantes das normas legais que tratam da inclusão no país e tem como objetivo a disseminação de direitos e responsabilidades da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visando à orientação da comunidade acadêmica que precisa ter conhecimentos dos seus direitos garantidos por lei.

O conhecimento dos direitos nas normativas legais é extremamente importante para a busca de garantia dos direitos existentes nas leis, percebendo os direitos ao acesso ao ensino básico nas instituições educacionais públicas, como também a defesa de ações inclusivas, diferenciadas, que permitam a igualdade de direitos às aprendizagens necessárias e respeito às diferenças de cada educando na sua especificidade.

7.2 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE

A elaboração do produto educacional compreendeu a ampliação de leituras que sustentaram os objetivos da pesquisa. A partir dos objetivos e fundamentações teóricas, foram construídos os roteiros para levantamento de informações junto aos sujeitos da pesquisa.

Dos sujeitos que concordaram em participar da pesquisa, foram ouvidas opiniões, necessidades, que foram muito significativas para a construção de conhecimentos e desenvolvimento do produto educacional *ebook* que se aproximasse da realidade do público a que se destina.

O objetivo principal do *ebook* é fornecer, com uma linguagem clara, de fácil entendimento, ideias gerais sobre direitos e deveres da pessoa com deficiência existentes nas normativas legais nacionais e do IFPB – *Campus* João Pessoa, levando conhecimentos importantes para os estudantes do Ensino Médio desta instituição, tendo por base os fundamentos legais da educação inclusiva e o entendimento de que o *ebook* pode ser um instrumento estratégico no tocante à disseminação de conhecimentos importantes para a inclusão educacional.

O fato de ter escolhido um produto educacional em formato digital se justifica no sentido de maior facilidade no acesso para discentes e docentes que desejem utilizá-lo enquanto um instrumento complementar para ações inclusivas. Também poderá ser utilizado como material de apoio por toda a comunidade acadêmica e por todas as pessoas que se interessam por inclusão social.

Algumas normativas contempladas no *ebook* são: Constituição Federal Brasileira (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Lei nº 10.436/02; Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001; ECA Lei 8.069/90; Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, de 06 de julho de 2015; Lei n. 13.146 (2015); Lei nº 10.436 de 2002, entre outras.

O *ebook* intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional” foi construído por meio do *Microsoft Word*, *Power Point* e será disponibilizado em formato de arquivo PDF. Este produto será depositado na Plataforma EDUCAPES e registrado como produto educacional vinculado a esta dissertação.

O *ebook* contém capa com imagem representativa da educação inclusiva, título, sumário, folha com o editorial dos nomes das pessoas envolvidas na sua construção, apresentação, explicando que a sua produção faz parte de ações do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, percebendo-se a importância de que os estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação da Paraíba – *Campus* João Pessoa tenham acesso ao conhecimento das leis que tratam dos direitos da pessoa com deficiência.

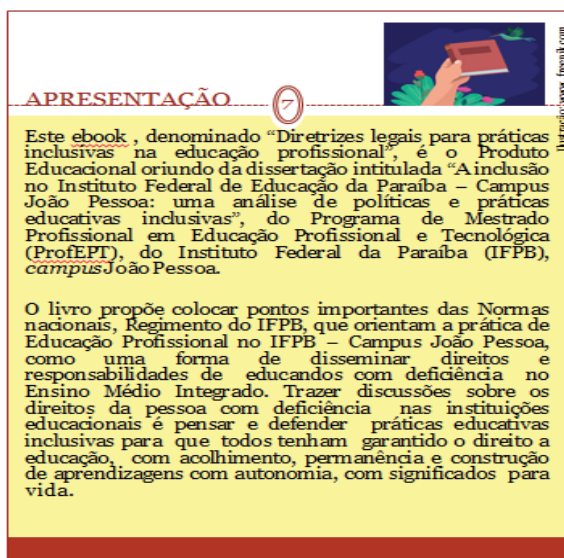
Figura 7 – Capa do *Ebook*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O *design* do *ebook* foi construído a partir do *Power Point* e do site *www. freepik. com*, onde foram selecionados vetores para ilustrar os conhecimentos, que o deixaram num formato atrativo e com imagens representativas da inclusão de pessoas com deficiência. Ele tem 16 Seções que começam a partir da apresentação do que se propõe com o livro.

Figura 8 – Apresentação do Ebook



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Seção I traz a Constituição de 1988 e a defesa de uma educação para todos. A Seção II apresenta o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, reforçando o direito à educação para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

A Seção III coloca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) que reconhece a educação especial enquanto modalidade de educação que deve acontecer nas instituições educacionais voltada para educandos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, também para aqueles que têm altas habilidades. Já a Seção IV traz as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), que destaca que o Projeto da Nação voltado à educação brasileira tem como fundamento o respeito e a valorização das diferenças.

A Seção V apresenta a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Já Seção VI expressa a Lei nº 10.436 de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e traz o reconhecimento desta enquanto forma legal de comunicação. A Seção VII salienta o Decreto nº 5.626/05, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, no que diz respeito à obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores.

Na Seção VIII, são descritos pontos do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, que aponta a necessidade de as instituições educacionais serem inclusivas. A Seção IX – Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001, trata da busca da eliminação

de discriminações contra pessoas com deficiência. Já a Seção X – Resolução Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº 1/2002 determina que instituições de ensino superior devem manter uma organização curricular com foco no ensino e a aprendizagem, no acolhimento da diversidade.

A Seção XI traz o objetivo da Política Nacional de Educação Especial – PNEE, na perspectiva da educação inclusiva (2008), de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. A Seção XII destaca a Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência buscar assegurar direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência para a inclusão social e cidadania. A Seção XIII apresenta pontos do Regimento Geral do IFPB (Resolução nº 144/2017), ofertado a partir de valores humanísticos e da união de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A Seção XIV mostra a Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015 do IFPB, que tem como princípios norteadores a busca por justiça social, equidade e cidadania. Espera-se que este produto educativo possibilite discussões e reflexões importantes sobre os direitos e deveres da pessoa com deficiência, provocando sensibilizações para a ampliação de práticas educativas inclusivas, buscando a garantia do acesso, acolhimento, respeito à diversidade e construção de conhecimentos com significado para todos.

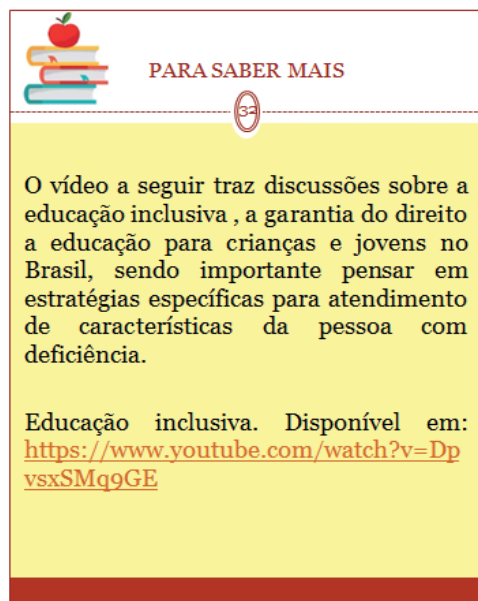
A Seção XV traz a Resolução AR 32/ 2020, o Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência do IFPB, que direciona para práticas educativas inclusivas, apontando sugestões para atuação com os estudantes que necessitam de adaptações para desenvolver aprendizagens. A Seção XVI apresenta informações da Coordenação de Assistência às Pessoas com necessidades específicas (COAPNE) – IFPB, Campus João Pessoa que atua para rompimento das barreiras que impedem a inclusão, buscando o educar para a diversidade.

Figura 9 – Texto ilustrado no Ebook




Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 10 – Material complementar



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 11 – Questões para reflexão



PARA REFLETIR

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases e o vídeo disponibilizado sobre Educação inclusiva.

1. Como garantir educação de qualidade para os educandos com deficiência?
2. Quais os desafios para inclusão da pessoa com deficiências nos institutos educacionais?
3. De quem é a responsabilidade pela busca da garantia do direito a educação para todos?
4. Como você pensa a educação inclusiva?
5. É necessidade da educação atual repensar formas de educação para desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos. Qual a importância de adaptações na prática educativa?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os conhecimentos são ilustrados com fotos ao longo de todo o *ebook*, deixando-o mais atrativo aos leitores. No final de cada Seção, são informados materiais complementares e questões para reflexões que podem servir de ponte para discussões na prática pedagógica em sala de aula e em outros espaços que tratam a temática inclusiva.

Com o intuito de verificar a efetividade do produto educacional construído, o *ebook* foi aplicado em contexto real de sala de aula presencial do Ensino Médio Integrado do IFPB, *Campus* João Pessoa, conforme é descrito a seguir.

7.3 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional foi aplicado no dia 10 de outubro de 2023 em sala de aula presencial, junto a estudantes do Curso de Contabilidade. Assim, o *ebook* foi apresentado, colocando o que o livro propõe, a sua importância, os conhecimentos de cada seção de uma forma geral, destacando que contém materiais complementares e questões reflexivas no final de cada seção, tendo sido entregue o *ebook* de forma impressa para todos os educandos da turma, salientando, entretanto, que seria disponibilizado de forma virtual.

Ao longo da apresentação, a professora fez várias falas sobre a importância da inclusão. Os alunos demonstraram interesse, sensibilidade sobre a temática.

A escolha do Curso para aplicação do PE aconteceu em virtude da disponibilidade da professora, que foi muito acolhedora e nos permitiu um horário de sua aula, para que fosse apresentado o *ebook* aos discentes. A aplicação do *ebook* se justifica em qualquer

curso em virtude de a inclusão ser temática transversal, sendo de responsabilidade de todos, conforme traz a Constituição Federal, a busca da garantia da educação para todos.

Ao final da apresentação, os estudantes receberam um instrumento avaliativo, que se encontra no final da dissertação, para que pudessem avaliar o produto educacional. Todos os estudantes que estavam presentes participaram, responderam e devolveram o instrumento. Ao devolvê-lo, vários agradeceram pelo momento e afirmaram gostar muito da temática. As percepções dos educandos serão mais bem descritas a seguir.

Para a avaliação do produto educacional, foi proposto um roteiro com questões, de modo que, após análise do material educativo *Ebook: Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional*, o estudante fez as leituras das questões e marcou “sim” ou “não” para cada resposta ao questionamento. Tendo espaço também para se posicionar de forma livre sobre as suas percepções.

A avaliação dos educandos permitiu perceber a aplicabilidade do *ebook* em contexto real e com potencial para aplicação do produto educacional construído. Participaram da apresentação e da avaliação do PE 15 educandos.

As respostas dos educandos se assemelham. Sendo assim, foi possível perceber, quanto à Estética e à Organização do Material Educativo, que os estudantes concordam que há um diálogo entre o texto e as imagens, que o texto se apresenta de fácil compreensão, leitura, com letras legíveis e adequadas, assim como o texto demonstra respeito à diversidade, podendo um futuro aplicador conseguir compreender a linguagem e aplicar o *ebook* com facilidade, com uso de reflexões e questionamentos. Os materiais complementares no final de cada seção também foram percebidos como interessantes para a compreensão dos assuntos abordados.

No que diz respeito à divisão do material educativo, o produto foi considerado pelos educandos como coerente com o que se propõe, colocando pontos importantes das Normas nacionais, Regimento do IFPB, que orientam a prática de Educação Profissional no IFPB – *Campus* João Pessoa, como uma forma de disseminar direitos e responsabilidades de educandos com deficiência no Ensino Médio Integrado.

Os educandos também confirmam, com suas respostas, que o *ebook* pode ser utilizado em turmas do Ensino Médio Integrado, conforme a orientação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual orienta os sistemas de ensino para trabalharem a temática da inclusão enquanto transversal. Outro ponto importante, com o qual os estudantes estão de acordo, é que o *ebook* produzido terá baixo custo para aplicação, visto que será disponibilizado de forma gratuita e *online*.

No que diz respeito à escrita do material educativo, os estudantes marcaram a opção que afirmam que o *ebook* apresenta uma escrita acessível, com linguagem clara, letras grandes e fáceis de entender, que as ideias estão colocadas de modo fácil ao entendimento dos conhecimentos trabalhados no *ebook* e que, mesmo um educador que não possua formação específica na área de inclusão, não sentirá dificuldade de compreendê-lo e utilizá-lo.

Sobre o conteúdo do material educativo, os educandos demonstram, com suas respostas, que é adequado ao público-alvo a que se destina, aos educandos do Ensino Médio Integrado, que a forma como é apresentado o material complementar também é clara e de fácil entendimento e que acha interessante a forma como está organizado o *ebook*, com imagens, material complementar e questões para reflexões, podendo ser utilizado em instituições educacionais.

Quanto às atividades presentes no material educativo, os educandos concordam que as atividades estão adequadas para estudantes do Ensino Médio, que as questões no final de cada seção permitem reflexões e que podem, portanto, serem utilizadas no Ensino Médio.

Com relação à criticidade do material educativo, os estudantes também confirmam, em suas respostas, que as atividades propostas estimulam reflexões para inclusão social, que pode contribuir com a formação humana de alunos do Ensino Médio Integrado, podendo, portanto, ser aplicado em contexto real em instituições de educação profissional.

Quanto à contribuição para o aperfeiçoamento do *ebook*, alguns posicionamentos foram: “Eu gostei bastante, Parabéns pelo trabalho!”; “É importante adicionar atividades que entrem os leitores”; “Achei perfeito. Principalmente vem olhar para a inclusão, a qual muitas vezes é deixada de lado”; “melhorar as referências, não colocando links tão grandes” (Educandos IFPB, 2023).

Apenas um estudante cita que era importante não deixar os *links* tão grandes nas referências. Ele estava se referindo à página dos créditos. Neste sentido, os *links* são grandes devido à forma como o site coloca para dar os créditos a cada imagem. Sendo assim, o resultado da avaliação foi muito positivo, os educandos gostaram muito da temática, do *ebook* apresentado na aula, o que demonstra ser significativo o produto para a prática educativa no Ensino Médio Integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFPB considera as políticas brasileiras de inclusão da pessoa com deficiência, defende a educação para todos com respeito à diversidade, prezando por justiça social, equidade e cidadania, conforme a Resolução 246/2015, que dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

As políticas inclusivas têm sido vistas pelos professores como importantes para a conscientização cidadã, imprescindíveis à prática educativa enquanto orientações para a redução de desigualdades sociais e busca de uma sociedade mais inclusiva, com educação de qualidade para todos.

Sobre as práticas educativas com educandos com deficiência no Ensino Médio Integrado, os professores destacam: têm sido positivas, têm sido experiências de aprendizado, os discentes vêm acompanhando as atividades em sala de aula, a COAPNE tem dado um suporte importante diante das dificuldades, e a prática tem sido desafiadora. Algumas dificuldades percebidas são para adaptação das atividades. Buscar conhecer o educando, a sua realidade, as suas necessidades, as suas habilidades e potencialidades pode ser contributivo para a adaptação das atividades, assim como manter uma relação próxima com a COAPNE, pensando juntos nas ações que podem ser desenvolvidas.

Algumas práticas de inclusão que têm sido vivenciadas no IFPB são: Libras para alunos e servidores, adaptação de materiais e atividades avaliativas, orientação de TCC de alunos com deficiência; adaptação de avaliações para alunos surdos, acessibilidade nos laboratórios, acompanhamento de pessoas com dificuldades motoras, sensoriais, atividades lúdicas, acompanhamento individualizado, considerando as especificidades.

A maioria dos estudantes pesquisados afirma que vem gostando de estudar no Ensino Médio Integrado do IFPB, do curso que está realizando, porém um estudante coloca que, às vezes, sente-se sozinho. Neste sentido, é importante pensar em formas de acolhimento, socialização dos estudantes com deficiência no espaço institucional, para que os educandos sintam-se parte, acolhidos, motivados para a frequência, a permanência e o desenvolvimento de aprendizagens. Conhecer e ouvir os estudantes e as famílias são ações significativas, pois eles podem dar contribuições do que pode ser feito para aulas cada vez mais atrativas, com respeito e valorização das especificidades.

Assim, é importante conhecer a história, preferências, buscar formas de participação do estudante em sala de aula, para que eles se sintam parte do curso que realizam e da instituição.

Os estudantes com deficiência, em sua maioria, vêm se sentindo incluídos, porém, em alguns momentos, relatam dificuldades para a aprendizagem dos conhecimentos que estão sendo desenvolvidos em sala de aula, trazendo a importância do apoio dos monitores e da família para amenizar dificuldades. Os monitores são necessários e contribuem para que os educandos consigam acompanhar as aulas e realizar as atividades com atenção.

A adaptação das atividades também é extremamente necessária para que os educandos alcancem o sucesso escolar, devendo ser pensadas, em conjunto, estratégias metodológicas, recursos pedagógicos que venham facilitar o processo de aprendizagem e atendimento de necessidades educacionais específicas. Do contrário, a não adaptação de atividades pode se revelar em ações excludentes.

O Plano Educacional Individualizado, o PEI é um instrumento que pode ser muito contributivo à inclusão de educandos com deficiência, para se ter clara a realidade deles, pensando em conhecimentos, estratégias, recursos, possibilidades de avaliação, considerando a especificidade, as dificuldades, as necessidades, potencialidades para avanços na aprendizagem.

As aulas práticas foram citadas pelos discentes como positivas à inclusão. Entretanto, se houver manuseio de máquinas, é importante a presença de um monitor, no intuito de os educandos conseguirem realizar a atividade com êxito e segurança. O ledor também tem sido visto como muito significativo para a aprendizagem e a interação com os professores.

A partir das falas dos estudantes, foi possível perceber a preocupação dos professores para que a inclusão dos alunos com deficiência aconteça nos cursos do IFPB, *Campus* João Pessoa. Diversas disciplinas foram destacadas pelos estudantes que vêm se comprometendo com uma educação inclusiva e prazerosa, com formas diferenciadas de exposição das aulas, adaptação de atividades, sendo necessário que essas ações continuem e se ampliem, fortalecendo, cada vez mais, estes movimentos por uma educação inclusiva, de qualidade para todos.

O produto educacional foi construído, na forma do *ebook* intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional” e pensado a partir dos sujeitos da pesquisa, considerando as ideias, as necessidades de educandos com deficiência do Ensino Médio Integrado do IFPB, *Campus* João Pessoa, como também de práticas educativas de professores e experiências de profissional da COAPNE.

O *ebook* aborda pontos importantes das normas legais brasileiras que tratam da inclusão no país, regimento do IFPB, com o objetivo da disseminação de direitos e responsabilidades da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para que os conhecimentos sejam disseminados e sejam contributivos para práticas educativas inclusivas.

Os educandos com deficiência compreendem que um *ebook* sobre políticas e orientações acerca de práticas educativas inclusivas, com direitos e deveres da pessoa com deficiência, é importante para a inclusão. Os professores compreendem que o *ebook* sobre políticas inclusivas seja um instrumento importante de apoio nas práticas educativas. Também afirmam que é uma excelente iniciativa e que pode provocar melhorias no que diz respeito à inclusão no IFPB.

Os professores ainda destacam que os educandos podem desenvolver, a partir do trabalho com o *ebook*, a empatia, habilidades socioemocionais, o conhecimento dos direitos que os educandos possuem, sendo valoroso, pois a inclusão é temática transversal, que pode ser trabalhada nas diversas disciplinas e níveis de escolaridade. Também é importante que os educandos percebam os seus deveres, de respeitar uns aos outros, atuar pelo bem coletivo, cumprir as regras, estudar, aprender, conviver, frequentar o espaço educacional, as aulas, como bem trazem os professores.

Este produto foi aplicado e avaliado por turmas de estudantes do Ensino Médio Integrado do IFPB, do Curso de Contabilidade, que demonstraram, em suas respostas, que o livro é significativo e tem potencial para ser utilizado na prática educativa com educandos do Ensino Médio Integrado.

Como sugestão para novos estudos acadêmicos, é possível apontar, a partir das falas dos educandos, a necessidade de mais construções de conhecimentos e produtos educacionais voltados às falas das pessoas com deficiência, que pensem na socialização de educandos, como, por exemplo, foi sugerido, inclusive, por um educando, que houvesse uma possibilidade de amigo solidário para pessoas com deficiência.

Para melhorias na inclusão do IFPB – *Campus* João Pessoa, são importantes, portanto, práticas educacionais inclusivas com participação, reflexão, construção de conhecimentos com autonomia, em consonância com as ideias da COAPNE, a presença de intérpretes de Libras para o aluno com deficiência auditiva, formação para educadores e técnicos voltada à inclusão de alunos com deficiência e garantia do direito à aprendizagem com práticas educativas de qualidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. **Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2014.

BEZERRA, Italan Carneiro. **Curso técnico integrado ao ensino médio em instrumento musical do IFPB: reflexões a partir dos perfis discente e institucional**. João Pessoa, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Presidência da República, Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Documento de área. Ensino** Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, Diretoria de Avaliação, 2016.

BRASIL. **Instituições da rede federal desenvolvem ações inclusivas**. MEC – Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/tecnep>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. **Educação Profissional**. Programa de inclusão de pessoa com deficiência tem avaliação. MEC – Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [phttp://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/16136-programa-de-inclusao-de-pessoa-com-deficiencia-tem-avaliacao](http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/16136-programa-de-inclusao-de-pessoa-com-deficiencia-tem-avaliacao). Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. p. 25. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. **Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13. 146 de 6 de julho de 2015**. Presidência da República, Secretaria Geral- Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 jul. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021

CALISSI, Luciana. A escola como espaço de formação/transformação: estratégias metodológicas para educação em/para os Direitos Humanos. In: FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa (org.). **Educação em direitos humanos e educação para os direitos humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

CANDEIA, Luciano. **Mente amore pro pátria docere**: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909- 1942). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4721?locale=pt_BR. Acesso em: 12 maio 2021.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Direitos Humanos e Educação: A formação docente como um direito. In: FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa (org.). **Educação em direitos humanos e educação para os direitos humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 187-205. jan-abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 04 maio 2019.

FILHO, Teófilo Alves Galvão. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva**: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2021.

GATTERMANN, Beatris; POSSA, Leandra Boer. Inclusão e Aprendizagem como Imperativos da Governamentalidade Neoliberal e a Criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1632-1651, out./dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11057>. Acesso em: 04 maio 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2. Reimpr.]. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOTTI, Alessandra. Inclusão na Educação: quais os desafios para realmente atender pessoas com deficiência. **Revista Nova Escola**, 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18275/inclusao-na-educacao-quais-os-desafios-para-realmente-atender-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 05 jul. 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça o Brasil – População – Pessoa com deficiência. Censo 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 21 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 24 out. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**. Agência IBGE Notícias. Editoria: Estatísticas sociais, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 30 out. 2021.

IFPB. **Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE)**- IFPB - João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/ensino/COAPNE> Acesso em: 07 dez. 2022.

IFPB. Resolução AR 32/2020- CONSUPER/DAAOC /REITORIA/IFPB, 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/acoes-inclusivas/legislacao-e-documentos-pertinentes/plano-de-acessibilidade-ifpb.pdf/@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20AR%2032-2020%20-%20CONSUPER-DAAOC-REITORIA-IFPB,%20de%2011%20de%20agosto%20de%202020.pdf> Acesso em: 12 dez, 2023.

IFPB. **Resolução nº 246**, de 18 de dezembro de 2015. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Conselho Superior, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/guarabira/noticias/2016/09/eleicoes-para-conselho-diretor-do-campus-guarabira/estatuto-do-ifpb.pdf/view> Acesso em: 29 nov. 2021.

IFPB. **Resolução nº 139**, de 02 de outubro de 2015. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Conselho Superior, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-139/view>. Acesso em: 29 nov. 2021.

IFPB. Resolução nº 144, de 11 de agosto de 2017. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Conselho Superior, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/resolucao-no-144.pdf/view> Acesso em: 29 nov. 2021.

IFPB. Primeiros mestres e alunos da Escola de Aprendizizes e Artífices da Paraíba em 1910. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/exposicao-112-anos/fotos/escola-de-aprendizes-artifices-1909-1937/02.jpg/view>. Acesso em: 11 set. 2022.

JORDAN, Anne. **Introduction to Inclusive Education**. Ontario Institute for Studies in Education of the University of Toronto- John Wiley and Sons Canada, Ltd, 2007.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino**: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas – Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 28 jul. 2021.

LIMA, Manolita Correia. **A engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Unidas, 1997.

LIMA, Aline da Costa Luz de; TAVARES, Kamilla Assis; SOBRINHO, Marcos Fernandes. Planos de desenvolvimento de um Instituto Federal: Dilemas e Desafios Frente a Disputas de Projetos Educacionais Controvertidos. In: SOBRINHO, Sidinei Cruz; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Educação profissional integrada ao ensino médio**. Série Reflexões na Educação, v. 8, João Pessoa: IFPB, 2020.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

OLIVEIRA, Elinalva Alves; SANTOS, Geandra Claudia Silva; MATOS, Izabeli Sales; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro Costa. **Educação especial**. 1. ed., Fortaleza, UAB/UECE 2019.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giarretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC#>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PETERSON, J. M; HITTIE, M. M. **Inclusive teaching**: the journey towards effective schools for all learners. 2nd ed, 2010. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1632-1651, out./dez, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/503415> Acesso em: 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado**, 2005. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 20 maio 2016.

RODRIGUES, Graciela Fagundes; MICHEL, Caroline Braga; ROBAERT, Damaris; KRISTIUK, Marcia Rejane. Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e continuidade de estudos no Ensino Superior: Aproximações e Distanciamentos. In: SOBRINHO, Sidinei Cruz; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Educação profissional integrada ao ensino médio**. Série Reflexões na Educação, Volume 8– João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/view/388/200/1128-1>. Acesso em: 31 maio 2022.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra; SILVA, Rosana Cipriano Jacinto; CUNHA Patrícia. Redes e articulações intersetoriais. 2015. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Linha de Cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psico-social do SUS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtornos_autismo_versao_preliminar.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2021.

SEIFFERT, Elaine Cristina Plamplona; JULIANI, Douglas Paulesky. **Produto Educacional**: Plataforma educacaoinclusiva.org. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT), Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553166>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. [livro eletrônico]. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. [Organizadores]. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://meiradarocha.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

SIMÕES, Carlos Artexes. Educação Técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOBRINHO, Sidinei Cruz; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Educação profissional integrada ao ensino médio**. Série Reflexões na Educação, Volume 8, João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/388>. Acesso em: 20 maio 2016.

SOUZA PAN, Miriam Aparecida Graciano de; ZUGMAN, Maiana Jugend. Psicologia e políticas inclusivas na Educação: contribuições de uma leitura Bakhtiniana. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812015000100009&script=sci_abstract. Acesso em: 20 maio 2016.

UNICEF. **The State of the World's Children**, 2013: Children with Disabilities. United Nations Children's Fund., May, 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2013>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. de F. R.; KAWASAKI, T., F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 16, n. 35, 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1707> Acesso em: 30 jul. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE – EBOOK: DIRETRIZES LEGAIS PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

DANIELE DE SOUZA FARIAS
ALYSSON ANDRÉ RÉGIS OLIVEIRA.

EBOOK

DIRETRIZES LEGAIS PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



Montagem. Título do e-book *Diretrizes Legais para Práticas Inclusivas na Educação Profissional*, de Daniele de Souza Farias e Alysson André Régis Oliveira. Em cenário cinza, recortes de desenhos em rabisco infantil de cinco pessoas se dão as mãos. Um cadeirante de pele branca e cabelos castanhos segura a mão de uma pessoa ruiva, e esta, a de uma mulher loira. A loira dá a mão a outra cadeirante negra, que se une a uma mulher de cabelos lisos e lisos. Abaixo deles, lápis de cores diversas.

Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

DIRETRIZES LEGAIS PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**DANIELE DE SOUZA FARIAS
ALYSSON ANDRÉ RÉGIS OLIVEIRA**

**PRODUTO EDUCACIONAL VINCULADO À
DISSERTAÇÃO: A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA – CAMPUS
JOÃO PESSOA: Uma análise de políticas e práticas
educativas inclusivas**

**JOÃO PESSOA – PB
2023**

FICHA TÉCNICA

3

EDITORIAL

TEXTO: Daniele de Souza Farias

ORIENTAÇÃO: Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira

REVISÃO: Professora Doutora Juliene Paiva de Araújo Osias

ARTE VISUAL

PROJETO GRÁFICO: Daniele de Souza Farias

PRODUÇÃO DE CÓDIGO QR: Erika Aranha Fernandes Barbosa

AUDIODESCRIÇÃO

Dina Melo

CONSULTORIA EM AUDIODESCRIÇÃO: Mileide Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP Biblioteca Nilo
Peçanha – IFPB, *campus* João Pessoa

F224 Farias, Daniele de Souza.
Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação
profissional / Daniele de Souza Farias. – 2023.
126 f. : il.

Produto Educacional (Mestrado em Educação
Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da
Paraíba – IFPB / Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.
Orientador: Prof.^o Dr. Alysson André Régis Oliveira.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Práticas educa-
cionais - Inclusão. 3. Políticas educacionais –

CDU

Bibliotecária responsável Ivanise Andrade Melo de Almeida – CRB15/96



O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordo quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações.

MARIA TERESA EGLER MANTOAN

Fotografia aproximada do rosto da autora. Maria Teresa Mantoan é uma mulher branca, de meia-idade, com cabelos lisos e loiros e franja. Apoia a mão esquerda na bochecha e usa óculos. Olha para a câmera. Veste blusa preta, com estampas amarelas e brancas. Sorri levemente.

Imagem: <https://www.gruposummus.com.br>

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO.....	07
Seção I – Constituição Federal de 1988	13
Seção II – O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90	20
Seção III – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(1996).....	27
Seção IV – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013)	34
Seção V – Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE Nº 2, de 2001.....	41
Seção VI – A Lei nº 10.436 de 2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras	48
Seção VII – O Decreto nº 5.626/05 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.....	52
Seção VIII – Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001.....	59
Seção IX – Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001	66
Seção X – Resolução Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº1/2002	70

Seção XI – Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da educação inclusiva (2008).....	74
Seção XII – Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	85
Seção XIII – Regimento Geral do IFPB (Resolução nº 144/2017).	100
Seção XIV – IFPB. Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015	102
Seção XV- Resolução AR 32/ 2020- Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência- IFPB	111
Seção XVI- Coordenação de Assistência às Pessoas com necessidades específicas (COAPNE) – IFPB, Campus João Pessoa.....	115
Referências.....	119
Créditos	123

APRESENTAÇÃO

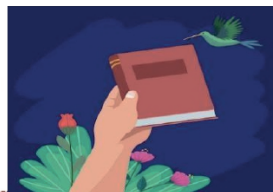


Ilustração: www.freepik.com

Este *ebook*, intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional”, é o Produto Educacional oriundo da dissertação intitulada “A inclusão no Instituto Federal de Educação da Paraíba – Campus João Pessoa: uma análise de políticas e práticas educativas inclusivas”, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), *campus* João Pessoa.

O livro propõe colocar pontos importantes das normas nacionais, Regimento do IFPB, que orientam a prática de Educação Profissional no IFPB – Campus João Pessoa, como uma forma de disseminar direitos e responsabilidades de educandos com deficiência no Ensino Médio Integrado. Trazer discussões sobre os direitos da pessoa com deficiência nas instituições educacionais é pensar e defender práticas educativas inclusivas para que todos tenham garantido o direito a educação, com acolhimento, permanência e construção de aprendizagens com autonomia, com significados para a vida.

Todos precisam ter acesso a uma educação de qualidade, sem discriminações, cabendo a toda sociedade buscar que isto aconteça para o rompimento de exclusões históricas. Com este *ebook*, pretende-se colocar um material alternativo para trabalhar com a temática inclusão em sala de aula, em virtude da importância de debates envolvendo este tema para a sociedade, que pensa o respeito e a valorização da diversidade.

Considerando o papel dos Institutos Educacionais Federais de promoção de uma formação humana integral, é necessário trazer reflexões, pensando no desenvolvimento de todos os educandos, nos mais variados aspectos: intelectuais, sociais, históricos, culturais. Assim, este *ebook* apresenta conhecimentos para sensibilização e disseminação de direitos e responsabilidades de educandos com deficiência, visando contribuir para o respeito às diferenças e práticas educativas inclusivas.

Este livro tem 14 Seções. A Seção I traz a Constituição de 1988 e a defesa de uma educação para todos. A Seção II apresenta o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, reforçando o direito à educação para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

A Seção III coloca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(1996), que reconhece a educação especial enquanto modalidade de educação que deve acontecer nas instituições educacionais voltada para educandos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, também para aqueles que têm altas habilidades.

Já a Seção IV traz as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013), destacando que o Projeto da Nação voltado para a educação brasileira tem como fundamento o respeito e a valorização das diferenças.

A Seção V apresenta a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Já a Seção VI expressa a Lei nº 10.436 de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e traz o reconhecimento desta língua enquanto forma legal de comunicação.

A Seção VII salienta o Decreto nº 5.626/05, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, no que diz respeito à obrigatoriedade da disciplina de Libras nos curso de formação de professores. Na Seção VIII, descrevem-se pontos do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, que aponta a necessidade de as instituições educacionais serem inclusivas.

A Seção IX – Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001, trata da busca da eliminação de discriminações contra pessoas com deficiência. Já a Seção X – Resolução Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº1/2002 determina que instituições de ensino superior devem manter uma organização curricular com foco no ensino e na aprendizagem, no acolhimento da diversidade.

A Seção XI traz o objetivo da Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da educação inclusiva (2008) de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

A Seção XII destaca a Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que busca assegurar direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência para a inclusão social e a cidadania. A Seção XIII apresenta pontos do Regimento Geral do IFPB (Resolução nº 144/2017), que é ofertado a partir de valores humanísticos e da união de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A Seção XIV mostra a Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015, do IFPB, que tem como princípios norteadores a busca por justiça social, equidade e cidadania. A Seção XV traz a Resolução AR 32/ 2020, o Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência do IFPB, que direciona para práticas educativas inclusivas, apontando sugestões para atuação com os estudantes que necessitam de adaptações para desenvolver aprendizagens.

A Seção XVI apresenta informações da Coordenação de Assistência às Pessoas com necessidades específicas (COAPNE) – IFPB, Campus João Pessoa que atua para rompimento das barreiras que impedem a inclusão, buscando o educar para a diversidade.

Espera-se que este produto educativo possibilite discussões e reflexões importantes sobre os direitos e deveres da pessoa com deficiência, provocando sensibilizações para a ampliação de práticas educativas inclusivas, buscando a garantia do acesso, acolhimento, respeito à diversidade e construção de conhecimentos com significado para todos.

João Pessoa, Paraíba, 2023
Os autores

Seção I – Constituição Federal de 1988

13



Olá! Vamos conhecer um pouco das leis que, ao longo da história, vêm contribuindo para o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência?

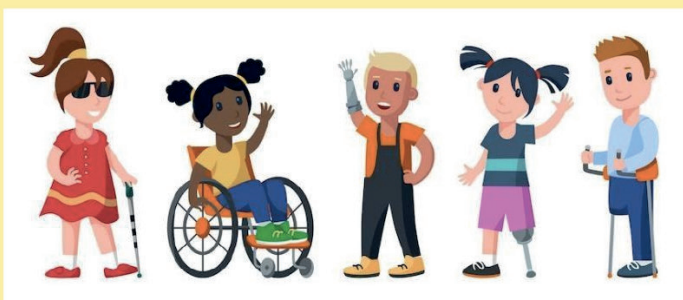


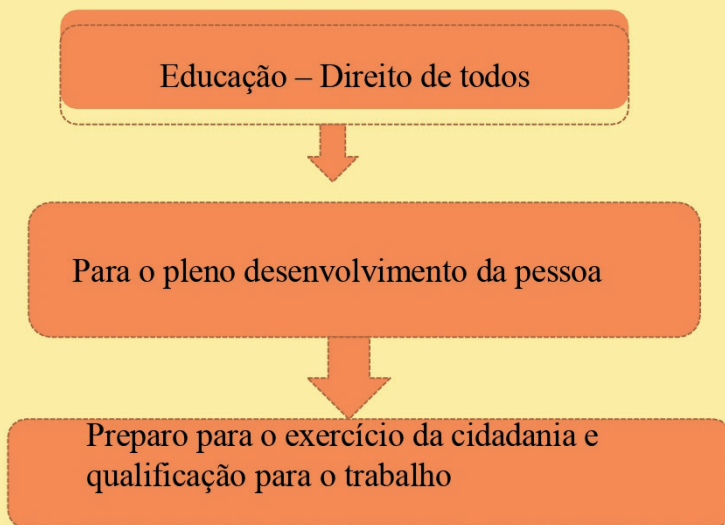
Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

A Constituição Federal, nossa Lei Maior, traz ideias democráticas, inclusivas, que visam assegurar direitos sociais, como a educação enquanto direito de todos.

A educação como direito de todos garantido pela Constituição Federal de 1988

14

Segundo o Art. 205 da Constituição Federal, a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado, da família e da sociedade colaborar para a garantia deste direito.



Quem deve buscar assegurar o direito à educação ?

15

Além de perceber que a educação precisa ser universal e que o ensino não pode atender apenas uma minoria, mas dever ser direito de todos, a Constituição de 1988 também apresenta, em seu artigo 205, a compreensão de que é responsabilidade do Estado, da família e de toda a sociedade buscar assegurar a garantia do direito à educação.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2016, p. 132).

Outros direitos garantidos pela Constituição Federal

16

Assim, todos têm direito à educação e à aprendizagem, com respeito e dignidade, conforme a nossa Constituição.



Ilustração: www.freepik.com

Também ao atendimento educacional especializado à Pessoa com deficiência

O direito à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado

17

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, coloca a defesa do direito do atendimento especializado ao educando com deficiência, sendo de responsabilidade do Estado para com a educação brasileira garantir este atendimento, principalmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2016, p. 124).



Ilustração: [www. freepik. com](http://www.freepik.com)



PARA SABER MAIS

18

A Resolução abaixo apresenta as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf



Considerando a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009:

- 1- Quem deve matricular os alunos com deficiência e onde é ofertado o Atendimento Educacional Especializado?
- 2- Qual a função do Atendimento Educacional Especializado?
- 3- Quem faz parte do público-alvo do Atendimento Educacional Especializado?
- 4- Onde acontece o Atendimento Educacional Especializado ?
- 5- De quem é a competência para elaborar e executar os planos de Atendimento Educacional Especializado ?

Seção II – O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90



O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 – reforça o que defende a Constituição Federal e apresenta, no Art. 53, que a criança e o adolescente têm direito à educação, para o seu pleno desenvolvimento, para o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. E assegura:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, ECA, Art 53).



Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2016, p. 123,124).

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a defesa da igualdade de condições para o acesso escolar



A igualdade de condições para o acesso à escola é muito importante, pois é preciso possibilitar que os estudantes tenham acesso aos mesmos direitos.



A participação em entidades estudantis também é significativa e pode contribuir para o estudante desenvolver diversas habilidades.



PARA SABER MAIS

23

A monografia a seguir trata da percepção de adolescentes sobre a equidade no ambiente escolar.

A percepção sobre equidade no ambiente escolar. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26882/1/2020_LuzinetePereiraDeSousa_tcc.pdf





PARA REFLETIR

24

Considerando a monografia disponibilizada, A percepção sobre equidade no ambiente escolar,

1. O que é equidade ?
2. Como podemos compreender a importância de igualdade de condições trazida no Estatuto da Criança e Adolescente e a percepção de equidade ?
3. Como alcançar equidade no ambiente escolar ?



DEVERES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Além dos direitos, a criança e o adolescente também têm deveres que podem ser vistos de uma forma bem lúdica no vídeo abaixo:

ECA – Os Deveres da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uFEE1WVMuMY>





PARA REFLETIR

26

Considerando o vídeo disponibilizado, ECA – Os Deveres da Criança e do Adolescente,

1. Quais os deveres de um educando que cursa o Ensino Médio no IFPB ?
2. Como atuar como cidadão nos espaços educacionais ?
3. Como atuar como cidadão na sociedade ?



PARA REFLETIR

26

Considerando o vídeo disponibilizado, ECA – Os Deveres da Criança e do Adolescente,

1. Quais os deveres de um educando que cursa o Ensino Médio no IFPB ?
2. Como atuar como cidadão nos espaços educacionais ?
3. Como atuar como cidadão na sociedade ?

Seção III – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(1996)

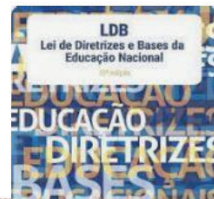
27

Agora, vamos conhecer uma lei também muito importante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) trouxe um capítulo reconhecendo a educação especial como modalidade de educação que acontece nas instituições regulares de ensino e é voltada para educandos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e também para aqueles que têm altas habilidades.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)



A LDB E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

28

A LDB coloca diretrizes nacionais para a educação básica e define a educação especial como modalidade educativa para a garantia do atendimento de necessidades educativas especiais.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 10 Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (LDB, 2017, p. 39)

Quem faz parte do público-alvo da educação especial?

29



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Os educandos público-alvo da educação especial (educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação) precisam ter assegurados nos sistemas educacionais de ensino, conforme a LDB, em seu artigo 59: currículos, métodos, recursos educativos específicos para atender às necessidades educativas; professores especializados para atendimento especializado e professores da rede regular com capacitação para incluí-los nas classes.

LDB e Educação Profissional

30



No que diz respeito à Educação Profissional, também deve acontecer uma educação voltada para o trabalho, pensando na integração efetiva destes educandos na sociedade, sendo importante, conforme traz a LDB, articulação com órgãos oficiais para aqueles educandos que apresentam habilidade superior, seja nas áreas artística e intelectual, entre outras.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Acesso igualitário

31

É essencial que aconteça o acesso igualitário aos benefícios de programas sociais , segundo a LDB, para todos, de acordo o nível de ensino regular em que estuda.

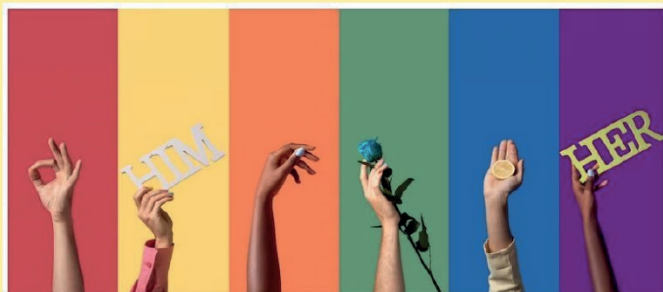


Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

A LDB destaca a necessidade de oportunizar educação apropriada, considerando as características, os interesses, as condições de vida dos educandos.



PARA SABER MAIS



O vídeo a seguir traz discussões sobre a educação inclusiva, a garantia do direito à educação para crianças e jovens no Brasil, sendo importante pensar em estratégias específicas para atendimento de características da pessoa com deficiência.

Educação inclusiva. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=DpvsxSMq9GE>





PARA REFLETIR

33

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases e o vídeo disponibilizado sobre Educação inclusiva:

1. Como garantir educação de qualidade para os educandos com deficiência?
2. Quais os desafios para a inclusão da pessoa com deficiências nos institutos educacionais?
3. De quem é a responsabilidade pela busca da garantia do direito à educação para todos?
4. Como você pensa a educação inclusiva?
5. É necessidade da educação atual repensar formas de educação para desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos. Qual a importância de adaptações na prática educativa?

Seção IV – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013)

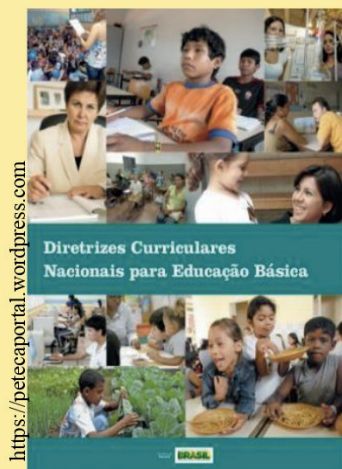


As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) destacam que o Projeto de Nação da educação brasileira tem como fundamentos o desenvolvimento humano em sua plenitude, com respeito e valorização das diferenças.

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (Brasil, 2013, p. 4).

As Diretrizes Nacionais e a inclusão social

35



Segundo estas Diretrizes, é importante destacar princípios e práticas voltadas para um processo de inclusão social, que garanta o acesso, a permanência e considere a diversidade humana, social de grupos que têm sido excluídos historicamente.

Historicamente, alguns grupos têm sido excluídos em virtude de classe social, gênero, raça, pobres, mulheres, afrodescendentes indígenas, pessoas com orientações sexuais diversas, moradores de rua, pessoas do campo, pessoas com deficiência.

Fundamentos da Educação Brasileira

36

Ilustração: www.freepik.com



Respeito humano

Desenvolvimento

Valorização das
diversidades

Mapa do Brasil na cor preta, dividido pelas cinco regiões. O mapa traz elementos em xilogravura representativos de cada uma delas: ao lado do Norte, um ipê, o guaraná, um macaco, ocas indígenas, o Sol e o boi de Reis; ao lado do Nordeste, o chapéu de couro, o atabaque, um berimbau e a sombrinha de frevo; ao lado do Sudeste, um coqueiro, um par de chinelos e grãos de café; no Sul, uma bola de futebol; e no Centro-Oeste, uma espiga de milho e uma onça-pintada. Os dizeres “Oceano Atlântico” estão à esquerda do mapa e “Brasil”, no rodapé, está enfeitado por um chapéu de couro nordestino. O mapa e seus elementos se ligam por flechas a três conceitos: respeito, desenvolvimento humano e valorização das diversidades.

As Diretrizes Nacionais e a Defesa de uma educação para transformação social



A educação brasileira é sustentada pela defesa da garantia de uma educação que seja ministrada considerando os princípios de igualdade para o acesso, permanência, sucesso e inclusão escolar, uma educação para a diversidade brasileira.

As Diretrizes apontam que a inclusão social na instituição escolar deve ter como fundamentos a ética, a justiça social, a pluralidade, buscando o pleno desenvolvimento dos sujeitos, que devem ter consciência do seu papel social, de seus direitos e deveres, sendo um compromisso com a transformação da sociedade.

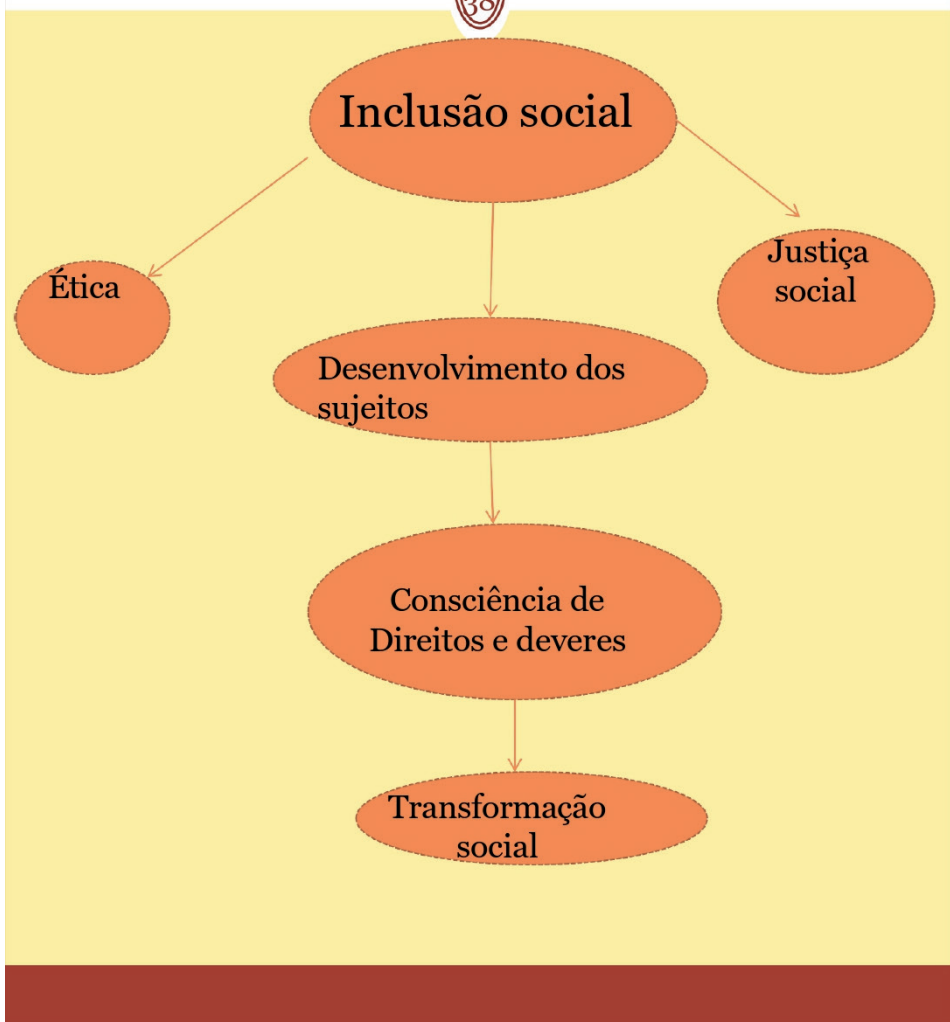


Ilustração:
[www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Ilustração. Três mulheres estão debruçadas sobre um globo terrestre roxo, maior do que elas. Uma está no topo de uma escada, agitando o planeta com um regador, na altura do Canadá; a segunda está polindo a região do Oriente Médio, enquanto a terceira cuida de uma muda plantada do outro lado Terra. Da boca delas saem balões de fala com um coração inscrito. Duas lixeiras com o símbolo de “reciclável”, três setas que dão uma volta em torno de si, estão no chão.

Fundamentos da inclusão social a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais

38





PARA SABER MAIS



No artigo a seguir, Romeu Kazumi Sassaki descreve percepções de inclusão, compreensões de dimensões da acessibilidade e como as escolas das redes regulares de educação profissional devem atender alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI - Acessibilidade.pdf?1473203319>





PARA REFLETIR

40

Considerando o texto disponibilizado, Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais:

1. O que é inclusão?
2. Quais as barreiras enfrentadas pelo educando com deficiência no acesso à educação?
3. Quais são as condições de acessibilidade que as redes de educação profissional devem pensar para atender às necessidades educacionais específicas dos educandos?

Seção V – Resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE Nº 2, de 2001



A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Esta Resolução apresenta diretrizes para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais em todas as etapas da Educação Básica, sempre que for percebida a necessidade de atendimento educacional especializado.

Assim, afirma que os sistemas educacionais são responsáveis pela matrícula e organização para o atendimento do educando com necessidade educativa especial para a promoção de uma educação de qualidade para todos.

A necessidade de considerar as singularidades para uma educação de qualidade

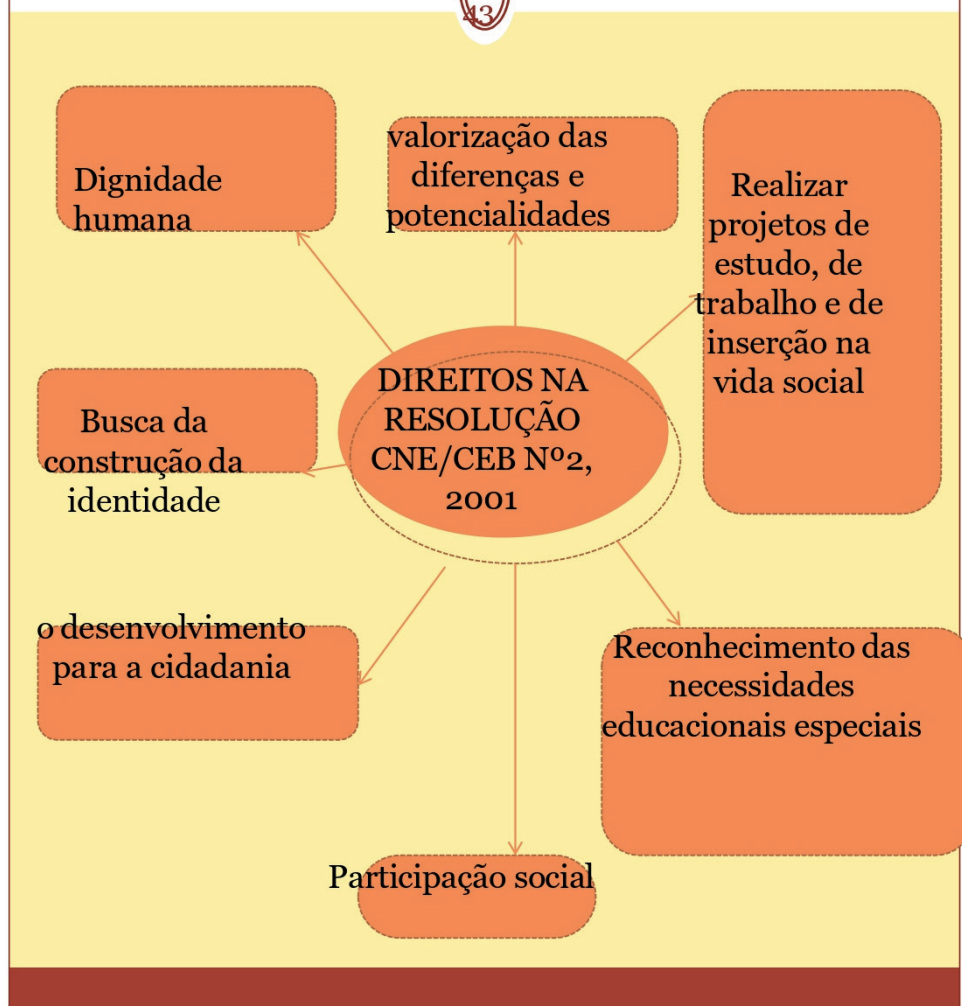


Desta forma, a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2, de 2001, coloca a necessidade da Educação Básica considerar as singularidades, as características, os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e atuar sobre princípios éticos para assegurar:

- I – a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;
- II – a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;
- III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº2, 2001)

Direitos que devem ser assegurados na Educação Básica, conforme a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº2, 2001.

43



Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2, de 2001



Educar para a cidadania, para a participação social



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Ilustração. Pessoas das mais diversas etnias ilustram a miscigenação racial brasileira, campeã e única no mundo, compondo uma figura inteiramente preenchida por rostos sorridentes: negras, orientais, brancas, ruivas, indígenas, pardas, de cabelos lisos, afro, bicolores, cacheados, com franjas, barbas, raspado estilo punk, com dreads.

As necessidades educacionais como base para o processo de ensino e aprendizagem

45



Ilustração: www.freepik.com

Necessidades educacionais especiais
para o processo de ensino e
aprendizagem

Ampliação de
valores

Desenvolvimento de
habilidades, atitudes

Construção de
conhecimentos

Ilustração. Numa sala decorada por folhas gigantes de plantas, uma criança negra escala um brinquedo de pirâmide de argolas para encaixar a sua menor peça no topo. Uma mulher lhe aponta o dedo, como se lhe passasse instruções. Um casal de crianças de aparentes 5 anos sentadas no chão brinca com cubos sensoriais. Outra à mesa pinta uma enorme folha de planta num quadro. Abaixo, o fluxograma “Necessidades educacionais especiais para o processo de ensino e aprendizagem” se desmembra em três setas: 1. Ampliação de valores; 2. Desenvolvimento de habilidades e atitudes; e 3. Construção de conhecimentos.



PARA SABER MAIS

46

Assim como a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2, de 2001, outras legislações sobre a educação de estudantes com deficiência no Brasil são citadas no artigo abaixo.

A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>





PARA REFLETIR

47

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2, de 2001 e o artigo disponibilizado, A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência:

1. Qual a importância das legislações brasileiras para a educação de alunos com deficiência ?
2. Quais são os direitos assegurados na Resolução do Conselho Nacional da Educação nº 2, de 2001?
3. Pense nas legislações que conhecemos até agora e nos pontos importantes no que diz respeito à defesa da educação para a inclusão.

Seção VI – A Lei nº 10.436 de 2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras

48

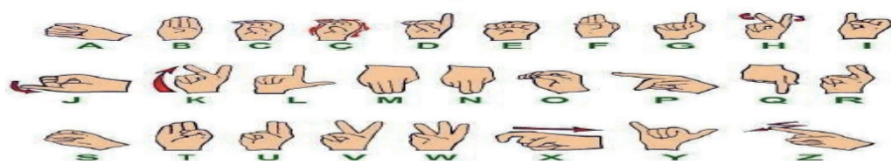
A Lei nº 10.436 de 2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Reconhece a Língua Brasileira de Sinais enquanto um meio legal de comunicação, para que seja garantido o direito do atendimento necessário, apropriado para estudantes com deficiência auditiva. Representa uma conquista importante para as pessoas que dependem da Libras para se comunicar.



Ilustração: <https://acessibilidadeemmaos.wordpress.com/>

ALFABETO DE LIBRAS



(49)

Ilustração. Alfabeto da Língua Brasileira de Sinais, a Libras, formado por 26 letras, do A até o Z. São sinais que ajudam na soletração de nomes e palavras desconhecidas, mas não dão conta do universo amplo da língua. Algumas letras contam com movimentos, outras não:

Letra A: todos os dedos se recolhem em punho fechado; o polegar voltado para cima, ao lado do indicador; B: com os dedos esticados e colados para cima; o polegar se volta para dentro; C: mão em semicírculo; D: o indicador é o único dedo a levantar. Os demais se encostam ao polegar, formando com este um círculo; E: todos os dedos se dobram, a ponta de cada um encostando-se na palma da mão; F: os dedos médio, anelar e mindinho estão esticados para cima. O polegar agarra o indicador; G: o indicador é o único dedo esticado, apontado para cima; H: os dedos indicador e médio estão levantados e fazem um ângulo de 45 graus entre si, com o indicador atrás do médio. O punho gira em meia-volta para a esquerda; I: o mindinho é o único dedo levantado da mão; J: com o mindinho levantado, o punho dá uma meia-volta para baixo; K: os dedos indicador e médio levantados fazem um leve movimento para cima; L: os dedos polegar e indicador fazem um ângulo reto entre si, com a mão virada para cima.

Os demais estão recolhidos; M: os dedos indicador, médio e anelar estão juntos e virados para baixo; N: os dedos indicador e médio estão voltados para baixo; O: com a mão fechada em círculo, todos os dedos se tocam; P: os dedos indicador e médio estão esticados; o indicador está atrás do médio, com o que forma um ângulo de 45 graus. A mão em posição paralela ao chão; Q: Com a mão fechada, apenas o dedo indicador aponta para baixo; R: os dedos indicador e médio se cruzam para cima; S: todos os dedos se recolhem em punho fechado, com a palma da mão voltada para frente; T: dedos médio, anelar e mindinho esticados e separados para cima. O polegar passa por dentro do indicador; U: dedos indicador e médio unidos, com a palma da mão voltada para frente; V: dedos indicador e médio separados e voltados para cima, com a palma da mão voltada para frente; X: Com a mão fechada, o dedo indicador semidobrado em forma de gancho movimenta-se para trás; Y: Sugestão de complemento do texto da AD. Com a mão fechada e os dedos indicador e mindinho levantados, a mão movimenta-se para frente e para cima. Z: o indicador desenha a letra Z em tinta no ar.



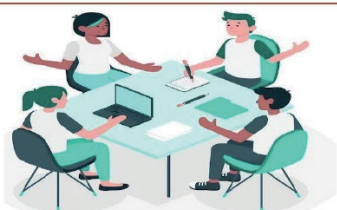
PARA SABER MAIS

50

Conheça o VLibras, desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba, para facilitar a comunicação com pessoas surdas no Brasil.

Vlibras. Disponível em:
<https://www.vlibras.com.br/>





PARA REFLETIR

51

Considerando a Lei nº 10.436 de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o texto disponibilizado VLibras:

1. Qual a importância do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais enquanto um meio legal de comunicação ?
2. O que é o VLibras ?
3. Você já conhecia o VLibras ?
4. Quais melhorias ou vantagens podem ser alcançadas com o uso do VLibras por pessoas surdas ?

Seção VII- O Decreto nº 5.626/05 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras

52

O Decreto nº 5.626/05 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, colocando como finalidade que a disciplina Libras faça parte do currículo obrigatório para os cursos de formação de professores.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, Decreto nº 5.626/05, Art 3º).

O Decreto nº 5.626/05, a formação para o ensino de Libras e o acesso à comunicação



De acordo com este Decreto, as instituições de cursos superiores devem fornecer o ensino de Libras em seus cursos de Pós-graduação voltados para a formação de professores.

As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras (BRASIL, Decreto nº 5.626/05, Art 12º).



O Decreto nº 5.626/05 aponta que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas o acesso à comunicação, à educação, à compreensão de atividades, a conteúdos trabalhados em todos os níveis e modalidades da educação.

Ilustração: www.freepik.com

O Decreto nº 5.626/05 e o direito à educação de pessoas surdas

54

• Ilustração: www.freepik.com



Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação. ((BRASIL, Decreto nº 5.626/05, Art 14º).

O Decreto nº 5.626/05 e o direito ao ensino em Libras



As instituições educacionais federais devem ofertar o ensino de Libras e da Língua Portuguesa como segundo língua para estudantes surdos e providenciar:

Professor de Libras ou instrutor de Libras;
Tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa; Professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; Professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos; Garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, nas salas de aula, em salas de recursos (BRASIL, Decreto nº 5.626/05, Art 14º).



Ilustração. Um rapaz negro e uma moça morena, de óculos, conversam de pé, em língua de sinais. Ele leva a mão direita, espalmada, ao queixo. A moça faz a configuração da mão em “y” com a mão direita, tendo a esquerda como mão de apoio para o sinal. Ambos sorriem.

Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

O Decreto nº 5.626/05 e a difusão da Libras

56

Este Decreto também destaca que os institutos educacionais devem ofertar cursos e apoiar a comunidade escolar para difusão da Libras entre professores, alunos, funcionários, diretores, famílias e disponibilizar recursos das novas tecnologias de informação e comunicação, recursos didáticos para apoiar a educação de alunos com deficiência auditiva (BRASIL, Decreto nº 5.626/05, Art 14º).



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)



PARA SABER MAIS



O artigo disponibilizado no link a seguir mostra a importância e os benefícios da aprendizagem da Libras.

Benefícios da aprendizagem da língua de sinais para todos. Disponível em:

<https://diversa.org.br/artigos/beneficios-da-aprendizagem-da-lingua-de-sinais-para-todos/>





PARA REFLETIR

58

Considerando o Decreto nº 5.626/05, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o artigo Benefícios da aprendizagem da língua de sinais para todos, reflita:

1. Todos são capazes de aprender, conforme percepções da educação inclusiva. Neste sentido, quais os benefícios da aprendizagem da língua brasileira de sinais ?
2. O que os institutos educacionais podem fazer para a difusão da Libras ?
3. Como a Libras deve ser percebida nos currículos de Cursos de formação de professores ?

Seção VIII- Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001



O Plano Nacional de Educação aponta que a educação precisa avançar e construir instituições educacionais inclusivas para o atendimento de toda a diversidade humana.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Melhorias na qualidade do ensino de acordo com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001



Para que melhorias na qualidade do ensino aconteçam, destaca-se, neste plano, a importância da valorização dos Professores, colocando a necessidade de uma política global para o magistério, incluindo: formação profissional inicial; melhorias nas condições de trabalho, salário e carreira e formação continuada.

O PNE traz a importância do ensino médio e do seu papel para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação profissional.

Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001

61

O Plano Nacional de Educação destaca a necessidade de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais serem percebidos enquanto cidadãos de direitos sociais.

Os sistemas de ensino devem, portanto, possibilitar o atendimento de necessidades educacionais específicas dos educandos.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001

62

No que diz respeito aos aspectos educacionais, o Plano Nacional da Educação coloca a importância de :

adequação do espaço escolar, de equipamentos e materiais pedagógicos, qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos com o ato educativo, trazendo a proposta de uma escola inclusiva, que atenda a diversidade dos alunos.



Ilustração. Sete jovens estão num corredor de escola de Ensino Médio, com estantes azuis embutidas na parede. Dois rapazes, um de cabelos castanhos e o outro ruivo, conversa em língua de sinais. Um trio de moças – sendo duas brancas e uma negra, com muletas – interage próximo. Mais dois rapazes, um cadeirante branco e um negro, em pé, conversam animadamente à direita.

Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)



PARA SABER MAIS



Conheça a Biblioteca do Instituto Rodrigues
Mendes. Disponível em:
<https://diversa.org.br/>



Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm





PARA SABER MAIS

64

Vídeo: Educação Brasileira 127 – Maria Teresa Mantoan e Virgínia Marino.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=RjTQXsoDBSk>





PARA REFLETIR

65

Considerando o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001 e a Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, e o vídeo disponibilizado, Educação Brasileira:

1. A inclusão escolar é uma realidade que está sendo construída, conforme Mantoan. O que é preciso para que o educando com deficiência seja incluído nas instituições educacionais ?

2. É direito do educando com deficiência o acesso às instituições educacionais, conforme o Plano Nacional de Educação. Qual a importância da formação e da valorização dos professores para uma educação de qualidade?

Seção IX – Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001



O Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001, trata da busca da eliminação de discriminações contra pessoas com deficiência.

Afirma que as pessoas com deficiência têm direitos humanos e liberdades fundamentais, como as demais pessoas, tendo direito a dignidade e igualdade, não podendo ser submetidas a nenhum tipo de discriminação.

Este Decreto apresenta o termo deficiência enquanto restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a ação humana, a capacidade de realizar atividades que são essenciais na vida diária.

Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001

67

A discriminação é percebida, neste Decreto, como toda forma de diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o reconhecimento, o exercício dos direitos humanos e de liberdades fundamentais de pessoas com deficiência.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Esse Decreto traz a necessidade de a educação ser repensada para a eliminação de qualquer forma de discriminação ou barreira impeditiva que possa dificultar o acesso, a permanência, o sucesso escolar do educando com deficiência.



PARA SABER MAIS

68

Conheça, no link a seguir, algumas barreiras que impedem que a inclusão educacional aconteça:

https://pep.ifsp.edu.br/images/PDF/CSP/2017/11/Boletim-no2_Barreiras-para-Incluso.pdf



O vídeo: Cordas, no link que segue, mostra a relação de inclusão em espaço educacional.

<https://youtu.be/MF19PqxSnps>





PARA REFLETIR

69

Refletindo a partir do Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001, e do material complementar disponibilizado.

1. Como podemos romper com discriminações em espaços educacionais ?
2. Quem é a pessoa com deficiência, conforme o Decreto nº 3956, de 2001?
3. Quais as principais barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência que impedem que a inclusão educacional aconteça?

Seção X – Resolução Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº1/2002



A Resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE/CP nº1/2002 determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, colocando que as instituições de ensino superior devem manter uma organização curricular para a formação docente, tendo como foco: o ensino e a aprendizagem, o acolhimento da diversidade, a realização de atividades para enriquecimento da cultura, a utilização de tecnologias da informação e comunicação, o uso de metodologias, estratégias e materiais inovadores.



Ilustração: [www. freepik. com](http://www.freepik.com)

Resolução Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº1/2002



A formação dos docentes deve considerar, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação – nº1/2002, conhecimentos que envolvam questões culturais, sociais, econômicas, conhecimento do desenvolvimento humano, de adolescentes, jovens, adultos e a especificidade de alunos com necessidades educacionais específicas .

O atendimento educacional das necessidades específicas de educandos com deficiência fortalece a inclusão nas instituições educacionais.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)



PARA SABER MAIS



O link a seguir trata das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192





PARA REFLETIR



Fazendo reflexões a partir da Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE nº1/2002 e do material complementar: Diretrizes operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

1. Quais são os aspectos que a formação de docentes deve contemplar, conforme a Resolução do CNE, nº 1/2002?
2. Qual a função do Atendimento Educacional Especializado ?
3. Quem é considerado público-alvo do Atendimento Educacional Especializado?
4. Quais podem ser as contribuições do Atendimento Educacional Especializado?

Seção XI – Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da educação inclusiva (2008)

74

A Política Nacional de Educação Especial – PNEE, na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e orientar os sistemas de educação para a garantia de:

acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e de profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Política Nacional de Educação Especial (2008) e orientação para os sistemas de ensino

75

Acesso ao ensino regular



Inclusão escolar de alunos com deficiência



Ilustração: www.freepik.com

Ilustração. Uma menina de cabelos longos pretos e um menino cadeirante dividem a mesma mesa de estudos, numa sala de aula. Ele escreve num papel, enquanto ela lê um livro. A professora aponta para as letras “A... Z”, em letras roxas, projetadas no quadro.

Política Nacional de Educação Especial (2008) e orientação para os sistemas de ensino

76

Participação da família



Ilustração. Grupo familiar tem seis integrantes negros de diferentes gerações, além do cachorro. Das crianças aos avós, todos se posicionam como se posassem para uma foto de família, olhando para a câmera. Há dois meninos, um casal de adultos, os mais altos, e outro de idosos, à esquerda.

Acessibilidade arquitetônica

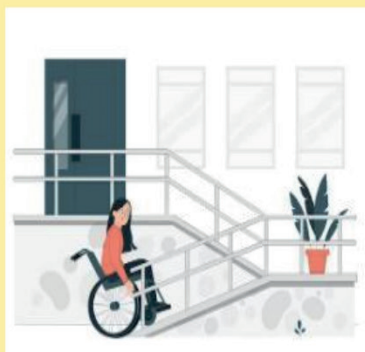


Ilustração. Uma moça morena, cadeirante, prepara-se para subir uma rampa de acesso a um estabelecimento articulada em dois andares.

Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Política Nacional de Educação Especial (2008) e orientação para os sistemas de ensino

77

Acessibilidade nos transportes



Acessibilidades nos mobiliários

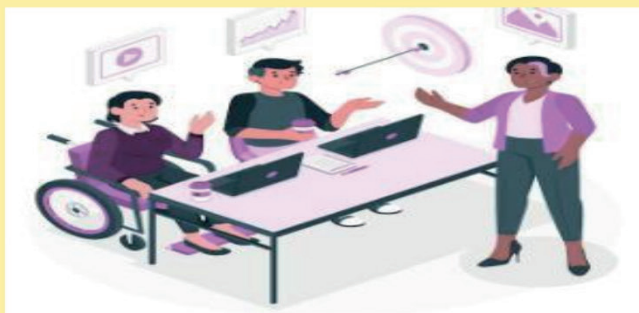


Ilustração: [www. freepik. com](http://www.freepik.com)

Política Nacional de Educação Especial e a compreensão de educação inclusiva (2008)



A educação inclusiva, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos aprendendo, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, PNEE, 2008, p.5).

Outra compreensão colocada nesta política é de que a educação inclusiva é um modelo de educação fundamentado nos direitos humanos, buscando igualdade de direitos e o rompimento com exclusões históricas dentro e fora das instituições educacionais.

Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da educação inclusiva (2008)

79

A política Nacional de Educação Especial PNEE, na perspectiva da educação inclusiva (2008), coloca as Diretrizes para o atendimento educacional especializado, que deve envolver identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que possam eliminar as barreiras impeditivas para a participação dos educandos.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

As atividades do atendimento educacional especializado devem considerar as necessidades específicas de educandos com deficiência, não sendo substitutivas à escolarização regular, mas um complemento para que os alunos aprendam com significado e autonomia.

Outras Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da educação inclusiva (2008)



O atendimento educacional especializado deve acontecer em todas as etapas e modalidades da educação básica, de oferta obrigatória nos sistemas de ensino em turno oposto ao das salas de aulas regulares, sendo pensado para colaborar com o desenvolvimento dos alunos.

Esta oferta pode acontecer na própria instituição educacional em que o aluno estuda ou em Centro Especializado para a oferta do atendimento educacional especializado.

Outras Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da educação inclusiva (2008)

81

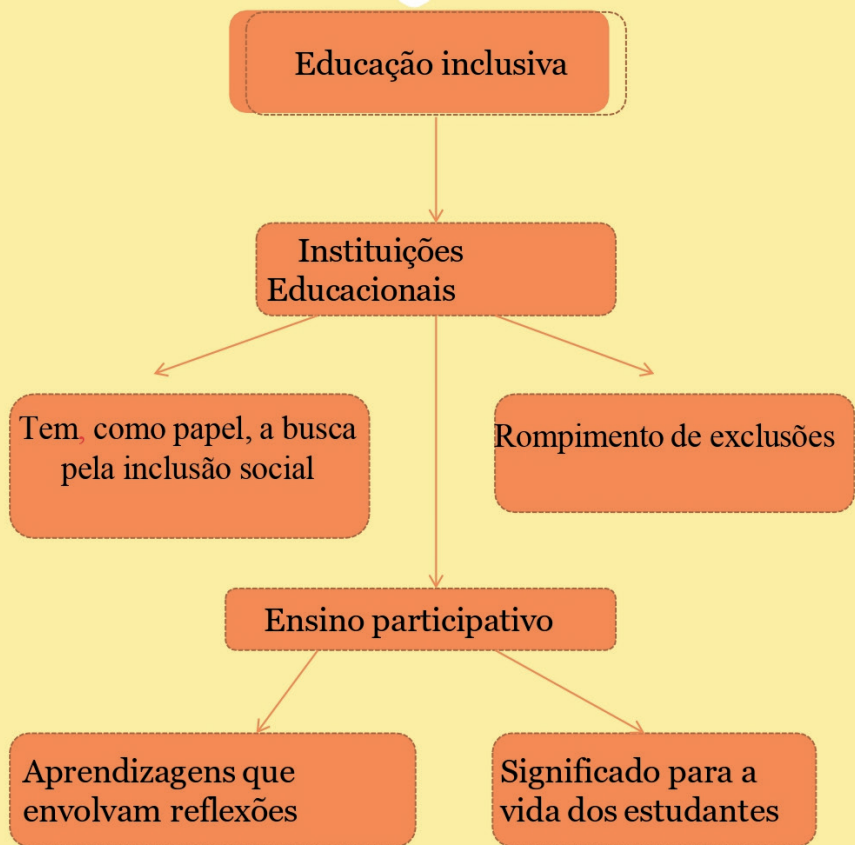
A educação profissional, educação de jovens e adultos deve possibilitar a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para o trabalho e a participação social.

É de competência dos sistemas de ensino, a organização da educação na perspectiva inclusiva, disponibilizar:

instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, PNEE, 2008, p. 17).

Política Nacional de Educação Especial e a compreensão de educação inclusiva (2008)

82





PARA SABER MAIS



Vídeo: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

<https://www.youtube.com/watch?v=Uo9z66lMdSo>





PARA REFLETIR

84

Conhecendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

1. Como podemos compreender a educação inclusiva a partir da Política Nacional de Educação Especial ?
2. Como deve acontecer o Atendimento Educacional Especializado?
3. Qual o papel da Educação Profissional para uma educação inclusiva?

Seção XII – Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

85

A Lei nº 13.146 (2015) institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Esta Lei tem como objetivo buscar assegurar direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência para inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI

86

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, foi criado o cordão de fita com desenhos de girassóis para identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Art. 2º-A. É instituído o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)



<https://oglobo.globo.com>

Fotografia. A fita verde-escura, de tecido, e decorada com desenhos de girassóis, identifica as pessoas com deficiências ocultas, aquelas que não podem ser observadas de imediato, como a surdez, o autismo, algumas deficiências intelectuais, etc. Na ponta do cordão, há um crachá também decorado por girassóis.

Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI



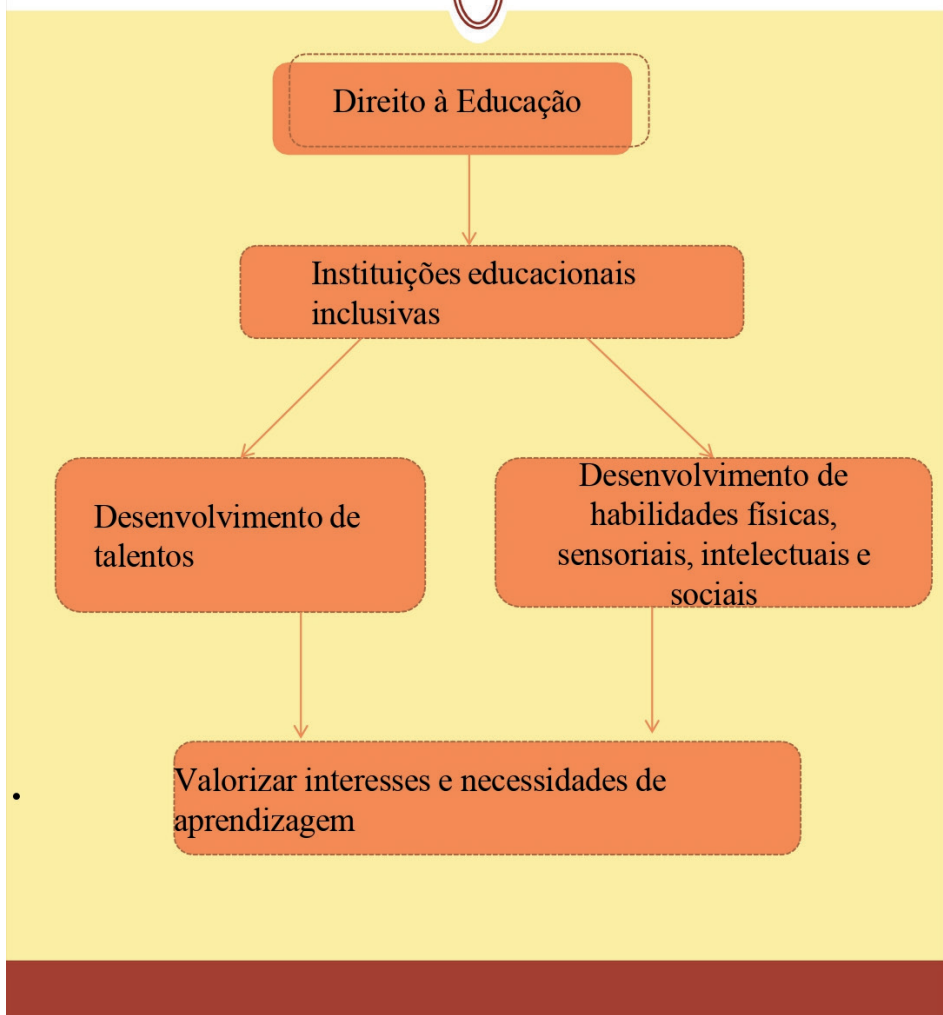
O uso do cordão de girassóis é opcional, sendo assim, o não uso em nada prejudica direitos e garantias conquistadas em lei.

A pessoa com deficiência, conforme o Art. 4º da Lei Brasileira de Inclusão, tem direito à igualdade de oportunidades sem sofrer nenhum tipo de discriminação. Um dos direitos da pessoa com deficiência tratados na LBI é o direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI

88



Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI

89

A Lei Brasileira de Inclusão reforça o dever do Estado e de toda a sociedade para assegurar uma educação com qualidade à pessoa com deficiência.

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, Art 27).



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, implementar, avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis

II – aprimorar os sistemas educacionais para garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem, através de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam a inclusão

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento especializado, serviços e adaptações para acesso ao currículo em condições de igualdade e exercício da autonomia.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)



Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, implementar, avaliar:

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e língua portuguesa como segunda língua;

V - adoção de medidas para desenvolvimento acadêmico e social;

VI - pesquisas para desenvolvimento de técnicas , materiais , recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, plano de atendimento educacional especializado, organização de recursos e serviços de acessibilidade ;

VIII - participação de estudantes, famílias nas instâncias da comunidade escolar.



Outras responsabilidades do poder público – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LB94

94

Art. 28

IX – adoção de medidas para o desenvolvimento da cultura, do talento, criatividade, habilidades;

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores;

XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes;

XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e uso de tecnologia assistiva;

XIII – acesso à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades;

XIV – inclusão em conteúdos curriculares, na educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência;

XV – acesso da pessoa com deficiência a jogos, atividades esportivas e de lazer no sistema escolar;

XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e comunidade escolar aos ambientes de ensino;

XVII – oferta de profissionais de apoio escolar.

Deveres da Pessoa com Deficiência para ingresso nos cursos do IFPB- LBI



De acordo com o Artigo 30 da Lei Brasileira de Inclusão-LBI, na participação dos processos de seleção para o ingresso nos cursos do IFPB e de outras instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica , é importante que o candidato com deficiência faça a solicitação, colocando previamente a sua necessidade, especificando o atendimento, o recurso adequado para que tenha êxito no decorrer do processo.

A partir desta solicitação prévia e do informe dos recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua efetiva participação, o candidato com deficiência terá garantido o direito ao atendimento das suas necessidades específicas.

Deveres da Pessoa com Deficiência para ingresso nos cursos do IFPB-LBI

96

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devem ser adotadas as seguintes medidas:

- I – atendimento preferencial à pessoa com deficiência;
- II – disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- III – disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV – disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V – dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade (BRASIL, LBI, 2015, p. 13).

Deveres da Pessoa com Deficiência para ingresso nos cursos do IFPB-LBI

97

É indispensável, conforme a LBI, que o candidato com deficiência comprove a necessidade deste atendimento diferenciado, de provas mais acessíveis, de recursos adequados, ampliação do prazo, entre outras demandas para participação no Processo de seleção e também para garantia de direitos nas atividades acadêmicas.



PARA SABER MAIS



Vídeo sobre a Lei Brasileira de Inclusão.

Será que a Lei Brasileira de Inclusão garante respeito e equidade de oportunidades?

<https://www.youtube.com/watch?v=n-hyPRw3ftA>





PARA REFLETIR

99

Considerando a Lei Brasileira de Inclusão:

1. Qual é o principal objetivo da Lei Brasileira de Inclusão?
2. De quem é a responsabilidade para assegurar sistemas educacionais inclusivos?
3. A Lei Brasileira de Inclusão vem garantindo respeito, equidade e inclusão nas instituições educacionais?

Seção XIII – Regimento Geral do IFPB (Resolução nº 144/2017)



De acordo com a Resolução nº 144 – Regimento Geral do IFPB (2017), este instituto oferta diversas etapas de ensino: educação básica, superior e profissional, e tem como especialidade o ensino profissional, ofertado a partir de valores humanísticos e da união de conhecimentos científicos e tecnológicos.

§ 2º O IFPB é uma instituição de educação básica, superior e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas nos termos da lei e deste estatuto (IFPB, 2017, p. 1).

Seção XIII – Regimento (Resolução nº 144/2017)



O IFPB tem, como pontos destacados em seu Regimento, a promoção do desenvolvimento de cidadão que seja capaz de atuação profissional e que perceba a realidade, a complexidade do mundo em que vive, disseminando conhecimentos ambientais, humanos, das ciências, das tecnologias, da cultura, entre outras diversidades de saberes, contribuindo também com a formação de professores e a produção de novas tecnologias.



Ilustração: [www. freepik.com](http://www.freepik.com)

Seção XIV – IFPB. Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015



O IFPB, segundo a Resolução 246/2015, que dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, tem como princípios norteadores a busca por justiça social, equidade e cidadania, considerando políticas brasileiras inclusivas voltadas para a pessoa com deficiência, reconhecendo a importância do respeito à diversidade, defendendo uma educação para todos.



Imagem: IFPB (2017)

Fotografia da fachada do Instituto Federal da Paraíba, câmpus I, em João Pessoa. Uma longa passarela calçada, separada por flores rasteiras, jardins de grama aparada e coqueiros, se estreita até entrada da instituição. Nas cores branca com detalhes verdes, a fachada do prédio tem formato de retângulo deitado, com cobogós verticais atravessando a sua extensão, de ponta a ponta. Carros estão estacionados à esquerda e o céu está limpo, sem nuvens.

IFPB. Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015



Art. 3º – Princípios norteadores do IFPB:

I – compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, conservação e preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento humanístico, científico, ambiental e tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV – compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, em conformidade com a legislação brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (IFPB, Resolução nº 246, 2015, p. 4).

Direitos defendidos no Estatuto do IFPB

104

Defesa do estatuto do IFPB

Direitos humanos

Práticas educativas voltadas para o desenvolvimento de educandos críticos, conscientes, reflexivos.

Finalidades do IFPB, conforme o seu Estatuto

103

Ofertar educação profissional e tecnológica, almejando o desenvolvimento da localidade;

Desenvolver a educação a partir da investigação e da busca de soluções técnicas, tecnológicas, para atender às demandas sociais;

Possibilitar a integração dos diversos níveis de ensino oferecidos;

Ofertar um ensino de excelência, tendo como base o desenvolvimento crítico;

Desenvolver programas de extensão com estímulos à pesquisa aplicada ao empreendedorismo, cooperativismo, ao desenvolvimento das ciências e das tecnologias e da busca da preservação ao meio ambiente.



PARA SABER MAIS



Conheça o catálogo: “Quero Incluir” – catálogo com lista de mais de 70 cursos na área da inclusão.

<https://queroincluir.my.canva.site/>



<https://www.ifpb.edu.br/santarita/noticias/2023/08/quero-incluir-catalogo-capacitacoes-voltadas-para-a-inclusao>





PARA SABER MAIS



Espaço: Fique por dentro traz informações sobre inclusão no IFPB.

<https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro>



<https://www.ifpb.edu.br/noticias/2018/11/espaco-201cfique-por-dentro201d-no-portal-do-ifpb-traz-informacoes-sobre-inclusao-social>





PARA SABER MAIS



Segue link de Encontro de estudantes do IFPB com participação da Professora Andréa Poletto Sonza, do IFRS, trazendo conhecimentos importantes sobre o antipacitismo.

II Encontro de Estudantes do Instituto Federal da Paraíba teve tarde dedicada ao antipacitismo

<https://www.youtube.com/watch?v=aGnyhoPEsoE>





PARA SABER MAIS



<https://www.ifpb.edu.br/noticias/2021/11/ii-encontro-de-estudantes-teve-tarde-dedicada-ao-anticapacitismo>





PARA REFLETIR



Refletindo sobre o Regimento Geral do IFPB (Resolução nº 144/2017), Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015 e material complementar disponibilizado:

1. Quais são os princípios que norteiam a prática educativa do IFPB?
2. Quais são os direitos dos educandos a partir do Estatuto do IFPB?
3. Qual a importância de discutir conhecimentos sobre o anticapacitismo?
4. De acordo com a Resolução nº 246/ 2015 o Instituto Federal da Paraíba considera as políticas brasileiras inclusivas voltadas para a pessoa com deficiência. Neste sentido, o que esta informação pode significar na prática educativa?

Seção XV- Resolução AR 32/ 2020- Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência-

IFPB



Este Plano de acessibilidade traz orientações para práticas educativas inclusivas, apontando sugestões para atuação junto aos estudantes que necessitam de adaptações para desenvolver melhor as suas atividades por tipo de deficiência.

Estudantes Surdos

Uso de recursos visuais, animações, imagens, vídeos, sinais gráficos para que o conteúdo seja compreendido, ampliação do prazo para as atividades, visto que o estudante necessita do intérprete para auxiliá-lo.

As aulas gravadas tem possibilidade de interpretação em LIBRAS e áudio-descrição. Nas aulas, é importante o uso de slides, imagens e escrita de palavras, caso sejam em outro idioma;

Nas ciências exatas, é necessário tempo para que o aluno veja a interpretação em LIBRAS e veja o conteúdo exibido em *slides*, quadro, etc. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 4)

Seção XV- Resolução AR 32/ 2020- Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência- IFPB



Estudantes cegos e com baixa visão

Pessoas cegas utilizam computadores a partir da ativação de softwares leitores de tela. Já pessoas com baixa visão podem utilizar do próprio resíduo visual, apoiadas por configurações visuais de ampliação, tipo e tamanho da fonte, etc.

As adequações no material e na aula devem ser dialogadas com o docente e o estudante.

Estudantes com baixa visão

Plataforma acessível a leitores de tela. Disponibilização de material ampliado e com os ajustes adequados às necessidades do estudante.

Nas aulas, ajustes na iluminação, utilização de quadro fosco, de *slides* com as configurações de ampliação adequadas à necessidade do aluno;

Realização de descrições dos elementos visuais, indicação verbal dos elementos apontados no quadro; Apoio de leitores, transcritores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 5 e 6).

Seção XV- Resolução AR 32/ 2020- Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência- IFPB



Estudantes cegos

Disponibilização de material em formato digital acessível a leitores de tela. Materiais de leitura contendo descrições das imagens e adaptações textuais de gráficos e tabelas.

No caso de aulas gravadas, disponibilização de uma versão alternativa da aula com audiodescrição; Apoio de leitores, transcritores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos;

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista

Avaliação das especificidades e individualização de adequações para cada estudante;

Evitar elementos “piscantes”, cores com brilho, animações, textos em movimento, fontes decoradas; Apoio de leitor, psicólogo e psicopedagogo. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 6 e 7).

Seção XV- Resolução AR 32/ 2020- Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência- IFPB



Estudantes cegos

Disponibilização de material em formato digital acessível a leitores de tela. Materiais de leitura contendo descrições das imagens e adaptações textuais de gráficos e tabelas.

No caso de aulas gravadas, disponibilização de uma versão alternativa da aula com audiodescrição; Apoio de leitores, transcritores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos;

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista

Avaliação das especificidades e individualização de adequações para cada estudante;

Evitar elementos “piscantes”, cores com brilho, animações, textos em movimento, fontes decoradas; Apoio de leitor, psicólogo e psicopedagogo. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 6 e 7).

Seção XV- Resolução AR 32/ 2020- Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência- IFPB

114

Estudantes com deficiência intelectual

Utilização de linguagem clara, simples, fácil, objetiva. Evitar termos rebuscados, técnicos e parágrafos longos;

Exibição do conteúdo de forma mais concreta, com o apoio de imagens e exemplos;

Suporte docente individualizado ao estudante com deficiência intelectual;

Elaboração de atividades adaptadas à sua necessidade;

Priorização das atividades mais importantes ;

Flexibilização/ampliação do prazo de entrega de atividades, provas, etc;

Apoio de psicopedagogo, psicólogo, leitor e alfabetizador de jovens e adultos. (IFPB, RESOLUÇÃO AR 32, 2020, p. 7).

Seção XVI- Coordenação de Assistência às Pessoas com necessidades específicas (COAPNE) – IFPB, João Pessoa

119

A COAPNE vem atuando com pessoas com necessidades específicas, como ressalta em 2022, tendo como finalidade promover uma cultura do educar para a diversidade, agindo para quebrar as barreiras impeditivas, criando possibilidades para a promoção de uma educação inclusiva.



IFPB - COAPNE (2022)

Seção XVI- Coordenação de Assistência às Pessoas com necessidades específicas (COAPNE) – IFPB, João Pessoa

116

A COAPNE foi criada a partir da Resolução nº 139, de 2015, que regulamenta o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, do IFPB.

A competência do NAPNE para os atendimentos envolve intervenção, orientação para romper com as barreiras que possam estar impedindo a inclusão educacional, sejam elas barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais ou atitudinais.

O NAPNE tem como competência, conforme esta Resolução, contribuir com a revisão documental do IFPB, visando inserir questões importantes sobre a inclusão no ensino e promover eventos para a sensibilização e a capacitação de servidores para que sejam refletidas em práticas educativas inclusivas no instituto.

Articulação de setores da instituição para inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas;

Propor que sejam realizadas adaptações para garantir o acesso e a permanência dos educandos;

Oferecer cursos e formações para professores, no intuito de serem efetivadas práticas pedagógicas inclusivas;

Elabora em conjunto com docentes materiais pedagógicos e instrumentos de avaliação para atendimento das diversidades, para percepção de habilidades desenvolvidas. (IFPB, 2015, p. 2).

A COAPNE possui uma equipe multiprofissional, tendo, conforme IFPB (2022): psicopedagogas, cuidadores, alfabetizadores, audiodescritores, transcritores de Braille, revisor de Braille, tradutores, intérpretes de Libras, Professor de Atendimento Educacional Especializado.

A COAPNE tem realizado ações em conformidade com a Resolução nº 139/2015(IFPB), buscando adaptações curriculares para o domínio de aprendizagens, recursos específicos para educandos que apresentam necessidades diferenciadas e políticas públicas inclusivas.

Referências

119

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Presidência da República.

Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm Acesso em: 05 de abr. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 5. 626, de 22 de Dezembro de 2005.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 16. jan. 2020.

BRASIL . Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica .

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Referências

120

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Acesso em: 16. jan. 2020.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 16. jan. 2020.

BRASIL. Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015.

Presidência da República, Secretaria Geral- Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

.

Referências

121

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, Janeiro de 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>.

IFPB. Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE)- IFPB - João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/ensino/COAPNE> Acesso em: 07 dez. 2022.

Referências

122

IFPB. **Resolução AR 32/2020-** CONSUPER/DAAOC /REITORIA/IFPB, 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/acoes-inclusivas/legislacao-e-documentos-pertinentes/plano-de-acessibilidade-ifpb.pdf/@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20AR%2032-2020%20-%20CONSUPER-DAAOC-REITORIA-IFPB,%20de%2011%20de%20agosto%20de%202020.pdf> Acesso em: 12 dez, 2023.

IFPB. **Resolução nº 144**, de 11 de Agosto de 2017. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Conselho Superior, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/resolucao-no-144.pdf/view> Acesso em: 29 nov. 2021.

IFPB. **Resolução nº 246**, de 18 de dezembro de 2015. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Conselho Superior, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/guarabira/noticias/2016/09/eleicoes-para-conselho-diretor-do-campus-guarabira/estatuto-do-ifpb.pdf/view> Acesso em: 29 nov. 2021.

Créditos

123

Sites de imagens utilizadas no ebook:

jornal.usp.br/atualidades/dialogos-na-usp-discute-os-30-anos-da-constituicao-brasileira/

<https://www.passeidireto.com/arquivo/26704213/ldb-leis-de-diretrize>[https://petecaportal.wordpress.com/2017/03/17/revisa o o-das-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao- infantil-parte-ii/s-e-bases-da-educacao-nacional-13-edicao](https://petecaportal.wordpress.com/2017/03/17/revisa-o-das-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-infantil-parte-ii/s-e-bases-da-educacao-nacional-13-edicao)

https://br.freepik.com/fotos-gratis/comunidade-multietnica-e-de-deficientes-com-lapis_10419052.htm#query=inclus%C3%A3o&position=0&from_view=search&track=sph

<https://www.gruposummus.com.br/autor/maria-teresa-egler-mantoan/>

https://br.freepik.com/vetores-gratis/conjunto-de-ilustracoes-vetoriais-de-criancas-com-deficiencia-fisica-dos-desenhos-animados-menina-cega-com-bengala-crianca-em-cadeira-de-rodas-criancas-com-protese-de-braco-perna-pe-deficiencia-saude-conceito-de-acessibilidade_22343564.htm#query=inclus%C3%A3o&position=1&from_view=search&track=sph

Créditos

124

https://br.freepik.com/vetores-gratis/composicao-de-pessoa-com-deficiencia-com-conjunto-de-icone-isolados-em-torno-da-pessoa-com-deficiencia-sentada-em-uma-cadeira-de-rodas_10379078.htm#query=atendimento%20de%20necessidades%20educacionais%20especificas&position=25&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/criancas-deficientes-e-saudaveis-ficam-no-corredor-da-escola_32230574.htm#query=escola%20inclusiva&position=2&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/conceito-de-ilustracao-de-racismo_8845494.htm#query=exclus%C3%A3o%20escolar&position=13&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/sala-de-aula-futurista-criancas-pequenas-estudam-com-equipamentos-de-alta-tecnologia-espacos-inteligentes-na-escola-ia-na-educacao-conceito-de-sistema-de-gestao-de-aprendizagem_10782702.htm#query=aprendizagem%20com%20tecnologias&position=0&from_view=search&track=ais

Créditos

125

https://br.freepik.com/vetores-gratis/sala-de-aula-futurista-criancas-pequenas-estudam-com-equipamentos-de-alta-tecnologia-espacos-inteligentes-na-escola-ia-na-educacao-conceito-de-sistema-de-gestao-de-aprendizagem_10782702.htm#query=aprendizagem%20com%20tecnologias&position=0&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/conjunto-colorido-isometrico-de-autismo-com-dificuldades-de-comportamento-depressao-problemas-de-comunicacao-hiperatividade-e-epilepsia-ilustracao-isolada_6852104.htm#query=necessidades%20educacionais&position=39&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/conjunto-de-ilustracoes-vetoriais-de-criancas-com-deficiencia-fisica-dos-desenhos-animados-menina-cega-com-bengala-crianca-em-cadeira-de-rodas-criancas-com-protese-de-braco-perna-pe-deficiencia-saude-conceito-de-acessibilidade_22343564.htm#query=inclus%C3%A3o%20escolar&position=0&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/educacao-para-criancas-com-deficiencia-crianca-com-deficiencia-em-cadeira-de-rodas-no-jardim-de-infancia-oportunidades-iguais-programa-pre-escolar-necessidades-especiais_10780189.htm#query=inclus%C3%A3o%20escolar&position=18&from_view=search&track=ais

Créditos



https://br.freepik.com/vetores-gratis/grande-familia-feliz-com-estilo-desenhado-de-mao_2379485.htm#query=participa%C3%A7%C3%A3o%20da%20familia&position=23&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-do-conceito-de-rampa-para-cadeira-de-rodas_42106845.htm#query=acessibilidade%20arquitet%C3%B4nica&position=0&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-do-conceito-de-rampa-para-cadeira-de-rodas-de-onibus_37452247.htm#query=acessibilidade%20transporte%20escolar&position=1&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-do-conceito-de-equipe-de-conteudo_11641808.htm#page=3&query=acessibilidade%20dos%20mobil%C3%A1rios%20da%20escola&position=11&from_view=search&track=ais

Créditos



https://br.freepik.com/vetores-premium/mae-caucasiana-ensina-crianca-em-casa-conceito-de-educacao-em-casa_26536704.htm#query=atendimento%20educacional%20especializa%20do&position=9&from_view=search&track=ais

<https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/noticia/2023/06/cordao-de-girassol-senado-aprova-item-como-simbolo-de-autismo-e-deficiencias-ocultas-entenda.ghml>

https://br.freepik.com/vetores-gratis/conceito-colorido-isometrico-de-jardim-de-infancia-com-ensino-de-uma-aula-de-jardim-de-infancia-em-um-grupo-usando-ilustracao-vetorial-de-projecao-3d_26760866.htm#query=sala%20de%20aula%20inclusiva&position=35&from_view=search&track=ais

https://br.freepik.com/vetores-gratis/criancas-deficientes-e-saudaveis-ficam-no-corredor-da-escola_32230574.htm#query=escola%20inclusiva&position=2&from_view=search&track=ais

https://www.freepik.com/free-vector/school-books-elements-set_9387094.htm#query=livro&position=5&from_view=search&track=sph

https://www.freepik.com/free-vector/meeting-concept-illustration_6183939.htm#query=pessoas%20em%20reuni%C3%A3o&position=39&from_view=search&track=ais

https://www.freepik.com/free-vector/save-planet-concept-with-people-illustrated_7751263.htm#query=cidad%C3%A3o%20no%20ambiente&position=1&from_view=search&track=ais

DANIELE DE SOUZA FARIAS - Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB (2023). Possui Licenciatura Plena em Pedagogia para o Magistério em Educação Infantil e Ensino Fundamental com área de aprofundamento em Supervisão Escolar e Orientação Educacional pela Universidade Federal da Paraíba (2010); Tecnóloga em Gestão Ambiental - IFPB (2015); Graduada em Letras- Língua Portuguesa- UFPB (2019); Especialista em Ciências da Linguagem com ênfase no Ensino de Língua Portuguesa- UFPB (2017); Especialista em Educação do Campo- UFPB (2018), Especialista em Gestão Pública pelo IFPB (2015); Especialista em Educação Inclusiva- IFRN (2021). Atualmente é Professora de Atendimento Educacional Especializado- AEE no Município de Cabedelo- PB e Professora da Educação Básica no Município de Santa Rita- PB. Tem interesse nas temáticas: educação, políticas públicas, inclusão, estratégias educativas ambientais, direitos humanos.

ALYSSON ANDRÉ RÉGIS OLIVEIRA - Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Administração na linha de pesquisa Estratégias Organizacionais e Gestão de Pessoas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente está lotado como professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e atua como professor efetivo do IFPB, campus João Pessoa. Atua como Coordenador do Núcleo de Estudos em Gestão e Negócios (NEGN). Como professor convidado atua em Master in Business Administration (MBA) e em consultorias organizacionais. Gestor responsável pela Diretoria de Inovação, Pesquisa, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos (DIPPED) do IFPB, campus João Pessoa. Atua junto ao Banco de Avaliadores do SINAES, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Possui uma larga experiência (nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão) no tocante à Ciência da Administração com ênfase nos temas: Gestão Estratégica, Gestão Estratégica de Pessoas, Gestão por Processos, Gestão Social e Terceiro Setor; no que se refere à Ciência da Educação, com os temas: História da Educação, Práticas Educação em Espaços Não-Formais de Educação, Metodologia de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Educação Profissional e Tecnológica.

A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA- CAMPUS JOÃO PESSOA:

UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E
PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA- CAMPUS JOÃO PESSOA:

UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E
PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br